



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# O Papel da Cooperação Externa na Formação do Capital Humano em Cabo Verde

**Edilson Mendes Rodrigues**

Nome da Orientadora: Prof. Doutora Carla Margarida Barroso Guapo da Costa

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em  
Relações Internacionais

Lisboa  
2016

VALORIZAMOS PESSOAS

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)



**Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

VALORIZAMOS PESSOAS

[WWW.ISCSP.ULISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.ULISBOA.PT)

*A Deus e aos meus Pais*

## **Agradecimentos**

Primeiro de tudo agradeço a Deus por tudo o que ele tem feito por mim, sem ele, eu não chegaria até aqui. Agradeço também aos meus pais, principalmente a minha mãe por ter investido na minha educação e por me apoiar sempre, mesmo não estando por perto.

Agradeço também aos meus amigos e conhecidos por toda a força e apoio que me concederam e também agradeço a minha orientadora pela orientação que foi ótima e por mostrar-se sempre disponível em me ajudar.

### **Resumo**

O desenvolvimento do capital humano é considerado fundamental para o desenvolvimento de um país. Os países em desenvolvimento, sobretudo os países insulares, como é o caso de Cabo Verde, onde há falta de recursos naturais, secas prolongadas, e entre outros condicionantes, apostaram fortemente no capital humano como pilar do modelo de desenvolvimento.

Sendo assim, desde a sua independência, em 1975, o capital humano tem sido sempre umas das áreas prioritárias nos vários planos de desenvolvimento de Cabo Verde, embora com maior protagonismo no período democrático.

Dadas as suas vulnerabilidades, Cabo Verde é um país dependente do exterior. Neste sentido, desde muito cedo, o país procurou aumentar a sua rede de cooperação com o exterior no sentido de conseguir recursos para promover o seu desenvolvimento. A nossa investigação conclui que a cooperação externa teve um papel determinante na formação do capital humano em Cabo Verde como fator infraestrutural de desenvolvimento.

**Palavra-chave:** Cabo Verde; Capital Humano; Cooperação Externa.

**Abstract**

The development of human capital is considered to be crucial for the development of a country. Developing countries, especially as the island ones, as is the case of Cape Verde where there are: lack of natural resources, prolonged droughts and among other conditions, invested strongly on the human capital as the cornerstone of the development model.

Thus, since its Independence in 1975, human capital has always been one of the priority áreas in several plans for development of Cape Verde, although with greater protagonism in the democratic period.

Given its vulnerability, Cape Verde is a country dependent on the outside. In this sense, early on, the country sought to increase its cooperation network with the outside in order to manage resources to promote its development. Our research concludes that external cooperation played a key role in the formation of human capital in Cape Verde as infrastructural factor of development.

**Keywords:** Cape Verde, Human Capital, External Cooperation.

## Índice

Resumo .....	iii
Abstract.....	iv
Introdução .....	1
1      Capítulo I: Enquadramento Teórico e Operacionalização de Conceitos .....	5
1.1 Cooperação Externa: Conceito e Breve Abordagem.....	5
1.2 As Concepções Teóricas das Relações Internacionais .....	14
1.2.1 Modelo Realista .....	14
1.2.2 Modelo Idealista .....	16
1.2.3 Modelo Pluralista – Interdependente .....	18
1.3 A Importância do Capital Humano Como Fator de Desenvolvimento.....	20
1.3.1 Teoria de Theodore Schultz .....	21
1.3.2 Teoria de Gary S. Becker .....	22
2      Capítulo II: Cabo Verde: Planos de Desenvolvimento e Grandes Prioridades.....	24
2.1 Breve Caracterização de Cabo Verde.....	24
2.2 As Políticas Económicas de Cabo Verde Após a Independência.....	26
2.2.1 I Plano Nacional de Desenvolvimento: Economia de Planificação Central ....	26
2.2.2 II Plano Nacional de Desenvolvimento .....	28
2.2.3 O processo de abertura ao Exterior.....	30
2.2.3.1 III Plano Nacional de Desenvolvimento .....	30
2.2.3.2 IV Plano Nacional de Desenvolvimento.....	31
2.2.3.3 V Plano Nacional de Desenvolvimento.....	33
2.2.3.4 Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza I.....	34
2.2.3.5 Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II .....	35
2.2.3.6 Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III .....	38
2.3 Análise Comparativa dos Planos de Desenvolvimento Face às Estratégias Definidas .....	39
3      Capítulo III: Análise da Formação de Capital Humano em Cabo Verde.....	41
3.1 A Educação Em Cabo Verde .....	41
3.1.1 A Educação No Período Colonial.....	42
3.1.2 A Educação No Período Pós Independência .....	44
3.1.2.1 Plano Nacional de Educação Para Todos (PNEPT).....	50

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

3.1.2.2	Plano Estratégico de Educação (PEE).....	52
3.2	A Formação Profissional Em Cabo Verde .....	54
3.3	Alguns Indicadores da Evolução da Educação e da Formação Profissional Em Cabo Verde Depois da Independência.....	60
3.4	A Cooperação Entre Cabo Verde e Portugal no Setor da Educação e da Formação Profissional.....	65
3.4.1	Programa Indicativo de Cooperação 1999 – 2001 .....	67
3.4.2	Programa Indicativo de Cooperação 2002 – 2004 .....	68
3.4.3	Programa Indicativo de Cooperação 2005 – 2007 .....	69
3.4.4	Programa Indicativo de Cooperação 2008 – 2011 .....	70
3.4.5	Programa Indicativo de Cooperação 2012 – 2015 .....	72
3.5	Cooperação Entre Cabo Verde e a União Europeia no Setor da Educação e da Formação Profissional .....	72
3.5.1	O Acordo de Cotonou .....	73
3.5.2	O Acordo de Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia .....	74
3.6	Papel da Cooperação Externa na Formação do Capital Humano em Cabo Verde: Algumas Reflexões.....	76
4	Capítulo IV: Percepção dos Receptores das Bolsas de Apoio à Formação de Capital Humano. ....	80
4.1	Entrevistas .....	80
4.1.1	Caraterização dos Entrevistados.....	81
4.1.2	Resultados das Entrevistas .....	82
4.1.3	Análise dos Resultados das Entrevistas .....	84
5	Capítulo V: Conclusões, Limites e Pistas de Investigação .....	85
	Conclusão.....	85
	Bibliografia.....	87
	Anexo .....	96



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Estrutura do Sistema Educativo de Acordo com a Reforma de 1977. ....	44
Tabela 2 - Alunos Matriculados por Sexo .....	47
Tabela 3 - Estrutura do Sistema Educativo de Acordo com a Reforma de 1990 .....	48
Tabela 4 - Número de Estabelecimentos de Ensino por Nível, 1974/75 – 2013/2014 .....	61
Tabela 5 - Evolução dos Efetivos por Nível de Ensino entre 1974/75 a 2007/08 .....	65
Tabela 6 - Evolução das despesas da educação 2000 – 2009 .....	77
Tabela 7 - Evolução das despesas de investimentos da educação por nível de ensino a preços constantes (Milhões de ECV de 2009): 2000 – 2009 .....	78
Tabela 8 - Evolução de novas bolsas e subsídios financiados pelo Governo de Cabo Verde: 2000 – 2009 .....	79
Tabela 9 - Dados dos Entrevistados.....	81

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 - Número de Alunos, 1974/75 – 2013/2014 .....	62
Gráfico 2 - Número de Professores, 1974/75 – 2013/2014 .....	62
Gráfico 3 - Taxa de Alfabetização (15 anos ou mais), 1970 – 2013.....	63
Gráfico 4 - Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Básico, 1990 – 2015.....	64

## **Lista de Siglas**

**ACC** – Acordo de Cooperação Cambial

**ACP** – África, Caraíbas e Pacífico

**APD** – Ajuda Para Desenvolvimento

**CAD** – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento

**CEE** – Comunidade Económica Europeia

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**DECRP** – Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

**EHPPE** – Escola de Habilitação e Formação Profissional dos Professores de Posto Escolar

**IEFP** – Instituto de Emprego e Formação Profissional

**ICP** – Instituto de Cooperação Portuguesa

**IDE** – Investimento Direto Estrangeiro

**IDH** – Índice do Desenvolvimento Humano

**IPAD** – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

**IPC** – Instituto Politécnico de Coimbra

**ISECMAR** – Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar

**LBSE** – Lei de Bases do Sistema Educativo

**MEFIS** – Ministério de Emprego, Formação e Integração Social

**MPD** – Movimento Para Democracia

**OCDE** – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

**ODM** – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

**OECE** – Organização Europeia de Cooperação Económica

**OGD** – Orçamento Geral do Estado

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

**ONG** – Organização Não-Governamental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PADES** – Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário

**PAES** – Projeto de Apoio ao Ensino Secundário

**PAICV** – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

**PAIGC** – Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde

**PDM** – País de Desenvolvimento Médio

**PED** – Países Em Desenvolvimento

**PEE** – Plano Estratégico de Educação

**PIC** – Programa Indicativo de Cooperação

**PMA** – País Menos Avançado

**PNB** – Produto Nacional Bruto

**PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento

**PNEPT** – Plano Nacional de Educação Para Todos

**PNUD** – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

**PREP** – Programa Regional Para a Promoção do Emprego

**SENEC** – Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

**UNICEF** – Organização das Nações Unidas Para a Infância

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Introdução

Esta dissertação aborda o papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde. O que mais motivou o autor a escolher este tema deve-se, em primeiro lugar, ao fato de ser Cabo-verdiano, logo a querer que o tema versasse aspetos relacionados com a sociedade ou economia de Cabo Verde. O autor escolheu o papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde, sobretudo porque, para além da cooperação externa ser uma área associada às relações internacionais, área científica do Mestrado, a cooperação externa tem sido fundamental na formação do capital humano em Cabo Verde, o que, por sua vez, teve um papel de destaque no processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

Insular e sem recursos naturais, Cabo Verde sempre dependeu fortemente do exterior para se desenvolver. A cooperação, tanto bilateral como multilateral, tem sido recursos de grande importância utilizados por Cabo Verde para promover o seu desenvolvimento e para a construção do seu próprio sucesso, de que é conhecido hoje a nível internacional. Esse sucesso conseguido por Cabo Verde a nível internacional deve-se em grande parte aos significativos avanços alcançados ao nível do desenvolvimento humano, particularmente no que respeita a formação de capital humano, colocando-se assim entre os países com melhores índices de desenvolvimento humano o que lhe valeu o estatuto de País de Desenvolvimento Médio (PDM), em 2008. Mas para além dos avanços a nível de desenvolvimento humano, outros fatores também contribuíram para o sucesso de Cabo Verde, destacando-se, entre outros:

- a) A qualidade da Governação. Como disse Barker, (2009 p. 144) *“Good governance does appear to be a significant contributory factor behind Cape Verde’s success, but it is largely an endogenous process not an exogenous one.”*
- b) Baixo nível da “corrupção” a nível político; (Freedom House, 2015).
- c) Estabilidade governativa e inexistência de conflito civil (até agora cumpriram-se todos os mandatos sem interrupções). De acordo com a Fundação Mo Ibrahim (2015) Cabo Verde é o segundo país de África com melhor performance governativa.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Cabo Verde tornou-se independente em 1975. Na perspectiva de Reis (2010), depois da independência, Cabo Verde conheceu dois ciclos históricos: o primeiro que vai de 1975 – 1990 marcado pelo regime monopartidário, com a existência de um só partido no poder que, na altura, era o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que depois deu origem ao Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Neste primeiro ciclo o país adoptou um conjunto de reformas para promover o seu desenvolvimento, dando ao Estado um papel determinante neste processo, tornando – o no principal agente do desenvolvimento económico. O Estado, por sua vez, promoveu o desenvolvimento sobretudo nas áreas dos serviços de transportes e comunicações, nas construções de portos e aeroportos, na produção agrícola, entre outros. As transferências privadas e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) foram os principais financiadores da economia do país nesta época.

Quanto ao segundo ciclo, de acordo com o autor acima citado, este teve início a partir de 1991 com o surgimento do regime multipartidário (existência de vários partidos) e com a subida do MPD (Movimento Para a Democracia) ao poder. Este ciclo foi marcado pelo triunfo do liberalismo no leste europeu na sequência da queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que levou à transição das economias do leste europeu em economias do mercado. O Estado perdeu aqui o seu papel de motor no desenvolvimento económico a favor da iniciativa privada.

O surgimento deste novo modelo foi amplamente aceite no país. O MPD liderou nos dez anos iniciais o processo de liberalismo e privatização, dando assim à iniciativa privada o protagonismo no desenvolvimento do país e ao Estado apenas o papel regulador e supletivo (Reis, 2010).

O capital humano tem sido, desde a independência de Cabo Verde, uma das áreas prioritárias nos acordos de cooperação estabelecidos entre o país e o exterior e conheceu grandes investimentos por parte dos sucessivos governos nacionais. É neste sentido que Sousa (2010, p. 1), citando, PNUD (1998) afirmou que *“é elucidativo o fato de 16% do orçamento geral do Estado para o ano de 1998 terem sido alocados ao setor da educação”*.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Sendo Cabo Verde um país dependente do exterior, como já referimos, torna-se imprescindível, para este trabalho, responder a seguinte pergunta: Qual a relevância da cooperação externa para a formação do capital humano em Cabo Verde?

Quanto aos objetivos, definimos os seguintes para este trabalho: um objetivo geral e três objetivos específicos. O objetivo geral consiste em demonstrar o papel ativo que a cooperação externa teve no progresso e na formação do capital humano em Cabo Verde. Quanto aos objectivos específicos, passamos a enumerar:

- a) analisar, no contexto do capital humano, o setor da educação e da formação profissional;
- b) apresentar um quadro da evolução do capital humano dentro dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) que foram sendo implementados desde os primórdios da independência do país;
- c) identificar e analisar os principais acordos de cooperação externa assinados por Cabo Verde que tiveram impactos no desenvolvimento do setor da educação e da formação profissional como componentes do capital humano, com destaque para a cooperação com a União Europeia (UE) e Portugal.

Relativamente ao enquadramento metodológico, este trabalho não dispensa uma atitude interdisciplinar, dadas a complexidade e a interligação existente entre os vários conceitos, o que levou à consideração de outras áreas de estudo. Para uma melhor compreensão dos conceitos abordados e do próprio conteúdo do trabalho, torna-se indispensável fazer uma análise histórica que nos permite apresentar melhor as sequências dos acontecimentos. Baseámo-nos também em análise documental e em alguns estudos já realizados para obter alguma informação. O outro método é o método quantitativo baseado sobretudo nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Também realizámos algumas entrevistas. Os sites electrónicos também foram de grande importância para este trabalho na medida em que nos permitiram aceder às informações mais recentes e atualizadas.

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos e organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos uma abordagem teórica da cooperação externa, o seu

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

conceito, e a sua articulação com as várias teorias das relações internacionais (modelo realista, idealista, e pluralista-interdependente). Apresentamos as teorias do capital humano com destaque para as teorias de Schultz e Becker. No segundo capítulo fazemos uma caracterização de Cabo Verde, apresentamos as principais linhas da política económica adoptada pelo governo de Cabo Verde após a independência, com destaque para os vários planos nacionais de desenvolvimento. No terceiro capítulo abordamos a educação e a formação profissional em Cabo Verde, destacamos os vários acordos de cooperação estabelecidos entre Cabo Verde e Portugal e Cabo Verde e a União Europeia nos setores da educação e da formação profissional, e abordamos o papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde. No quarto capítulo apresentamos as análises das entrevistas e no quinto capítulo apresentamos as conclusões, limites e pistas de investigação.



## 1 Capítulo I: Enquadramento Teórico e Operacionalização de Conceitos

### Nota Introdutória

Para compreender o papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde, torna-se indispensável destacar, em primeiro lugar, o conceito da cooperação internacional, o seu desenvolvimento ao longo do tempo e a sua própria evolução no contexto das principais teorias das relações internacionais. Neste sentido, é também importante apresentar essas teorias e as suas ideias acerca da cooperação. Relativamente às teorias das relações internacionais vamos abordar o modelo realista, idealista e pluralista-interdependente. Vamos centrar o nosso trabalho neste último, visto que foi com esta teoria que a cooperação conheceu o seu maior desenvolvimento. Do mesmo modo, e também de igual importância, apresentamos as teorias do capital humano, com destaque para as teorias de Schultz e Becker que continuam a desempenhar um papel infraestrutural nos modelos de desenvolvimento económico encetados por muitos países, e o próprio capital humano tem sido uma das áreas em que Cabo Verde mais investiu. As teorias do capital humano têm sido bem acolhidas pelos países em desenvolvimento, sobretudo pelos pequenos Estados insulares, como é o caso de Cabo Verde, onde não há recursos naturais e a aposta no capital humano é essencial para a promoção do seu desenvolvimento.

Essas abordagens teóricas vão servir de ponto de partida para a compreensão de todo o nosso trabalho.

### 1.1 Cooperação Externa: Conceito e Breve Abordagem

A cooperação externa ou internacional tem sido muito abordada ao longo da história, assim como o seu conceito, por isso, vamos, com base em alguns autores, apresentar algumas das suas definições e fazer um breve enquadramento.

Em primeiro lugar definimos a cooperação que, por sua vez, pode ser entendida *“como uma forma organizada de ação, prosseguindo metas e interesses comuns a duas ou mais partes.”* (Pereira, 2005, p. 8).

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

Quanto à cooperação Internacional, a mesma é definida por Sato (2010, p. 46) não apenas como *“ajuda mútua entre governos e entre instituições pertencentes a diferentes países.”* Este autor confere à cooperação internacional uma dimensão muito mais ampla. A cooperação internacional significa então *“governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidas para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional.”* (Sato, 2010, p. 46).

Para Medeiros (2011), a cooperação internacional é a interação voluntária entre nações com o objetivo de dar eficácia extraterritorial a medidas provenientes de outros Estados.

Oliveira e Luvizotto (2011), por sua vez, dividiram em quatro o conceito da cooperação internacional e, segundo uma escala evolutiva, classificaram - o de: *cooperação internacional vertical; cooperação técnica tout court; cooperação internacional horizontal; e cooperação internacional descentralizada.*

Segundo estes autores, a *cooperação internacional vertical* possui um carácter assistencial, e consiste na transferência vertical de conhecimentos e técnicas dos países avançados aos países menos desenvolvidos, o que pressupõe uma postura passiva por parte destes últimos e evidencia a sua condição de subalternidade. Com o passar do tempo, procurou-se substituir esse tipo de assistencialismo pelo conceito de *cooperação técnica tout court*. Com esta cooperação, tornou-se possível tratar os países em via de desenvolvimento como parceiros no processo de solução de seus problemas, como agentes intervenientes no processo de cooperação internacional, possibilitando assim a redução do envolvimento constante de peritos estrangeiros, que foram substituídos por consultores de curto prazo, com a função de apoiar os esforços locais. E isso fez com que os países em desenvolvimento mudassem de posição: de receptores, transformaram-se também em agentes do processo cooperativo.

Mais tarde, a cooperação deixou de ser um mecanismo de interação norte – sul e passou também a existir no sentido sul – sul. Do mesmo modo, passaram a existir ações de cooperação entre países em via de desenvolvimento. É, portanto, neste sentido que a cooperação deixou de ser exclusivamente vertical e técnica para incorporar características horizontais, surgindo assim a *cooperação internacional horizontal* que, segundo esses

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

autores, constitui uma modalidade básica de cooperação para o desenvolvimento, visto que este tipo de cooperação assenta-se na troca de conhecimentos mútuos entre parceiros para a solução de problemas comuns em diversas áreas, tais como: a urbanização; meio ambiente; transportes; educação; saúde; e entre outros.

Por fim, temos a *cooperação descentralizada*. Os mesmos autores citados, destacam três atributos que definem a *cooperação descentralizada*:

- a) O facto de ser qualquer iniciativa promovida por entes que não pertencem à administração central do Estado, tais como: associações privadas, administrações provinciais e municipais, universidades, fundações, sindicatos, entre outros.
- b) Todas as partes envolvidas devem ter algo a contribuir para a aliança estratégica, elevando a noção de trocas qualitativas pro-desenvolvimento como primordial em todo o processo, o qual deve ter como fim último servir como mecanismo efetivo para o desenho e a prática de políticas públicas que solucionem os problemas dos cidadãos.
- c) Sólidas motivações éticas dos agentes que se envolvem com ela.

De um modo geral, a cooperação descentralizada, na perspectiva desses autores, preconiza um modelo de cooperação mais participativo em que reconhecem atores não governamentais como parceiros importantes das tradicionais relações Estado – Estado, ou seja, os atores não governamentais que, anteriormente, não participavam na cena internacional passaram a ter grande importância na mesma. Portanto, esta cooperação visa reforçar a participação da população nas ações de desenvolvimento orientadas para a exploração de complementaridades e reforço de redes globais na perspectiva do desenvolvimento local.

Neste contexto, assumimos a definição da cooperação internacional como um ato em que dois ou mais países e/ou instituições colaboram entre si para atingirem um determinado objetivo, com vista a um benefício mútuo.

Ao longo do tempo, a cooperação internacional sofreu grandes transformações na sequência dos acontecimentos que marcaram a história das relações internacionais e,

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

simultaneamente, firmou-se como uma *“componente essencial na política externa dos países.”* (Sato, 2010, p. 53).

Na antiguidade clássica os povos *“mantinham um quadro de relações de vizinhança marcadas essencialmente pelas trocas comerciais e através do envio de embaixadas, e vinculavam os seus interesses por meio de tratados e acordos pessoais [...]”* (Bernardino, 2012, p. 6).

No período medieval *“as alianças (entendidas como cooperação ou colaboração) são utilizadas como instrumento para promover a fé cristã e deter os avanços dos chamados bárbaros e infiéis.”* (Abreu, 2008, p. 6).

Com o surgimento do Estado moderno, e após a guerra dos 30 anos, em 1648 foi assinado o tratado de paz de Vestefália, sendo que *“este ato político marcou o fim do primeiro grande conflito intra-europeu, forjando uma nova fase de cooperação europeia para a segurança e veio romper com o feudalismo dando origem a uma nova ordem internacional de raiz europeísta.”* (Bernardino, 2012, p. 11).

A época contemporânea inicia-se *“com os ideias da revolução francesa a romper a velha ordem mundial estabelecida em Vestefália.”* (Bernardino, 2012, p. 12).

Dito isto, é de ter em consideração que a cooperação internacional propriamente dita só conheceu o seu avanço a partir das duas Guerras Mundiais, ou seja, a partir da Primeira e da Segunda Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial abalou a ordem internacional e na sua sequência foi assinado, em 1919, o tratado de Versalhes que, por sua vez, marcou o fim deste grande conflito. Este tratado *“apesar de constituir um marco nas relações de cooperação inter – Estados no início do século XX com enfoque na segurança e no desenvolvimento, estava contudo orientado para o ajuste de contas com as potências derrotadas na guerra (especialmente a Alemanha) [...]”* (Bernardino, 2012, p. 14). Com a Primeira Guerra Mundial surgiram os Estados Unidos como a potência emergente que, por intermédio do seu presidente Wilson, propuseram um conjunto de medidas cooperativistas de natureza política, comercial e militar. Deste ato resultou a Sociedade ou Liga das Nações que, por sua vez, entrou em colapso e deu origem a Segunda Guerra Mundial e ao surgimento das Organizações das Nações Unidas (ONU).

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

Após a Segunda Guerra Mundial a cooperação e o desenvolvimento passaram a ser os temas centrais da comunidade internacional e a ONU *“constitui-se assim no fórum mais destacado no contexto da cooperação internacional”* (Bernardino, 2012, p. 16).

Para Abreu (2008, p. 7) *“as primeiras iniciativas de estruturação da cooperação internacional regular como um todo (científico, técnica e tecnológica) foram motivadas pelas Nações Unidas devido a necessidade de reconstruir os países afetados pelo conflito e de acelerar o desenvolvimento dos países menos industrializados, de modo a impedir um novo conflito.”*

Outro acontecimento que marcou o pós guerra em termos de cooperação internacional é o surgimento do Plano Marshall proposto pelos Estados Unidos para ajudar a reconstruir os países europeus afetados pela guerra. O Plano Marshall levou à criação da Organização Europeia de Cooperação Económica que, em 1960, deu origem a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económica (OCDE), tendo no mesmo ano sido criado o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (Abreu, 2008). Importa referir que a cooperação internacional veio, desde a Segunda Guerra Mundial, sofrendo alterações tanto a nível do seu conteúdo como do seu progresso.

Com o início da Guerra Fria a questão militar dominou a questão económica e social e o objetivo principal da cooperação era *“impedir que os países em desenvolvimento (PED) passassem para o lado socialista, dominado pela União Soviética.”* (Abreu, 2008, p. 8).

Um dos grandes acontecimentos que marcaram, de certa forma, a cooperação internacional de um modo geral e que não podemos deixar de mencionar é a criação do Sistema Geral de Preferências (SGP) em 1970 no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e na sua sequência, em 1979, surgiu a *“Enabling Clause”* (Cláusula de Habilitação) como uma exceção à Cláusula da Nação Mais Favorecida (CNMF) que constituía uma das mais importantes cláusulas do General Agreement on Tariffs and Trade/ Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GAAT) criado em 1947. Portanto, segundo a CNMF *“Qualquer vantagem, favor, imunidade ou privilégio concedido por uma parte contratante em relação a um produto originário de ou destinado a qualquer outro país, será imediata e incondicionalmente estendido ao produto similar, originário do território de cada uma das outras partes contratantes ou ao mesmo tempo destinado”* (GATT 47), esta cláusula não incluía os países em desenvolvimento, e, então, o SGP surgiu com o objetivo de proteger

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

os países em desenvolvimento, fazendo com que os países desenvolvidos concedam isenções ou reduções dos impostos de importação sobre determinados produtos procedentes de países em desenvolvimento. Na sequência do SGP surgiu a *“Enabling Clause”* com o objetivo de dar tratamento diferenciado e mais favorável aos países em desenvolvimento, permitindo igualmente a promoção do envolvimento de países em desenvolvimento no comércio internacional (Frisso, s/d).

Os anos de 1970 foram marcados pela crise do petróleo e pela queda dos preços das matérias-primas, pelo que *“uma variedade de temas começou a ser inserida na agenda internacional, como as questões ligadas ao meio ambiente, ao ambiente humano e principalmente a tentativa de redução da pobreza”* (Abreu, 2008, p. 11).

Com a crise, e apesar da preocupação em torno do combate à pobreza, é certo que, nos anos 1970, em termos de transferências financeiras, as preocupações foram, sobretudo, macroeconómicas (Afonso, 2005), no sentido de ajudar os países em desenvolvimento a aliviar as suas dívidas.

Em 1975 foi assinada a primeira Convenção de Lomé, que estabelecia a cooperação entre os Estados-membros da Comunidade Económica Europeia (CEE) e os países de ACP (África, Caraíbas e Pacíficos). Seguiram-se a Convenção de Lomé II, a Convenção de Lomé III e a Convenção de Lomé IV, que depois vieram a ser substituídas pelo Acordo de Cotonou. Ainda, relativamente às Convenções de Lomé, destacam-se os seus instrumentos que se articulavam no auxílio aos países do espaço ACP, tais como: o Fundo Europeu de Desenvolvimento; os Programas Indicativos Nacionais e Regionais; o Ajustamento Estrutural; a Ajuda e Segurança Alimentares; a Ajuda Humanitária; o STABEX e o SYSMIN (Pereira, 2005).

Os anos 1980 foram marcados pela crise da dívida, subida das taxas de juro e da recessão nos doadores. Esses acontecimentos mudaram o ambiente da cooperação neste período. Portanto, a partir dos anos 1980 *“o cenário internacional começou a alterar-se substancialmente. A conjugação de vários fatores entre os quais se destaca a crise da dívida externa e um ambiente de recessão na maioria dos países provedores de ajuda internacional, mudou radicalmente o ambiente da cooperação”* (Abreu, 2008, p. 13). Então surgiram novas preocupações *“a luta contra a pobreza e o desenvolvimento rural e agrícola são postos de*

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

*lado e a estabilidade macroeconómica dos países em desenvolvimento torna-se o principal objetivo.”* (Abreu, 2008, p. 13). Aqui, as Organizações Não – Governamentais (ONG) surgiram como organizações capazes de fornecer ajuda de forma mais rápida e eficaz do que as agências bilaterais, sobretudo em caso de emergência, ao contrário da época anterior em que tinham um papel limitado na canalização da ajuda (Afonso, 2005).

Essa fase é também marcada pelo *Consenso de Washington* protagonizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial e tinha como base as ideias neoliberais, baseadas no mercado livre, na redução do papel do Estado, na liberalização da atividade económica, entre outros. Foram, então, implementadas as políticas de ajustamento estrutural e a preocupação da cooperação desenvolveu-se em torno da estabilização macroeconómica dos países em desenvolvimento e a redução das suas dívidas.

Na primeira metade dos anos 1990, a estabilidade e o ajustamento ainda continuam a ser os objetivos dominantes, mas as mudanças ocorridas no leste e a situação da estagnação geral fazem centrar as atenções no papel das instituições. Com o fim da guerra fria, aumentou a instabilidade e catástrofes de origem humana, tudo isso faz despontar a ajuda humanitária e de emergência e, com isso, surgiram novas áreas para a cooperação, como: a prevenção de conflitos, a diplomacia preventiva, a reabilitação pós-conflito, e as operações de manutenção da paz. Na segunda metade dos anos 1990, com o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, emergiu o Post – Washington Consensus (PWC) que centrava os seus objetivos no combate à pobreza (Afonso, 2005).

Portanto, nos anos 1990 *“o desenvolvimento humano passa a ganhar mais espaço nas discussões internacionais, [...] tendo como foco de análise principal o indivíduo como objeto de referência de segurança.”* (Abreu, 2008, p. 15).

Em 2000, foi assinado o Acordo de Cotonou entre os países membros da União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Este acordo, por sua vez, veio substituir as Convenções de Lomé, como acima referimos. Portanto, o Acordo de Cotonou veio estabelecer um novo quadro político que regula a cooperação entre os Estados ACP e a UE com o objetivo de redução de pobreza até à sua erradicação, o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva e faseada dos países ACP na economia mundial (SNEDE, 2006).

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

No século XXI e, sobretudo *“as primeiras décadas do século XXI parecem sobressair em relação as demais, pela concertação de esforços que têm sido desenvolvidos em prol de uma maior e melhor ajuda, tendo como preocupações dominantes as situações de pobreza extrema, o respeito pelos direitos humanos e, sobretudo, o compromisso por alcançar as metas acordadas internacionalmente a nível dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM)”* (Faria, 2012, p. 3).

Portanto, em 2000, os Estados de todo o mundo assinaram a declaração do Milénio que foi reconhecida pelos 189 Estados-membros das Nações Unidas (Monteiro, 2009). Na Declaração do Milénio havia um conjunto de objetivos, então chamados Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), a saber: Erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de género e a autonomização da mulher; reduzir a mortalidade de crianças; melhorar a saúde materna; combater o VIH/Sida, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; criar uma parceria global para o desenvolvimento (Unicef, s/d). Entretanto *“esta declaração representou um compromisso assumido pelos países mais ricos de libertar os povos mais desfavorecidos das condições desprezíveis e desumanas da pobreza extrema”* (Monteiro, 2009, p. 35). A Declaração do Milénio e os seus objetivos (ODM) veio a dar *“um enorme impulso às questões do desenvolvimento através de uma nova parceria mundial que leve a criação de uma nova ordem mundial, mais justa, menos pobre e menos insegura”* (Monteiro, 2009, p. 36). Os ODM produziram grandes avanços em diversas áreas, nomeadamente no domínio do controlo da malária, do VIH e da imunização contra o sarampo, permitindo uma redução de número de mortes de crianças de 12,5 milhões, em 1990, para 8,8 milhões, em 2008. A taxa de desflorestação abrandou graças a projetos de plantação de árvores (Relatório sobre ODM, 2010), e entre outros avanços conseguidos.

Em 2015, foram acordados até 2030 novos objetivos do milénio, designados de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos quais fazem parte dezassete objetivos, a saber:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a Fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;



## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno, e a preço acessível a energia para todos;
8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade,
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusiva em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; (PNUD, s/d).

Feita esta abordagem sintética da cooperação internacional, e a sua evolução no seio da comunidade internacional ao longo do tempo, vamos, em seguida, apresentar as principais teorias das Relações Internacionais e as suas ideias acerca da cooperação.

### 1.2 As Concepções Teóricas das Relações Internacionais

#### 1.2.1 Modelo Realista

O realismo apresenta várias divisões e subdivisões. Dentro do realismo encontramos os realistas clássicos, neoclássicos e realistas estruturais, também denominados de neo-realistas.

Neste trabalho, não vamos fazer uma análise detalhada do realismo, especificando as ideias de cada um dos autores de forma isolada, mas iremos antes identificar as características comuns e distintivas entre aqueles.

As origens do realismo remontam aos escritos dos autores como Tucídides, Maquiavel, Thomas Hobbes e Carl von Clausewitz. Hans Morgenthau lançou o seu livro *Politics Among Nations* em 1948, reconhecido como livro clássico do realismo. Na década de 1970 surgiu Kenneth Waltz que apresentou a sua versão atualizada do realismo que, por sua vez, veio a ser denominada de neo-realismo, ou ainda teoria sistémica (Ramos, 2006). O neo-realismo é conhecido como teoria sistémica devido a sua ênfase nos constrangimentos gerados pelo sistema internacional sobre as unidades (Estados) (Ramos, 2006). De uma forma ou de outra *“o paradigma realista, clássica ou tradicional, encontra a sua génese na teoria política derivada da experiência adquirida através da consolidação do estado como forma de organização social e política”* (Santos e Ferreira, 2012, p. 74).

O realismo clássico *“inicia seus argumentos sobre a tese da sobrevivência e auto ajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado, conservação do seu poder e a preservação da ordem pela subserviência de sua população, tendo a segurança comum como seus principais pressupostos”* (Castro, 2012, p. 316). Um dos principais argumentos do realismo clássico baseia-se na ideia de que *“as relações humanas e, em última instância, as*

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

*Relações Internacionais são centradas no poder, tendo a lógica da dominação como seu combustível*” (Castro, 2012, p. 317).

Quanto ao realismo neoclássico, que teve o seu início após 1945, final da II Guerra Mundial, tem como o seu expoente máximo Morgenthau, mas também autores como Kissinger e Kennan deram algumas contribuições.

De um modo geral, o realismo é uma abordagem segundo o qual as relações internacionais se referem, essencialmente, aos Estados e suas inter-relações e a busca pelo poder é o objetivo principal dos Estados. Portanto, os Estados *“devem sempre maximizar o seu poder e a sua segurança, podendo recorrer à força para atingir seus fins”* (Ramos, 2006, p. 15). Para os realistas os principais atores do sistema internacional são os Estados Soberanos. Os atores subnacionais e transnacionais como Organizações Internacionais, grupos de interesse domésticos, organizações não-governamentais, entre outros, são para os realistas de importância secundária (Ramos, 2006). Os realistas caracterizam as relações entre os atores das relações internacionais, nomeadamente, entre Estados, como sendo tipicamente conflituais e de rivalidade permanente (Santos e Ferreira, 2012). Portanto, *“Os realistas apontavam a realidade da anarquia internacional, crendo que o sistema internacional se formava com base num estado de natureza em que cada Estado é um lobo, existindo, em luta pela sobrevivência, a guerra de todos contra todos”* (Patrício, 2006). Esta competição permanente e esse ambiente relacional anárquico é originado, segundo os realistas, pela falta de harmonia entre os interesses dos Estados e pela ausência de confiança mútua (Santos e Ferreira, 2012).

O realismo rejeita a possibilidade de evolução ou progresso dos indivíduos e, por isso, os realistas *“concedem uma margem de manobra reduzida as capacidades humanas de alteração da natureza anárquica e conflitual do ambiente relacional no sentido do estabelecimento de uma ordem internacional, cuja existência e eventual evolução derivam, e são sempre determinados pelo processo histórico e não pela vontade humana”* (Santos e Ferreira, 2012, p. 77), então surge uma outra característica dos realistas que é a visão determinista do processo histórico, portanto, para os realistas, citando os mesmos autores, a história se repete, permitindo a previsão dos seus desenvolvimentos.

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

Quanto às suas ideias sobre a cooperação, os realistas preocupam-se mais com a competição do que com a cooperação, para eles *“a cooperação entre soberanos é possível, conquanto não seja provável”* (Rocha, 2002, p. 234), e consideram que a aliança pode reforçar a segurança, mas cada um tem que ter meios suficientes para atuar sozinho se esse for o caso.

Ainda, para os realistas e neo-realistas a cooperação internacional serviria para os Estados manterem o seu poder e crescimento, para conseguirem influência política, prestígio, vantagens geo-estratégicas e intensificação do comércio, para garantirem investimentos ou, também, como forma de oferecerem subornos para as elites dos países em desenvolvimento em troca de apoios, por exemplo, em organismos internacionais. Neste sentido, as políticas de cooperação são inseparáveis das relações de poder (Maciel, 2009).

Os realistas também argumentam que a existência de um poder hegemónico facilita a formação de determinados tipos de arranjos cooperativos (Maciel, 2009).

O realismo, apesar de ser um dos principais modelos de pensamento que dominou o sistema internacional ao longo de várias décadas, sofreu várias críticas. Aqui apresentamos apenas algumas das críticas feitas aos realistas. Portanto, uma das críticas às perspectivas realistas centram-se numa *“reconhecida ausência de estudos empíricos para basear a teoria, bem como no recurso a dados históricos tratados sem referências metodológicos, facto que retira o pretendido carácter científico às teorias”* (Santos e Ferreira, 2012, p. 85) A outra crítica feita à perspectiva realista é a *“valorização do estado nacional em termos de capacidade relativa, o reconhecimento marginal da existência de outros atores e a secundarização da sua relevância”* (Santos e Ferreira, 2012, p. 86).

### 1.2.2 Modelo Idealista

O idealismo *“é um tipo de pensamento político que, apesar de reconhecer os problemas da segurança e do poder, centra-se não apenas sobre as condições e as soluções racionais para esses problemas, mas também nos projectos de mudança evolutiva do ambiente relacional, logo, da sociedade internacional”* (Santos e Ferreira, 2012, p. 116). O idealismo surgiu na sequência da Primeira Guerra Mundial e na tentativa, por parte da comunidade

internacional e dos líderes políticos, de arranjar meios para evitar uma nova guerra. Uma das grandes figuras que contribuiu para o desenvolvimento da teoria idealista foi o ex – Presidente norte – americano Woodrow Wilson com os seus chamados catorze pontos nos quais anunciou a construção de uma organização universalista (Sociedade das Nações) que tinha como objetivo propor uma ordem mundial (Moreira e Campos, 2015). É neste contexto que surgiu o idealismo em oposição ao realismo. Portanto, as abordagens idealistas, ao contrário das realistas, giram em torno da paz e da segurança coletiva, por isso, o idealismo considera *“possível uma ordem política internacional baseada na razão e na ética, e na qual, os estados se comportam como os indivíduos de forma racional e moral.”* Sendo o progresso *“assegurado pela atualização das capacidades e das potencialidades do homem através da racionalização da experiência”* (Santos e Ferreira, 2012, p. 116). Como podemos ver, ao contrário do realismo, o idealismo tem uma visão não determinista da história e do mundo, considerando que a ação humana é capaz de efectuar mudanças e de evoluir no sentido do progresso. Ainda dentro dessa lógica, conforme afirmam Santos e Ferreira (2012, p. 116) o idealismo caracteriza-se *“por afirmar a capacidade de mudança progressiva da natureza humana através da experiência e da consequente aprendizagem, conducentes a um processo de atualização evolutiva das suas capacidades e potencialidades”*, considerando que os homens podem organizar e cooperar para o bem da sociedade (Moreira e Campos, 2015).

Ao contrário dos realistas que defendem a competição, os idealistas defendem *“uma harmonia natural de interesses entre os estados”* considerando que *“esses interesses são mais complementares do que antagónicos.”* Sendo assim, *“a paz não só é possível, como indivisível, desejável e racionalmente preferível.”* A paz, refere-se ainda, é *“um interesse coletivo cuja perturbação seria irracional e imoral”* (Santos e Ferreira, 2012, p. 116). Segundo esta teoria, cada ator ao tentar concretizar os seus próprios interesses, está, simultaneamente, a contribuir para a concretização dos interesses da comunidade internacional no seu todo, visto que *“a satisfação dos interesses reduz as potenciais causas de conflitos e aumenta, por consequência, a estabilidade dos relacionamentos”* (Santos e Ferreira, 2012, p. 116). Os idealistas, segundo Patrício (2006), *“acreditavam na possibilidade de o sistema internacional estruturar-se como uma comunidade que exigiria algo como uma república universal, base da idealização da sociedade das nações.”*

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Defendendo, sobretudo, os valores morais, o internacionalismo e o multilateralismo, o Idealismo contribuiu para moldar o sistema internacional às exigências do direito e da justiça das sociedades (Bernardino, 2012).

Uma das críticas ao idealismo é feita por Eduard H. Carr que, segundo Santos e Ferreira (2012), considera o idealismo utópico. A outra crítica feita ao idealismo, de acordo com a mesma fonte citada, é o fato de não integrar nas suas teorias, a utilização da força para fins específicos.

Quanto às suas abordagens acerca da cooperação, os idealistas baseiam-se na ideia de que a cooperação é possível com um regulamento e mecanismos jurídicos de redução de conflitos (Rodrigues, 2004). Ainda no que se refere à cooperação, os idealistas consideram que a cooperação internacional entre os Estados deve ser entendida como uma das melhores formas de resolver os conflitos no mundo (Bernardino, 2012).

Para os idealistas a cooperação é a chave da atividade internacional, e que todos os Estados devem obedecer a preceitos éticos e morais quando procuram defender a sua soberania (Moreira e Campos, 2015).

### **1.2.3 Modelo Pluralista – Interdependente**

Alguns designam de pluralista, outros de institucionalista ou ainda de neoliberal institucionalista. Isto devido a sua ênfase no papel das instituições tais como as Organizações não-governamentais (ONG), as Empresas Internacionais e as Organizações Internacionais (Ramos, 2006). Aqui, portanto, as instituições, as convenções, os acordos e os regimes internacionais são decisivos para atribuição de capacidades relativas entre os estados (Santos e Ferreira, 2012).

Também designado de liberalismo comercial, o neo-liberalismo institucionalista “*promove a liberdade de comércio e a economia capitalista do mercado livre, como formas de promover a paz, a estabilidade e o progresso*” (Santos e Ferreira, 2012, p. 151).

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

Os teóricos do neo-liberalismo institucionalista ou simplesmente da interdependência consideram a importância de outros atores para além do Estado, ou seja, *“o próprio Estado não é um ator unitário, mas sim uma coalizão complexa de grupos e interesse”* (Ramos, 2006, p. 3). Neste contexto, de acordo com a mesma fonte citada, eles, os tomadores de decisões, burocratas e demais grupos possuem considerável influência sobre as decisões do Estado e os atores como as ONG e corporações multilaterais possuem a capacidade para constranger as escolhas dos Estados.

À semelhança dos modelos realista e idealista, o modelo neo-liberal institucionalista também desenvolveu o conceito de cooperação. Como já referimos anteriormente, os realistas consideram que a cooperação é possível, embora não seja provável, e que a cooperação internacional serviria para os Estados manterem seu poder de crescimento e entre outros, assim como, consideravam que a existência de um poder hegemónico facilita a formação de determinado tipo de arranjos cooperativos. Os idealistas, por sua vez, consideravam a cooperação internacional entre Estados como forma de resolução de conflitos.

Partindo das abordagens feitas acerca da cooperação por parte dos realistas e idealistas, é de ter em consideração que os teóricos da interdependência aceitam a ideia dos realistas de que a existência de um poder hegemónico facilita a formação de determinados tipos de arranjos cooperativos, mas, ao mesmo tempo não concordam que a mesma seja uma condição suficiente e necessária para a ocorrência da cooperação. Do mesmo modo, os teóricos da interdependência não aceitam que a cooperação dependa da permanência da hegemonia após um regime ter sido criado, afirmando que a cooperação pós hegemónico também ocorre (Ramos, 2006).

Os neo-liberais institucionalistas consideram que *“se por um lado o sistema de comércio livre promove o incentivo à cooperação, por outro lado, não torna automática essa cooperação”* (Santos e Ferreira, 2012, p. 154). A cooperação resulta, segundo eles, de um desenvolvimento complexo dos padrões de relacionamento interativo que exige planeamento e negociação, e as instituições tornam-se decisivas neste processo (Santos e Ferreira, 2012). Entretanto, segundo Rodrigues (2014, p. 109), a teoria da interdependência *“aborda a cooperação recíproca, ou seja, dependência mútua e contempla a interferência de*

*forças externas que influenciam atores em diversos países”, e não considera que a arena internacional seja apenas um ambiente de cooperação, mas que “no jogo para obter os resultados propostos é necessário manipular os fatores da interdependência”.*

Foi com esta teoria que a cooperação internacional ganhou grande importância, devido, sobretudo, ao crescente desenvolvimento das relações de interdependência.

### 1.3 A Importância do Capital Humano Como Fator de Desenvolvimento

Ao longo do tempo, vários autores reflectiram e escreveram sobre o conceito de capital humano, embora de forma superficial e sem a intenção de criar esse próprio conceito tal e qual é conhecido hoje.

No século XVIII Charles Devenant fala da importância do homem para o país, já que, segundo ele, *“os corpos dos homens são, sem dúvida, o mais valioso tesouro de um país”* (Marshal, 1890, citado por Kelniar, Lopes, Pontili, 2013).

Em 1776, Adam Smith na sua obra *“A riqueza das Nações”* discursou sobre o tema do capital humano embora sem utilizar o termo, salientando a importância de melhorar a habilidade e destreza dos trabalhadores como fonte de progresso económico (Grande Enciclopédia de Economia, s/d).

Alfredo Marshal também falou sobre o capital humano em 1890 na sua obra *“Principles of Economics”*, dividindo a riqueza em bens materiais e imateriais. Segundo ele, os bens imateriais são qualidades e habilidades, portanto, qualidades e habilidades são capital humano (Kelniar, Lopes, Pontili, 2013). Citando os mesmos autores, Marshal considera que *“quando o trabalhador adquire conhecimento torna-se mais confiante na execução de suas tarefas.”*

Em 1867, Marx também fez a sua abordagem sobre o capital humano. Marx considera que todo o valor vem da mão-de-obra (Ponchirolli, 2002). Para ele, *“é necessário o investimento em educação para se alterarem as relações sociais”*, e considera ainda que *“os trabalhadores devem investir em educação para adquirir capacidade de serem os formadores do estado”* (Kelniar, Lopes, Pontili, 2013).



## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Jacob Mincer também abordou o capital humano. Ele procurou uma relação entre investimento em capital humano e a produtividade. Neste sentido, Mincer considerou que a dispersão dos rendimentos entre as diferentes ocupações deveria estar relacionada positivamente ao volume de investimento em capital humano feito nelas (Saul, 2004).

Apesar dessas abordagens, a teoria do capital humano teve o seu desenvolvimento com Schultz e Becker. Os estudos desenvolvidos por Schultz e por Becker sobre o capital humano, como vamos ver em seguida, induziram vários países a um maior investimento no capital humano como forma de promoverem os respetivos processos de desenvolvimento. Os países passaram a estabelecer relações de cooperação no sentido de desenvolver o seu capital humano, ou seja, o capital humano torna-se o centro das atenções nas relações de cooperação, tornando-se a aposta no desenvolvimento dos setores da educação, da formação profissional, da saúde, nas principais prioridades nas relações de cooperação da maioria dos países, principalmente dos países insulares onde há falta de recursos naturais, como é o caso de Cabo Verde, que procura promover o seu desenvolvimento através do desenvolvimento do capital humano.

### **1.3.1 Teoria de Teodore Schultz**

Professor de Economia da Educação e especialista em Economia Agrária, Schultz formalizou a teoria do Capital Humano e, em 1979, ganhou o prémio Nobel em Economia.

Schultz *“buscou estabelecer a substância do capital humano e as condições da sua formação, sustentando residir nessa forma de entender a capacitação das pessoas a resolução de muitos paradoxos e confusões a respeito da dinâmica do crescimento económico nos Estados Unidos”* (Saul, 2004, p. 232).

Na teoria do capital humano formalizada por Schultz a educação passa a ser imprescindível no contexto económico. Portanto, com Schultz *“a educação passa a ser valorizada como elemento de investimento e importante no processo de desenvolvimento da nação”* (Kelniar, Lopes, Pontili, 2013). Segundo Schultz o indivíduo que investir em conhecimento passa a ter maiores rendimentos e ascensão social. Schultz *“coloca o conhecimento como forma de capital e a decisão de investir na capacitação do trabalhador passa a ser uma deliberação*

*individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade” (Kelniar, Lopes, Pontili, 2013).*

Segundo Bayer (2011, p. 13), Schultz divide em cinco categorias as capacidades que contribuem para o desenvolvimento humano, a saber: *“o investimento em saúde, pois objetiva o aumento da expectativa de vida e vitalidade dos trabalhadores em suas funções; treinamento realizado no próprio emprego; educação formal, quer seja dos níveis primário e secundário, tanto quanto terciário; programas de estudos para adultos fora das empresas; migração de famílias e indivíduos, tendo em vista adequação às ofertas flutuantes de emprego.”*

Schultz considera que *“os proprietários do capital humano são os trabalhadores, [e] estes não podem se separar de suas habilidades e quanto mais conhecimento adquirirem melhor será a produtividade”* (Kelniar, Lopes, Pontili, 2013). Para Schultz o trabalhador investe em educação na expectativa de retornos, sendo assim a educação transforma-se em produto negociável.

De um modo geral, a teoria do capital humano de Schultz aponta para a importância da educação como fator de desenvolvimento.

### 1.3.2 Teoria de Gary S. Becker

Garry S. Becker, também ganhou o prémio Nobel da Economia em 1992. Seguindo os estudos de Schultz e Mincer sobre o capital humano, Becker, por sua vez, acrescentou ao conceito de capital humano *“o trabalho acumulativo e outros hábitos (...)”* (Moretto, 1997, p. 69).

Becker estuda de forma aprofundada os benefícios gerados pelo capital humano e desenvolveu *“uma teoria baseada, não apenas no indivíduo, mas no mesmo como integrante de uma família, sociedade (...)”* (Bayer, 2011, p. 17)

Segundo Becker, *“os indivíduos tomam a decisão de gastar em educação, treinamento, assistência médica, aperfeiçoamento ao conhecimento já existente e saúde porque levam em conta os custos e os benefícios dessa decisão”* (Moretto, 1977, p. 69). Para Becker *“o*

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

*investimento em educação contribui para o crescimento económico, melhora os rendimentos individuais e tem efeito positivo sobre a saúde e a formação das famílias”* (Kelniar, Lopes, Pontili, 2013).

Becker, comentando o trabalho de Schultz, explica que *“além das melhorias nos ordenados e nas ocupações, os benefícios incluem a cultura e outros ganhos não monetários, sendo os custos normalmente dependentes do valor obtido mediante o tempo gasto nesse investimento, a taxa de desconto intemporal”* (Moretto, 1977, p. 69).

Em suma, a cooperação internacional tem evoluído, ao longo do tempo, graças aos contributos das diferentes teorias das relações internacionais que, por sua vez, procuraram definir a posição e a importância da cooperação internacional no contexto das relações internacionais. Em relações aos assuntos considerados prioritários nas áreas da cooperação internacional também têm sofrido alterações consoante as épocas, envolvendo assim outros assuntos que dantes não eram considerados relevantes para a cooperação. É o caso da educação considerado como fator de desenvolvimento pelas teorias do capital humano e que tem vindo cada vez mais a ganhar posição na cooperação internacional.

## **2 Capítulo II: Cabo Verde: Planos de Desenvolvimento e Grandes Prioridades**

### **Nota Introdutória**

Depois da sua independência, em 1975, Cabo Verde adoptou um conjunto de estratégias como forma de promover o seu desenvolvimento. Nesse percurso em direção ao desenvolvimento, o Governo criou cinco planos nacionais de desenvolvimento (I; II, III, IV, V) e em cada um desses planos encontra-se um conjunto de objetivos políticos, sociais e económicos a alcançar.

Insular e parco em recursos naturais, a aposta no capital humano surgiu como alternativa para Cabo Verde na promoção do seu desenvolvimento.

Por isso, o capital humano tem sido, nos vários planos adoptados, sempre uma das áreas privilegiadas.

Dentro do capital humano, daremos maior ênfase aos setores da educação e da formação profissional que constituem o nosso objeto de estudo.

### **2.1 Breve Caraterização de Cabo Verde**

Cabo Verde é um pequeno arquipélago formado por dez ilhas: Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava e alguns ilhéus. Das dez ilhas, apenas a ilha de Santa Luzia é desabitada. A ilha de Santiago é a principal ilha de Cabo Verde, pois nela encontra-se a capital do país – a cidade da Praia – sede do Governo. É a cidade da Praia que acolhe todos os órgãos de soberania, bem como as missões diplomáticas e de cooperação internacional acreditadas em Cabo verde (Monteiro, 2009).

Situado na zona sub – saheliana, Cabo Verde tem um clima tropical seco e as estações do ano são fundamentalmente duas: “as – águas” e estação seca. A estação chuvosa (as – águas), de Agosto a Outubro, é muito irregular e geralmente com fraca pluviosidade (Ribeiro, 2013). Os períodos de seca são mais prolongados, o que leva a consequências

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

graves na produção agrícola e a um impacto negativo no desenvolvimento do país, não permitindo o sustento das populações que dependem da agricultura (Monteiro, 2009).

Com uma população de, aproximadamente, 500.000 habitantes, Cabo Verde insere-se no quadro de pequenos Estados insulares. A escassez de recursos naturais, a insularidade, a descontinuidade territorial, a seca prolongada, são alguns dos fatores que condicionam a economia e o desenvolvimento do país. Portanto, não é de estranhar a forte dependência de Cabo Verde dos recursos externos, já que o país tem que importar a maioria de bens que consome – exemplo disso são os produtos alimentares (90%) e produtos energéticos (97%) (Ribeiro, 2013).

Dadas essas condicionalidades, Cabo Verde desenvolveu, desde muito cedo, um conjunto de estratégias políticas para contrariar essas limitações. A falta de alternativa económica fez com que Cabo Verde apostasse na formação de capital humano como forma de promover o seu desenvolvimento, pelo que desde a independência, em 1975, aquela tem sido sempre uma das áreas prioritárias em termos de prioridades políticas.

Cabo Verde tornou-se independente em 1975, e nos primeiros anos da sua independência, o país foi governado pelo Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que, mais tarde, em 1981, deu origem ao Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Da sua independência, em 1975, até 1990, Cabo Verde foi governado sob o regime do partido único, algo que veio a mudar a partir de 1990. Portanto, a partir de 1990 deu-se a abertura política e, em 1991, realizaram-se as primeiras eleições livres e multipartidárias em que o Movimento Para Democracia (MPD) saiu vencedor.

O grande investimento no capital humano fez com que Cabo Verde, em 2000, ocupasse o 100º lugar no Índice do Desenvolvimento Humano (IDH), com uma esperança média de vida de 69,7 anos e uma taxa de alfabetização que atinge os 73,8% (Querido, 2005).

Em 2008, Cabo Verde deixou de ser considerado país menos avançado (PMA) e passou a ser considerado país de desenvolvimento médio (PDM).

## 2.2 As Políticas Económicas de Cabo Verde Após a Independência

Cabo Verde, no momento da sua independência política, em 1975, *“Vivia um modelo de integração económica internacional que vinha desde meados do século XIX e que assentava em três elementos fundamentais: os serviços, a emigração e a integração no espaço imperial português”* (Estêvão, s/d, p. 1).

No período compreendido entre 1975, ano da independência, e 1990, *“foi adoptada uma estratégia socialista, redistributiva, preocupada com a valorização dos recursos endógenos (ambiente, educação, formação técnica, saúde), com a solvabilidade externa, a unificação do mercado interno, satisfação das necessidades das populações (produção para o mercado interno), com uma perspectiva de desenvolvimento humano”* (Reis, 2000, p. 102).

Durante este período foram aplicados dois planos de desenvolvimento. O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) que vigorou entre 1982 e 1985, e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que foi aplicado nos anos de 1986 a 1990. Tanto um como outro *“eram constituídos por um conjunto de projectos e programas de desenvolvimento público coordenados de forma centralizada pelo Estado”* (Reis, 2010, p. 294)

Em 1991, com a queda da URSS, com o surgimento da democracia, do multipartidarismo, da economia do mercado, todos esses acontecimentos tiveram grande impacto em Cabo Verde, o que fez com que o país adoptasse uma nova estratégia política. Portanto, em 1991, Cabo Verde adoptou a política de abertura ao exterior e com esta política foram elaborados o III PND, IV PND e o V PND, de que falaremos em seguida.

### 2.2.1 I Plano Nacional de Desenvolvimento: Economia de Planificação Central

Depois da independência e ainda sob o regime do partido único, já que o PAICV era o partido que estava no poder, Cabo Verde adoptou um conjunto de medidas e estratégias para promover o seu desenvolvimento e eliminar as marcas deixadas pelo sistema colonial. É de referir que *“em 1975, a taxa de analfabetismo atingia [mais] de 50% da população, a estrutura de produção agrícola era obsoleta, persistiam ainda métodos de cultivos*

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

*tradicionais*” (Querido, 2005, p. 88). É nessa necessidade de desenvolver o país que surgiu o I PND que, como já referimos, vigorou entre 1982 a 1985.

No I PND *“o processo de desenvolvimento é conduzido pelo Estado e orientado, prioritariamente, para a construção do setor produtivo e do mercado interno”* (Reis, 2000, p. 5). O Estado, por sua vez, adoptou as estratégias do desenvolvimento ligados ao desenvolvimento rural, ao setor da pesca, energia, turismo, educação, saúde, habitação e comércio.

Nesta fase, o Estado teve um papel central no desenvolvimento económico do país, enquanto a iniciativa privada teve um papel insignificante. Portanto, *“muitas actividades entre as quais a bancária, seguradora, energia, transporte aéreo, terrestre e marítimo, administração de portos e aeroportos, indústria, construção civil, correios e telecomunicações, pesca e turismo, eram monopólio exclusivo do setor público”* (Querido, 2005, p. 92).

No que se refere ao setor da educação, que constitui um dos objetivos deste trabalho, é considerado pelo governo como sendo *“fundamental na promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do país”* (Moura, 2009, 136). Por isso, já no I PND, o governo de Cabo Verde estabeleceu como um dos objetivos prioritários no setor da educação a *“implementação de um novo sistema de ensino coerente com a opção do desenvolvimento socioeconómico pretendido”* (Moura, 2009, p. 136). A esse novo sistema de ensino, de acordo com a mesma fonte citada, compete oferecer uma educação que promove a participação no processo de desenvolvimento, que estabelece uma relação com o mundo de trabalho, que satisfaz as necessidades da comunidade, que defende os valores culturais nacionais e que promove a formação e qualificação dos recursos humanos.

O I PND trouxe grandes progressos no desenvolvimento do país. Portanto, houve, no I PND, melhoria na produção agrícola, implantação de algumas unidades industriais, reforço do setor dos serviços e melhoria das infra-estruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias que facilitaram a unificação do território e do mercado nacional (Querido, 2005). No que diz respeito à cobertura das necessidades fundamentais, verificou-se, *uma melhoria praticamente generalizada, na medida em que a provisão dos produtos alimentares de base melhorou, sobretudo a nível dos óleos, gorduras e vegetais (as importações subiram em 50%*

*entre 1980 e 1985)” (Correia, 2008, p. 97), tornando-se assim mais acessível para as populações, uma vez que passaram a existir em maior quantidade no país. Do mesmo modo, “houve progressos no abastecimento de águas às populações, assim como o número de ligações à rede pública. As condições de alojamento das famílias obtiveram uma qualidade palpável. Na saúde deram-se passos significativos, quer na área da proteção materno-infantil (5 consultas por criança durante o ano e 3,3 consultas por gravidez, e da capacidade organizativa (...), quer [na] produção de medicamentos” (Correia, 2008, p. 97).*

Apesar do balanço positivo, os resultados obtidos no I PND foram, de um modo geral, abaixo do previsto. *“Na agricultura o crescimento foi de 1,6% [previsão de 4%]. O setor das pescas registou um decréscimo do crescimento de cerca de 6,34% na pesca artesanal e de 3,11% na pesca industrial. A indústria progrediu rapidamente, com uma taxa média anual de crescimento de 14%, ficando, no entanto, abaixo do crescimento previsto no plano” (Querido, 2005, p. 93).*

No entanto, os objetivos definidos não foram alcançados, pelo que o I PND começou a perder muita da sua eficácia, o que levou, por seu lado, a uma consequente diminuição das fontes da ajuda externa, por isso, o país adoptou um outro plano de desenvolvimento, o II PND.

### 2.2.2 II Plano Nacional de Desenvolvimento

No Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que vigorou entre 1986 – 1990, o setor público, ou seja, o Estado, continua a ter um papel de grande importância no desenvolvimento do país.

Embora o II PND seja menos ambicioso do que o I PND, aquele estabeleceu *“metas mais realistas, baseando-se em estudos mais aprofundados sobre o país” (Querido, 2005, p. 96).* Nesta etapa, o Governo *“estabeleceu por objectivo a edificação de uma base económica e o equilíbrio das relações com o exterior.” (Querido, 2005, p. 94).* Há, portanto, nesta fase, uma necessidade de abertura do país ao exterior.

Tal como no I PND, o II PND tem como um dos objetivos prioritários a satisfação das necessidades da população, ou seja, a necessidade de criar atividades cuja produção de bens



## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

e serviços se destinasse ao mercado interno. Essa era, portanto, a missão das atividades produtivas a desenvolver, tanto nos setores do abastecimento de água e eletricidade, dos transportes, telecomunicações e comércio, como da indústria (Reis, 2010).

Os grandes objetivos do plano fixavam-se *“no reforço da dinâmica interna de produção; na elevação do nível de satisfação das necessidades básicas da população; na melhoria das infraestruturas de base; e no controlo das dinâmicas dos grandes equilíbrios económicos”* (Correia, 2008, p. 99). Da mesma forma, citando o mesmo autor, *“assistiu-se a um processo de concretização da reforma do ensino, da reforma administrativa e das estruturas agrícolas à libertação das forças produtivas e às necessidades e tarefas do desenvolvimento”*.

O II PND procurava a resolução progressiva dos problemas estruturais da economia, o desemprego e a dependência externa. Sendo assim, um dos outros objetivos do II PND era a consolidação dos ganhos conseguidos durante o período do I PND, o crescimento e a libertação da dependência do país das ajudas externas e das remessas dos emigrantes (Correia, 2008).

Em termos dos investimentos, no II PND *“37,2% dos investimentos destinaram-se a transportes marítimos e portos, 33% aos transportes aéreos e aeroportos, 10,3% dos correios e telecomunicações, 16,9% a estradas”* (Reis, 2010, p. 300; citando, MPC, 1986).

Destes investimentos surgiram empresas públicas com grande impacto no setor e na actividade económica como: ASA (gestora dos aeroportos), TACV (transporte aéreo), Arca Verde (navegação), Conchave (Navegação), CTT (correios e telecomunicações), ANV (agência nacional de viagens), Enapor (administração dos portos), CGTM (transportes marítimos) (Reis, 2010).

Durante o II PND, as despesas com a educação atingiram os 13% no Orçamento Geral do Estado (Borges, 2011). A nível das políticas educativas, o II PND retomou os mesmos objetivos do I PND, uma vez que no I PND estes objetivos não foram alcançados.

### **2.2.3 O processo de abertura ao Exterior**

A partir de 1990 com a queda da URSS, o fim do regime do partido único (monopartidarismo), o surgimento do pluralismo democrático (multipartidarismo), da economia do mercado e a abertura à iniciativa privada são alguns dos acontecimentos que mudaram a ordem internacional e, conseqüentemente, contribuíram para as mudanças na estratégia política e económica de Cabo Verde. Foi, portanto, neste contexto que foi adoptada, em 1991, a estratégia da abertura política e económica.

No plano interno, com o surgimento do multipartidarismo, houve a ascensão de um novo partido ao poder, o MPD (Movimento Para Democracia), que passou a orientar as estratégias do desenvolvimento do país entre 1991 a 2000. A partir de 2001, o PAICV, partido que estava no poder na altura da independência, voltou ao poder, e neste ano de 2016 o MPD voltou novamente a governar o país.

Sob o comando do MPD foram elaborados o III PND (1992 – 1995) e o IV PND (1997 – 2000). Com o regresso do PAICV ao poder, a partir de 2001, foram elaborados as Grandes Opções do Plano (2001) e o V PND (2002 – 2005).

#### **2.2.3.1 III Plano Nacional de Desenvolvimento**

Já no III PND que vigorou entre 1992 a 1995, o setor privado passou a ser o motor do desenvolvimento, enquanto o Estado deixou de ser o principal agente económico, passando a dedicar-se fundamentalmente às atividades da gestão macroeconómica, desenvolvimento de um sistema de ensino e formação profissional apropriados às necessidades e às perspectivas do país, investimentos dos recursos humanos e das infraestruturas que possibilitam a redução dos custos, a integração dos mercados e difusão das tecnologias de informação (Correia, 2008). Portanto, o III PND tinha como base uma nova ordem social baseada na economia do mercado, na redução do papel do Estado como agente de desenvolvimento, e numa maior participação dos indivíduos e da sociedade civil (Moura, 2009).

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

O III PND mostrou-se inclinado para um desenvolvimento participativo, dando assim, uma maior atenção ao processo do desenvolvimento humano, nomeadamente, a melhoria da instrução, de saúde e da nutrição das populações, a melhoria do ambiente, a redução da pobreza, a procura de mais justiça social e o alargamento de oportunidades de participação no processo de desenvolvimento oferecidas às populações (Correia, 2008).

Quanto aos objetivos estratégicos, o III PND elencava os seguintes:

- Assegurar os grandes equilíbrios financeiros;
- Lutar contra a pobreza e o desemprego;
- Desenvolver de forma equilibrada o conjunto das ilhas;
- Agir com rigor sobre os constrangimentos que afetavam o desenvolvimento do país, principalmente as infraestruturas de transportes, os recursos humanos e o ambiente empresarial (Correia, 2008).

No que se refere à educação e à formação profissional, o III PND traçou como objetivo: a transformação estrutural do sistema educativo, no que diz respeito a promoção de qualidade do ensino e formação; criação de condições para o desenvolvimento do ensino superior; integração das camadas desfavorecidas (tinham, até então, um acesso muito restrito ao sistema de ensino); ensino e formação da população adulta, com destaque para a formação profissional dos adultos (Moura, 2009).

Com base na ideia de que a educação é fundamental para o desenvolvimento do país, no III PND houve um aumento do investimento público no setor da educação. Portanto, o investimento público em educação passou de 11,2% entre 1986 – 1990 (correspondente ao II PND) para 13,2% entre 1992 – 1995 (correspondente ao III PND). Sendo assim, com o III PND, o setor da educação tornou-se no segundo setor de investimento público, ficando apenas atrás dos setores de transportes e comunicação (Moura, 2009).

### **2.2.3.2 IV Plano Nacional de Desenvolvimento**

Ainda sob as orientações do MPD, o Governo de Cabo Verde elaborou um outro PND, ou seja, o IV PND, que vigorou entre 1997 – 2000.

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

Num período marcado pela democracia e pela grande importância dada à iniciativa privada na condução do processo de desenvolvimento do país, o IV PND estabeleceu um programa destinado ao desenvolvimento do setor empresarial. O IV PND *“considerava essencial criar condições para a unificação do mercado interno ultrapassando as suas limitações estruturais resultantes da fragmentação insular, através do desenvolvimento de infraestruturas de transportes e comunicações”* (Reis, 2010, pp. 316 – 317).

Portanto, de acordo com Reis (2010), o IV PND tinha como objetivos: dar coerência e modernizar o mercado interno através da eliminação dos obstáculos ao funcionamento normal dos seus mecanismos; favorecer a inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial mediante o crescimento sustentado das exportações; e a estabilização macroeconómica. Foi nesta perspetiva que foi assinado o acordo de cooperação cambial (ACC), em 1998, entre Portugal e Cabo Verde, que tinha como objetivo estabelecer a paridade fixa entre escudos cabo-verdiano e portugueses.

O IV PND procurou, de acordo com o mesmo autor citado, transformar Cabo Verde numa economia de base privada, vocacionada para a exportação. Para isso, o IV PND apresentou as seguintes políticas, tais como: promoção do empresariado exportador; atração do investimento externo; penetração nos mercados étnico e regional; reorientação do comércio externo; reforço das instituições de promoção das exportações; desenvolvimento de complementaridades com parceiros estratégicos.

Quanto à educação e formação profissional, o IV PND definiu os seguintes objetivos, a saber:

- Melhoria na qualidade do ensino e do rendimento escolar;
- Melhoria a orgânica institucional;
- Promoção do ensino privado;
- Promoção do ensino superior, com o objetivo de criar um ensino superior de qualidade;
- Oficialização, desenvolvimento e criação de um sistema de incentivos ao ensino privado;
- Melhoria da qualificação profissional e técnica da mão-de-obra;
- Elaboração da lei-quadro da formação profissional; (Moura, 2009), entre outros.

### **2.2.3.3 V Plano Nacional de Desenvolvimento**

O V PND foi marcado pelo regresso do PAICV ao poder, em 2001. Portanto, sob o comando do PAICV, foi elaborado para o período 2002 – 2005 o V PND.

O V PND defende a inserção ativa de Cabo Verde na economia mundial. A iniciativa privada continua a ter o principal papel no desenvolvimento do país. Neste contexto, apresentava os seguintes objetivos e metas:

- A boa governação;
- A elevação da capacidade competitiva do país;
- A capacitação dos recursos humanos e a sua articulação com as necessidades do país;
- A criação de empregos e o combate à pobreza;
- A infra-estruturação, através da modernização e construção de novas infra-estrutura (estradas, portos, aeroportos, energia, água e saneamento);
- A segurança alimentar estrutural; (Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, s/d).

Um dos aspetos fundamentais que se encontra no V PND é a aposta no desenvolvimento social, baseado na redução das desigualdades sociais, no aumento da coesão social, na redução da pobreza, na proteção da terceira idade, desenvolvimento da solidariedade intergeracional, entre outros. Ainda relacionado aos aspetos sociais, com o V PND desenvolveram-se políticas sociais como: a reforma da segurança social, de oportunidades económicas e de emprego a favor dos pobres, a promoção da segurança alimentar e o acesso aos serviços sociais de base. De igual modo, desenvolveu-se a política de inclusão social (Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, s/d).

De acordo com a mesma fonte citada, para além do desenvolvimento social, a estratégia do V PND passou igualmente pela aposta num processo de desenvolvimento económico sustentado protagonizado pelo setor privado e baseado, sobretudo, na melhoria da produtividade e competitividade. A redução da pobreza é visto como fundamental para esse desenvolvimento.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Quanto à educação e formação profissional, segundo Moura (2009), o V PND estabeleceu alguns dos objetivos como:

- Melhorar a qualidade e a abrangência da educação pré-escolar;
- Consolidar e desenvolver a educação de base;
- Melhorar a qualidade do ensino básico integrado;
- Reforçar a equidade e combater as assimetrias regionais;
- Promover a participação nas escolas de crianças com necessidades educativas especiais;
- Elevar a qualidade e a equidade do ensino secundário;
- Melhorar a articulação entre o ensino secundário geral, o ensino técnico e a formação profissional;
- Reduzir a taxa de analfabetismo para 18%;
- Alargar o âmbito da educação básica para adultos em estreita ligação com a formação profissional, o ensino recorrente e a educação à distância;

Os objetivos estabelecidos pelo PND (2002 – 2005) no setor de educação e da formação profissional não se diferenciaram muito dos outros planos anteriores.

Depois dos PND, o Governo de Cabo Verde adoptou uma outra estratégia de desenvolvimento baseada nos Documentos de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP), que têm por objetivo o combate a pobreza, uma vez que a pobreza constituía um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do país. O primeiro DECRP (DECRP I) foi assinado em 2004, ainda na vigência do V PND.

### **2.2.3.4 Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza I**

O DECRP, como já referimos, marca um novo rumo nas estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde baseadas no combate à pobreza, que é considerada como um dos obstáculos ao desenvolvimento do país. No DECRP o setor da educação assume um papel fundamental. Essa posição decorre da constatação de que, de acordo com os indicadores da pobreza,

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

existe uma forte correlação entre o nível de instrução e a pobreza que demonstra que a probabilidade de ser pobre aumenta numa relação inversa com o nível de instrução.

Portanto, em 2004, o Governo de Cabo Verde estabeleceu o primeiro Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP I) que vigorou até 2007. Este documento assentou em 5 eixos estratégicos:

- a) Promover a boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a equidade;
- b) Promover a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos;
- c) Desenvolver e valorizar o capital humano;
- d) Melhorar e desenvolver as infra-estruturas básicas, promover o ordenamento do território e salvaguardar o ambiente;
- e) Melhorar o sistema de proteção social, reforçar sua eficácia e garantir a sua sustentabilidade; (Ministério das Finanças e do Planeamento, 2004).

Os objetivos traçados para os setores da educação e da formação profissional incluídos no eixo de desenvolvimento e valorização do capital humano continuaram sendo os mesmos do V PND.

### **2.2.3.5 Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II**

O DECRP II vigorou entre 2008 a 2011, dando assim a continuidade ao DECRP I. Esse documento assenta em 5 eixos estratégicos:

- a) Reforma do Estado;
- b) Capital Humano;
- c) Competitividade: Vencer os desafios do Desenvolvimento Sustentado e da Globalização;
- d) Infraestruturação Económica do País;
- e) Coesão Social; (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008).

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

No que se refere à educação, o DECRP II definiu como objetivo principal a modernização do sistema educativo, para mais qualidade e equidade do desenvolvimento. Neste sentido, definiu para cada subsistema de ensino (do ensino pré-escolar ao ensino superior) um conjunto de medidas.

Para o Ensino Pré-Escolar foram introduzidas algumas das seguintes medidas:

- a) Os esforços de avaliação das condições pedagógicas, económicas e sanitárias dos jardins-de-infância e a introdução de normas e medidas corretivas, de modo a consolidar e alargar o atendimento e a participação das famílias;
- b) Dar continuidade à política de formação de monitores e demais agentes educativos e assegurar a orientação e o apoio pedagógico;
- c) Criação de condições para o enquadramento sócio-laboral dos agentes educativos da educação pré-escolar, em parceria com os municípios, as ONGs, e entre outros, de forma a tornar atrativa a respetiva carreira e incentivar a expansão da educação pré-escolar; (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008).

Para o Ensino Básico, de acordo com a mesma fonte citada, foram destacadas as seguintes medidas:

- a) Avaliação da qualidade do subsistema de ensino básico, no sentido da sua optimização a fim de se tomarem medidas de melhoria;
- b) Implementações de medidas de revisão curricular e melhoria da articulação com o ensino secundário;
- c) Fortalecimento da política de promoção e de redução da retenção gradual no ensino básico;
- d) Melhoria de condições institucionais, pedagógicas e académicas que favoreçam a formação de quadros qualificados na gestão, coordenação pedagógica e inovação, a nível do subsistema de ensino básico;
- e) Criação de condições para o aumento efetivo de horas letivas no ensino básico, a nível de concelhos;



## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

- f) Alargamento gradativo da escolaridade básica de 8 anos, na observância dos parâmetros da qualidade, da equidade e da sustentabilidade financeira;

Para o Ensino Secundário, ainda de acordo com a mesma fonte citada, foram estabelecidas as seguintes medidas, entre outras:

- a) Aperfeiçoamento do ensino secundário geral e técnico em articulação com a formação profissional;
- b) Generalizar o acesso ao primeiro ciclo e continuar a expansão de reforma progressiva e controlada do 2º e 3º ciclos;
- c) Reformular toda a estrutura curricular de cada um dos ciclos de ensino secundário;

Quanto ao Ensino Superior, ainda de acordo com a mesma fonte citada, as medidas introduzidas foram as seguintes:

- a) Elaboração, aprovação e implementação de normas reguladoras do funcionamento e financiamento do ensino superior, nomeadamente, os estatutos do Ensino Superior Público, Privado e Cooperativo, a regulamentação e funcionamento da Comissão Nacional de Equivalências, e ainda medidas que se prendem com a sustentabilidade financeira do sistema de bolsas de estudo;
- b) Credenciamento de instituições e cursos do ensino superior segundo padrões e critérios de aferição da qualidade definidos em diálogo com a comunidade técnica e científica;
- c) Promoção da investigação e da divulgação dos seus resultados;
- d) Desenvolvimento e estímulo da prática do ensino à distância;
- e) Implementação de medidas de acompanhamento social e académico dos estudantes no país e no exterior.

Quanto as medidas estabelecidas no setor da formação profissional, serão abordadas em fase posterior do trabalho.

### **2.2.3.6 Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III**

O Governo de Cabo Verde estabeleceu para o período 2012 a 2016 o DECRP III (o que significa que ainda está em vigor). Este documento assenta-se nos seguintes eixos estratégicos:

- a) Infraestruturação (portos, estradas, aeroportos, telecomunicações, requalificação urbana, água, energia, saneamento);
- b) Capital Humano (educação, saúde, desporto, formação profissional);
- c) Boa Governação (reforma do Estado, descentralização, segurança, justiça, ordenamento territorial, política externa, proteção do ambiente, estabilidade macroeconómica, proteção social);
- d) Reforço do setor privado (ambiente de negócios);
- e) Nação global (desenvolver parcerias para competitividade); (DECRP III, 2012).

Para o setor da educação, o DECRP III estabeleceu os seguintes objetivos:

- a) Facilitar a população o acesso à educação a diferentes níveis de ensino;
- b) Garantir o alargamento e a diversificação da oferta do ensino técnico-profissional;
- c) Melhorar a qualidade do ensino secundário técnico por forma a contribuir para a promoção do emprego, inovação e empreendedorismo;
- d) Alargar a educação básica obrigatória para 8 anos;
- e) Integrar padrões de qualidade de ensino para o reforço das competências de saída dos alunos do ensino secundário;
- f) Garantir um sistema de ensino à distância que permita o alargamento do acesso ao ensino superior de qualidade;
- g) Promover a inclusão de todos os alunos com necessidades educativas especiais no sistema de ensino;
- h) Reorganizar um sistema pré-escolar de qualidade e promover um programa de educação parental em reforço ao pré-escolar;

- i) Apoiar e promover a infraestruturação científica das instituições de ensino superior e de investigação permitindo melhorar o processo de ensino/aprendizagem e da produção científica nacional; (DECRP III, 2012), e entre outros.

### **2.3 Análise Comparativa dos Planos de Desenvolvimento Face às Estratégias Definidas**

Os PND de Cabo Verde complementam-se uns aos outros, como podemos ver, já que em todos os planos (do I PND ao DECRP III) são apresentadas quase sempre as mesmas apostas, principalmente a nível das políticas educativas. Essa continuidade dos planos deve-se ao não cumprimento, de uma forma geral, dos objectivos previamente definidos.

Apesar dos planos apresentarem quase sempre as mesmas apostas, é importante ter em conta aqui o protagonismo que os setores da educação e da formação profissional vêm ganhando ao longo dos planos.

No I PND, onde o desenvolvimento era conduzido pelo Estado, a estratégia do governo, a nível da educação, consistia sobretudo no estabelecimento de um sistema de ensino que acompanhasse o processo de desenvolvimento do país. Neste I PND o setor da educação não recebeu grande protagonismo como aconteceu nos planos posteriores, uma vez que, nesta fase, o país se encontrava sob o regime do partido único e não havia grandes investimentos na educação, até porque o I PND estava muito mais inclinado na reconstrução nacional e, apesar do setor da educação ser uma das prioridades, a maior atenção foi dada ao desenvolvimento rural. O mesmo aconteceu no II PND que apresentou uma percentagem de 11,2% do investimento público em educação. No III PND, já com o país democrático, aberto ao exterior, e comandado por um novo partido (MPD) que subiu ao poder no momento da transição para a democracia, a educação ganhou maior protagonismo e passou a ter um investimento público de 13,2%, superando os 11,2% do II PND, tornando-se assim no segundo setor de investimento público atrás apenas dos setores de transportes e comunicações. Esse protagonismo ganho pelo setor da educação deve-se sobretudo a importância dada à educação, no desenvolvimento do país.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Os outros planos que se seguiram (IV e V PND, o DECRP I, II e III), vieram reforçar essa importância do setor da educação, dando assim a continuidade aos objetivos definidos neste setor nos planos anteriores.

A nível de estabelecimentos de ensino secundário, por exemplo, com o I PND o número de estabelecimentos de ensino secundário passou de 4 para 5, no II PND aumentou para 8 e assim sucessivamente, já no DECRP III o país já contava com um total de 50 estabelecimentos de ensino secundário (INE, 2015). Isto para demonstrar que, em todos os planos definidos, embora não sejam alcançados os objetivos definidos há sempre melhorias. A falta de dados não nos permite apresentar aqui os resultados alcançados em cada um dos planos o que nos impossibilita de fazer aqui uma abordagem mais detalhada.

### **3 Capítulo III: Análise da Formação de Capital Humano em Cabo Verde**

#### **Nota Introdutória**

O desenvolvimento das relações de cooperação com o exterior e a aposta na formação do capital humano constituem umas das principais estratégias de Cabo Verde desde a sua independência em 1975.

Cabo Verde tem conseguido grandes progressos a nível do capital humano. Esses progressos alcançados estão intimamente ligados as relações de cooperação que o país tem vindo a desenvolver com o exterior ao longo do tempo, visto que Cabo Verde é um país dependente do exterior.

Ao longo deste capítulo vamos, paulatinamente, demonstrar em que medida a cooperação externa contribuiu para a formação do capital humano em Cabo Verde, respondendo assim a nossa pergunta de partida que é: qual a relevância da cooperação externa na formação de capital humano em Cabo Verde?

De todas as relações de cooperação estabelecidas por Cabo Verde, vamos apenas centrar-nos nas relações de cooperação estabelecidas entre Cabo Verde e Portugal que são parceiros históricos e as estabelecidas entre Cabo Verde e a União Europeia (UE) que é, a nível multilateral, o maior parceiro de Cabo Verde. Das relações de cooperação estabelecidas entre Cabo Verde e Portugal, e Cabo Verde e a UE, destacaremos apenas as que incluem o setor do capital humano. Ainda dentro do capital humano destacaremos apenas as áreas da educação e da formação profissional. Sendo assim, começamos por fazer, em primeiro lugar, uma abordagem geral sobre a educação e a formação profissional em Cabo Verde.

#### **3.1 A Educação Em Cabo Verde**

Hoje, a educação é conhecida como um dos principais fatores de desenvolvimento de um país. O desenvolvimento do setor educativo tornou-se uma das grandes preocupações de Cabo Verde após a sua independência, em 1975, mas nem sempre foi assim.

Para uma melhor compreensão da educação em Cabo Verde, faremos uma abordagem geral tendo em conta os dois períodos: antes da independência e depois da independência.

### **3.1.1 A Educação No Período Colonial**

O desenvolvimento do sistema educativo não era objetivo dos colonizadores, pois queriam manter as pessoas na ignorância para poderem exercer os seus poderes. O número de escolas existente neste período era muito reduzido e o acesso a elas era muito restrito e só possível para as famílias com algum estatuto sócio-económico. É neste sentido que Moura (2009) afirma que no período colonial o sistema de ensino tinha um carácter seletivo, elitista e desigual onde a maioria das pessoas não tinham acesso à educação.

De acordo com Andrade (2010), em Cabo Verde, até 1950 havia somente 14 escolas e 97 postos escolares para o ensino básico (primário, designado na altura) e somente uma escola secundária (liceu) e nenhuma escola superior.

É de ressaltar que o primeiro estabelecimento do ensino secundário (de carácter religioso e laico) foi fundado em 1866 na ilha de São Nicolau e, mais tarde, em 1892, passou a ser designado de Seminário Liceu. Em 1917, o Seminário Liceu foi extinto e substituído, simultaneamente, pelo Liceu Gil Eanes, no Mindelo (ilha de São Vicente) (Galvão, 2009).

Face ao exposto, é de se imaginar a elevada taxa de analfabetismo existente no país na altura, visto que, para além da raridade das escolas que havia no arquipélago, o seu difícil acesso excluía a grande maioria da população, sobretudo a população rural.

É neste contexto que Amílcar Cabral denunciou a política colonial às Nações Unidas e o estado em que o país se encontrava. Em resposta a esta denúncia, o Governo português modificou a sua política educativa, propondo a implementação de um conjunto de reformas. Neste sentido, em 1964, o ensino primário passou a ser obrigatório para todas as crianças de idade entre os 6 e os 12 anos. Face à escassez de professores habilitados, em 1969, na ilha de Santiago, foi criada a Escola de Habilitação e Formação Profissional dos Professores de Posto Escolar (EHPPE) que funcionou até 1979, sendo depois substituída pela Escola do Magistério Primário (Furtado, 2008).

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Apesar dessas modificações feitas a nível da política educativa, o acesso ao ensino continuava sendo restrito e extremamente difícil, e essa dificuldade aumentava ainda mais à medida que se subia de nível escolar, pelo que era muito elevado o número de crianças em idade escolar que estavam afastadas da escola. O que, de alguma forma, se justifica pelo fato de que durante todo o período colonial terem sido construídos apenas dois estabelecimentos de ensino secundário: o Seminário Liceu na ilha de São Nicolau, substituído depois pelo Liceu Gil Eanes na ilha de São Vicente, de que já falamos, e o Liceu Domingos Ramos construído em 1960, em Santiago, na cidade da Praia (Moura, 2009).

Entre os sexos, havia uma grande desigualdade no acesso ao ensino. Conforme refere Andrade (2010), a presença dos rapazes na escola ultrapassava, anualmente, em mais de 60%, a presença feminina.

Os conteúdos ensinados nas escolas, neste período, estavam desligados da realidade social e cultural de Cabo Verde, ou seja, os alunos aprendiam mais sobre Portugal do que sobre o seu próprio país. Para Moura (2009), os conteúdos ensinados nas escolas retratavam apenas a realidade política, económica, geográfica, social e cultural da metrópole, ignorando por completo o contexto social cabo-verdiano.

A primeira reforma educativa em Cabo Verde foi implementada em 1917 (ainda no período colonial) com a aprovação do Plano Orgânico de Instrução Pública cujo objetivo era melhorar a instrução pública. Neste sentido, o sistema de ensino ficou estruturado da seguinte forma:

- Ensino Primário (abrange 3 graus: o ensino primário elementar, o ensino primário complementar e o ensino primário superior);
- Ensino Normal Primário (3 anos de duração, e tinha como objetivo preparar os professores para as escolas primárias locais);
- Ensino Secundário;
- Ensino Profissional (incluía o ensino da arte marítima, o ensino industrial e o ensino agrícola); (Moura, 2009).

### 3.1.2 A Educação No Período Pós Independência

A independência marcou o rompimento com a ordem colonial e o estabelecimento de uma nova sociedade com o objetivo de eliminar as marcas deixadas pelo sistema colonial. As mudanças no sistema de ensino eram uma das grandes prioridades definidas pelo Governo logo após a independência, sobretudo pela elevada taxa de analfabetismo deixada pelo sistema colonial, até porque a chave da desigualdade social estava no acesso ao ensino.

No momento da independência, em 1975, o analfabetismo atingia mais de 50% da população cabo-verdiana. Na população de 15 anos e mais, a taxa de analfabetismo era de 60% (Moura, 2009). Neste sentido, para acabar com o analfabetismo e as desigualdades no acesso ao ensino, o Governo precisava, na opinião de Galvão (2009, p. 33) *“reestruturar os currículos e os programas vindos da época colonial.”*

Foi o que sucedeu logo após a independência, em 1977, com a reforma no sistema de ensino, que passou a estruturar-se da seguinte forma, conforme a tabela em baixo.

**Tabela 1 - Estrutura do Sistema Educativo de Acordo com a Reforma de 1977.**

Ciclo		Nível	Ano de Escolaridade
Ensino Secundário	Curso Complementar	2º Ano	11º Ano
		1º Ano	10º Ano
	Curso Geral	3º Ano	9º Ano
		2º Ano	8º Ano
		1º Ano	7º Ano
Ensino Básico	Ensino Básico Complementar	2º Ano	6º Ano
		1º Ano	5º Ano
	Ensino Básico Elementar	4ª Classe	4º Ano
		3ª Classe	3º Ano
		2ª Classe	2º Ano
		1ª Classe	1º Ano

Fonte: Furtado, 2008



## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Como se vê na tabela acima, o sistema de ensino está organizado em dois grandes ciclos: o ensino básico e o ensino secundário. O Ensino Básico subdividia-se em: Ensino Básico Elementar (EBE) – obrigatório e com uma duração de quatro anos e o Ensino Básico Complementar (EBC) que se realizava em dois anos e é também conhecido como Ciclo Preparatório.

O Ensino Básico Elementar tinha por objetivo promover a integração dos alunos no meio, tornando-os elementos ativos e participantes. O Ensino Básico Complementar tinha como função reforçar o objetivo do Ensino Básico Elementar através do desenvolvimento sistemático dos hábitos, atitudes e conhecimentos que permitam ao aluno participar de forma ativa e consciente tanto na sua vida escolar como na vida comunitária (Furtado, 2008).

O Ensino Secundário, por sua vez, está dividido em: curso geral – de 7º a 9º ano de escolaridade e o curso complementar – de 10º a 11º ano de escolaridade.

O Ensino Superior não consta na tabela 1 porque não dispunha de meios para ser ministrado no território nacional, quem pretendesse prosseguir estudos universitários tinha de se deslocar para fora do país.

Essa reforma no sistema de ensino logo após a independência mostrou o quanto o Governo de Cabo Verde estava empenhado em acabar com as elevadas taxas de analfabetismo e as desigualdades sociais, o que era extremamente importante para o país, uma vez que a educação é considerada o motor do desenvolvimento do país. Mas não foi o que aconteceu no primeiro momento. Pelo menos até ao final do regime monopartidário, correspondente ao período de 1975 – 1990, persistia ainda o caráter seletivo e elitista no acesso ao ensino vindos da época colonial. Primeiramente, as escolas se encontravam dispersas e distantes das comunidades, obrigando as crianças a percorrerem vários quilómetros a pé, sobretudo na zona rural. O maior obstáculo ainda era colocado aos alunos do ensino secundário, uma vez que só existiam na altura três liceus: dois na ilha de Santiago e um na ilha de São Vicente (Andrade, 2010), e poucas eram as famílias que tinham condições para financiar os estudos dos filhos.

Em resumo, procurava-se combater o analfabetismo e as desigualdades no acesso ao ensino, mas as redes escolares oferecidas eram muito diminutas.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

No entanto, apesar da permanência das desigualdades no acesso ao ensino e da elevada taxa de analfabetismo, houve também algumas melhorias durante este período monopartidário. No Ensino Básico Elementar (EBE) o número de alunos matriculados passou de 49.004, no ano letivo 1974/75, para 53.265 no ano letivo 1988/89. No Ensino Secundário também se registou uma considerável melhoria em relação ao número de alunos matriculados que, no Ensino Secundário Geral, passou de 1.430 no ano letivo 1974/75 para 5.815 em 1988/89, e no Ensino Secundário Complementar passou de 337 para 875 (Moura, 2009).

A nível dos sexos, também verificou uma grande melhoria em relação à presença feminina nas escolas, visto que, no período colonial, como já mencionámos, a presença dos rapazes nas escolas ultrapassava em mais de 60% a presença feminina. No ano letivo de 1978/79 as alunas passaram a representar 48,9% dos alunos de Ensino Básico Elementar (EBE), 46,9% dos alunos do Ensino Básico Complementar (EBC), 48,1% dos alunos do Ensino Secundário Geral (ESG) e 35,6% dos alunos de Ensino Secundário Complementar (ESC). No ano letivo 1984/85 as alunas passaram a representar 49,2% dos alunos matriculados no EBE, 48,8% dos alunos do EBC, 44,8% dos alunos do ESG e 33,2% dos alunos do ESC (verifica-se aqui uma ligeira diminuição percentual). No ano letivo 1988/1989 as alunas representavam 49,1% dos alunos do EBE (com uma ligeira diminuição em relação ao ano de 1984/85), 49,7% dos alunos de EBC, 26% dos alunos de ESG (grande diminuição percentual em relação ao ano de 1984/85) e 46,8% dos alunos do ESC (Moura, 2009).

**Tabela 2 - Alunos Matriculados por Sexo**

	1978/79		1984/85		1988/89	
Nível	Masc.	Femin.	F	MF	F	MF
EBE	23.764	22.775	23.492	47.744	26.156	53.265
EBC	2.298	2.035	4.369	8.942	6.229	12.514
ESG	1.013	850	1.473	3.285	1.516	5.815
ESC	267	144	280	843	410	875
ETP <sup>1</sup>	39	135	201	516	214	562

**Fonte:** II PND, citado por Moura, 2009

Portanto, houve um aumento significativo das pessoas no acesso ao ensino, o que se traduziu, como é óbvio, no aumento da taxa de alfabetização. De acordo com o INE (2015), a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos e mais, passou de 39,3% em 1970 para 62,8% em 1990. A taxa de alfabetização feminina, 15% em 1970, passou para 59,4% em 1990, enquanto a taxa de alfabetização masculina passou de 53% em 1970 para 74,8% em 1990 respetivamente.

Apesar desses progressos, a taxa de analfabetismo continuava sendo elevada, e as desigualdades no acesso ao ensino eram ainda bem visíveis, tanto a nível dos sexos, como a nível regional (a população urbana tinha maior acesso ao ensino do que a população rural).

Na década de 1990, com o advento da democracia, a queda do regime do partido único (PAICV era o único partido), o surgimento do multipartidarismo, a liberalização económica, foi lançado um novo desafio ao país, desta feita a inserção de Cabo Verde na economia mundial. Neste sentido, para responder a essas mudanças, era preciso redefinir as políticas educativas adequando-as às novas necessidades do país. Logo no mesmo ano de 1990 foi aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) pelo decreto-lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro que começou a ser elaborada nos finais da década de 1980.

---

<sup>1</sup> Ensino Técnico Profissional

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

Esse decreto-lei, contudo, garante o direito e dever de todo o cidadão à educação, atribuindo ao Estado a função de promover progressivamente a igual possibilidade de acesso a todo o cidadão aos diversos níveis de ensino. Neste sentido, essa lei (LBSE) define para a educação os seguintes objetivos:

- a) A preparação dos indivíduos para a integração na comunidade;
- b) A eliminação do analfabetismo;
- c) A salvaguarda da identidade cultural cabo-verdiana;
- d) A integração no mercado de trabalho; (Moura, 2009).

Com base nesta lei (LBSE), em 1990, ano da sua aprovação, foi instituída uma nova reforma no sistema de ensino como podemos ver na tabela que se segue.

**Tabela 3 - Estrutura do Sistema Educativo de Acordo com a Reforma de 1990**

Ensino Médio	Ensino Superior					Formação Complementar
	Ensino Secundário	3º Ciclo	Via Geral	Via Técnica	12º Ano	
					11º Ano	
		2º Ciclo			10º Ano	
					9º Ano	
		1º Ciclo	Tronco Comum		8º Ano	
					7º Ano	
		Ensino Básico Integrado (EBI)	3ª Fase	6º Ano		Ensino Básico de Adultos (EBA)
	5º Ano					
	2ª Fase		4º Ano			
			3º Ano			
	1ª Fase		2º Ano			
			1º Ano			
	Ensino Pré-Escolar					

Fonte: Furtado, 2008

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

De acordo com essa reforma, como podemos ver, o sistema de ensino passou a integrar os subsistemas de educação pré-escolar, educação escolar, e educação extra-escolar.

A educação pré-escolar não é obrigatória e tem como objetivo a proteção da criança, o seu desenvolvimento e a sua preparação para o ingresso no sistema escolar.

A educação escolar abrange: o ensino básico, ensino secundário, ensino médio, ensino superior, e também o ensino especial que se destinava às crianças e jovens portadores de necessidades educativas especiais, procurando diminuir as suas limitações e potencializar as suas capacidades.

O ensino extra-escolar englobava a educação básica dos adultos com aprendizagem e ações de formação profissional com o objetivo da capacitação para o exercício de uma profissão.

A definição de novas políticas educativas, acompanhada da reformulação do sistema educativo na década de 1990, contribuiu para grandes avanços na área da educação. Conforme afirma Moura (2009), o número de salas de aulas do ensino básico passou de 1.153, no ano de 1990/91, para 1.798 no período 2002/2003. O número de estabelecimento do ensino secundário também aumentou, passando de 8 para 34 entre 1990 a 2003. Ainda, de acordo com o autor acima citado, no ano letivo de 1990/91 estavam matriculados no ensino primário cerca de 11.949 alunos e no ensino secundário 9.568 alunos e no ano letivo 1997/98 o número de alunos matriculados no ensino primário passou para 15.339, embora voltaria a diminuir para 12.909 no ano letivo 2002/2003, no ensino secundário o número de alunos matriculados aumentou para 19.505 no ano letivo de 1995/96, aumentando depois para 51.957 no ano letivo 2004/2005. Quanto à taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos e mais, passou de 62,8% para 74,8% entre 1990 a 2000 (INE, 2015).

As despesas com a educação também aumentaram, como é obvio, passando de 13% do Orçamento Geral do Estado (OGD) para 20% entre 1990 a 2000 (Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, 2002).

Apesar desses avanços conseguidos, o desenvolvimento do setor da educação continuava sendo uma das principais preocupações do governo e em 2002 foi adoptado o Plano Nacional de Educação Para Todos (PNEPT) financiado pelas agências da Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito do compromisso assumido pela comunidade internacional

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

em Dakar, no ano de 2000 que, por sua vez, veio reforçar a orientação da Declaração de Jomtien, na Tailândia, em 1990, que tinha como objetivo satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

### **3.1.2.1 Plano Nacional de Educação Para Todos (PNEPT)**

O PNEPT adoptado pelo Governo, em 2002, estabeleceu os seguintes objetivos:

- a) Consolidar e melhorar a qualidade da educação pré-escolar, por forma a criar condições para a sua generalização progressiva;
- b) Corrigir as disparidades no acesso à escolaridade obrigatória, dando prioridade às regiões periféricas e às comunidades mais desfavorecidas;
- c) Priorizar a qualidade do ensino básico focalizando os esforços nos processos e resultados da aprendizagem;
- d) Redefinir os objetivos e as estratégias da educação de adultos;
- e) Melhorar e ampliar as atividades de formação e de capacitação dos recursos humanos envolvidos no processo educativo;
- f) Reforçar nos currículos e nas práticas pedagógicas, valores relacionados com a democracia, a cidadania e o ambiente;
- g) Promover atitudes e comportamentos favoráveis à igualdade entre os sexos;
- h) Reforçar os mecanismos de compensação socioeconómica de forma a atingir os alunos social e economicamente carenciados; (Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, 2002)

Para além desses objetivos gerais, o PNEPT também definiu um conjunto de objetivos para cada subsistema de ensino.

Assim, para a infância, o PNEPT definiu os seguintes objetivos:

- a) Universalizar o acesso ao ensino pré-escolar através da expansão da rede dos jardins-de-infância;

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

- b) Melhoria dos serviços e diversificação dos modelos educativos;
- c) Promover uma maior integração entre os principais setores e departamento governamentais e da sociedade civil (que intervém na pequena infância);
- d) A implementação de um quadro de formação e aperfeiçoamento dos agentes educativos;
- e) Reforçar a capacidade das famílias desfavorecidas a nível cultural e participativo, melhorando assim a sua formação e informação; (Moura, 2009).

Para o ensino básico foram definidos os seguintes objetivos:

- a) Consolidar e desenvolver a educação de base;
- b) Melhorar a qualidade do ensino básico integrado;
- c) Reforçar a equidade e combater as disparidades regionais;
- d) Reforçar as parcerias com as organizações sociais; (Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, 2002).

Quanto à educação para adultos, o plano estabeleceu os seguintes objetivos:

- a) Reduzir a taxa de analfabetismo para 5% na faixa dos 15 aos 49 anos e para 15% na faixa dos 15 e mais anos;
- b) Melhorar a qualidade e funcionalidade da alfabetização e educação de adultos;
- c) Alargar o âmbito da educação básica para adultos em estreita ligação com a formação profissional, o ensino recorrente e educação à distância;
- d) Regulamentar a carreira do animador de educação de adultos e a sua integração no Estatuto do Pessoal Docente; (Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, 2002).

O PNEPT, como podemos ver, não abordou os subsistemas da educação do ensino secundário e do ensino superior, pelo que, em 2003, foi adoptado um outro plano, designado de Plano Estratégico de Educação (PEE).

### **3.1.2.2 Plano Estratégico de Educação (PEE)**

Como seria de prever, o Plano Estratégico de Educação (PEE), adoptado pelo governo em 2003, está intimamente ligado ao PNEPT. Como já referimos anteriormente, o PNEPT não fez qualquer abordagem sobre os objetivos dos subsistemas do ensino secundário e do ensino superior, abordando apenas os subsistemas do ensino da infância, do ensino básico, e de adultos. Neste sentido, o PEE veio acrescentar os objetivos do ensino secundário e do ensino superior não definidas no PNEPT. Quanto à educação infantil, ensino básico, e para adultos os objetivos são os mesmos do PNEPT e para evitar repetições vamos concentrar-nos apenas nos objetivos do ensino secundário e do ensino superior.

Portanto, para o ensino secundário o PEE fixou as seguintes metas:

- a) Reorganizar e desenvolver o ensino secundário;
  - b) Ampliar e generalizar a abrangência do 1º ciclo numa primeira fase, e do 2º ciclo numa fase posterior;
  - c) Melhorar a qualidade e eficiência de todos os ciclos;
  - d) Proporcionar saídas profissionais aos alunos que abandonam ou terminam diversos ciclos;
  - e) Reforçar as parcerias com as organizações sociais e empresariais;
  - f) Enquadrar e apoiar o ensino privado como privilegiado, supletivo do ensino público;
- (Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, 2003).

Para o ensino superior, o PEE estabeleceu os seguintes objetivos:

- a) Reorganizar e consolidar o ensino superior e a investigação científica com a implementação de novas estruturas;
- b) Organizar e implementar o funcionamento da Universidade de Cabo Verde (UCV);
- c) Ampliar e regionalizar a abrangência das atividades das instituições de ensino superior sem prejuízo da sua vocação nacional;
- d) Melhorar a qualidade e a eficiência dos cursos e ações de formação de nível superior;



## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

- e) Integrar as atividades de investigação científica nas práticas correntes de atuação dos institutos e escolas de nível superior;
  - f) Desenvolver a investigação aplicada em articulação com as políticas de desenvolvimento do país;
  - g) Proporcionar cursos de cariz universitário e politécnicos adequados às necessidades do desenvolvimento científico, económico e social do país e das regiões;
  - h) Reforçar as parcerias com as organizações sociais e empresariais;
  - i) Melhorar as relações de cooperação com as instituições congéneres estrangeiras;
- (Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, 2003).

A implementação dessas medidas, como seria de esperar, trouxe alguns progressos na educação. De acordo com os dados de INE (2015), a taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais passou de 74,8% em 2000 para um total de 87,2% em 2013 com 91% para os rapazes e 83,4% para as meninas. No ensino básico, a taxa líquida de escolarização atingiu os 96% em 2015, tal como já tinha sido registada no ano 2000 (INE, 2015). As universidades que, até ao ano 2000/01, não existiam no arquipélago, passaram agora a existir. Atualmente, existem várias universidades e institutos em Cabo Verde, a saber: Universidade de Cabo Verde; Universidade Jean Piaget de Cabo Verde; Instituto Universitário de Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Universidade do Mindelo; Universidade Intercontinental de Cabo Verde; Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais; Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais; Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura e a Universidade de Santiago. Ainda podemos incluir, a nível de formação profissional, a Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde e a Escola de Negócios e Tecnologias de Cabo Verde.

Feita essa abordagem sobre a educação em Cabo Verde nos dois períodos (antes e depois da independência), vamos agora abordar a formação profissional em Cabo Verde que constitui, igualmente, o nosso objeto de estudo.

### **3.2 A Formação Profissional Em Cabo Verde**

A formação profissional não era muito valorizada em Cabo Verde, pelo menos, até ao ano de 1990 (ano da abertura política e da reforma no sistema de ensino). Sendo assim, para este setor procuramos não fazer uma abordagem separada entre o período colonial e o período pós-independência, vamos antes proceder a uma abordagem conjunta dos dois períodos, até porque no período antes da independência, e mesmo nos primeiros anos que se lhe seguiram, a formação profissional era praticamente desconhecida e poucas eram as pessoas que a frequentavam.

A primeira escola técnica em Cabo Verde foi criada em 1956 em Mindelo (Ilha de São Vicente) designada Escola Técnica Elementar, tendo, em 1958, sido substituída pela Escola Industrial e Comercial na mesma cidade (Mindelo). A adesão dos alunos nesta escola era extremamente reduzida. Como se pode ver, da data do seu funcionamento até 1975 (ano da independência de Cabo Verde), só aderiram 420 alunos, mesmo sendo a única do género no país (Mendes, 2013). O mesmo autor acresce também que em 1973/74 os efetivos do ensino técnico profissional correspondiam somente 0.5% do total nacional, o que é uma percentagem extremamente baixa.

Até ao ano de 1990 não havia na ilha de Santiago, onde está sediada a capital do país – Cidade da Praia, nenhuma escola técnica com ofertas formativas nas áreas mais procuradas pelas pessoas e então havia muitas pessoas nas mesmas localidades com as mesmas profissões, sendo o conhecimento transmitido de uma forma empírica e personalizada. Neste sentido, encontravam-se em várias oficinas de mecânica, carpintaria e marcenaria, pintura e entre outros, profissionais sem ação de formação na sua área profissional (Mendes, 2013). Tudo isso mostra a fraca importância dada a este setor, algo que veio a mudar com a abertura política no país em 1990.

Portanto, em 1990, como já referimos, deu-se a abertura política e novo partido ascendeu ao poder, o MPD (Movimento Para a Democracia) e novos objetivos foram traçados. O país reforçou a aposta no capital humano como fator de desenvolvimento, o que implica também a realização e expansão da formação profissional no sentido de qualificar as forças do trabalho. Neste contexto, a necessidade de qualificar as forças do trabalho como forma de

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

promover o seu desenvolvimento, vai levar ao aumento do investimento por parte de Cabo Verde na Formação Profissional.

Ainda no ano de 1990, tal como já referimos anteriormente, foi aprovado a LBSE pelo decreto-lei nº 103/III/90 de 29 de Dezembro que, tal como os outros subsistemas de ensino, elaborou também para o ensino médio de carácter profissionalizante um conjunto de objetivos, a saber:

- a) Desenvolver a criatividade e capacidade de análise, investigação e decisão dos alunos;
- b) Assegurar a preparação específica do aluno para a integração harmoniosa nos setores profissionais;
- c) Estimular o conhecimento do mundo moderno e, especialmente da realidade nacional;
- d) Prestar serviços especializados à comunidade;
- e) Incentivar trabalhos de investigação que visam o desenvolvimento nacional e a inserção no mercado de trabalho; (Moura, 2009).

No período democrático, a formação profissional ganhou mais preponderância e logo em 1994 foi criado o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) que, por sua vez, assumiu a incumbência de Planeamento, gestão e avaliação das ofertas formativas no país, bem como a promoção do emprego, articulando as iniciativas dos intervenientes de setores públicos e privados (Andrade, 2010). A procura pela formação profissional começou a aumentar e, entre 1996 a 2000, o número de formandos a nível da formação profissional passou de 2.902 para 5.198 (Moura, 2009). Em 2001, de acordo com Tolentino (2012), 7.453 indivíduos beneficiaram de uma ação de formação.

De acordo ainda com Moura (2009), em 2001, 56% das estruturas de formação profissional existentes no país eram de domínio privado, 30% eram públicas, 12% pertenciam a ONG e 2% a entidades religiosas.

Em 2003, foi estabelecido o Regime Jurídico Geral da Formação Profissional pelo decreto-lei nº 37/2003 de 6 de Outubro. Este decreto-lei define a formação profissional como sendo um

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

processo global e permanente através do qual jovens e adultos, a inserir ou inserido na vida ativa se preparam para o exercício de uma atividade profissional. O mesmo decreto considera que o desenvolvimento de um sistema de formação profissional, em articulação com o sistema educativo e o mercado de trabalho, constitui um eixo estratégico do programa do governo. Sendo assim, o decreto-lei nº 37/2003 de 6 de Outubro definiu para a formação profissional os seguintes objetivos:

- a) O desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, melhorando as suas capacidades de gestão e de desempenho socio-profissional;
- b) A adequação entre o perfil de formação ou nível de formação e posto de trabalho, tendo em conta as capacidades do trabalhador, a evolução das funções a desempenhar e as expetativas futuras de mobilidade profissional;
- c) A criação de condições para que as ações de formação profissional possam incluir na sua organização, atividades de prestação de serviços à comunidade que poderão contribuir para a sustentabilidade das entidades formadoras;
- d) A modernização e o desenvolvimento integrados das organizações, da sociedade e da economia, favorecendo a melhoria da qualidade e da competitividade;
- e) O fomento da criatividade, da invocação, do espírito de iniciativa e da capacidade de relacionamento;

O mesmo decreto-lei mencionou um conjunto de instituições públicas e privadas nos quais pode ser realizada a formação profissional, a saber:

- a) Os estabelecimentos e centros de ensino e formação;
- b) Os estabelecimentos de ensino;
- c) Os centros públicos e privados de formação;
- d) Os centros de formação e gestão participada;
- e) Outros centros, escolas, e organizações e formação;
- f) Empresas e associações patronais e empresariais;
- g) Associações sindicais e profissionais;

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

- h) Autarquias locais e suas associações;
- i) Instituições particulares de solidariedade social;
- j) Associações culturais, de desenvolvimento local e regional;

Para além disso, com esse decreto-lei, a formação profissional em cabo verde passou a estruturar-se em 5 níveis:

- a) Formação Profissional de nível I: requisitos mínimos de entrada – 6º ano de escolaridade ou equivalente;
- b) Formação Profissional de nível II: requisitos mínimos de entrada – 8º ano de escolaridade ou equivalente – curso técnico-profissional de nível I;
- c) Formação Profissional de nível III: requisitos mínimos de entrada – 10º ano de escolaridade (via geral/via técnica) ou equivalente – curso técnico-profissional de nível II;
- d) Formação Profissional de nível IV: requisitos mínimos de entrada – 10º ano de escolaridade (via geral/via técnica) ou equivalente – curso técnico-profissional de nível III;
- e) Formação Profissional de nível V: requisitos mínimos de entrada – 12º ano do ensino secundário ou equivalente – curso técnico-profissional de nível IV;

Todas essas medidas adotadas em torno da formação profissional vêm demonstrar a importância crescente desse setor no desenvolvimento do país, tornando-se assim, cada vez mais uma das grandes prioridades do governo. Fato que se verifica com a aprovação do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza I (DECRP I) em 2004 que destacou um conjunto de objetivos para o setor da formação profissional até 2007, a saber:

- a) Aumento das estruturas físicas de apoio e da oferta da formação profissional, com a implementação de ações de formação profissional nas escolas técnicas e alargamento da rede de centros de emprego com capacidade para promover formação profissional;
- b) Melhoria da articulação entre o setor da educação e o setor da formação profissional;

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

- c) Início da regulamentação da formação profissional, após a publicação do regime jurídico da formação profissional que estabelece 5 níveis de formação profissional; (Ministério das Finanças e do Planeamento, 2004).

Em 2008, foi aprovado o DECRP II que vigorou entre 2008 a 20011 e que deu continuidade ao DECRP I.

Considerando a educação e a formação profissional como fatores importantes na redução da pobreza, o DECRP II faz uma alusão clara sobre a formação profissional, considerando-a um instrumento crucial para o desenvolvimento socioeconómico do país em geral, tendo por objetivo proporcionar ao mercado nacional as competências e qualificações coerentes com as estratégias de crescimento e competitividade definidas.

Sendo assim, o DECRP II fixou para a formação profissional os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Estruturação e edificação de um Sistema Integrado de Educação/Formação/Emprego;
- b) Desenvolvimento de um Sistema Nacional de Qualificações e Competências Profissionais;
- c) Estabelecimento de uma oferta formativa permanente para a formação profissional inicial;
- d) Promoção e desenvolvimento da formação contínua com a participação das empresas e de outros parceiros sociais envolvidos na formação profissional;
- e) Criação e implementação de um centro de formação e atualização permanente para formadores e tutores;
- f) Organização de um sistema de informação estatística para a formação profissional, nomeadamente através da criação de um Observatório da Formação Profissional para a produção de estatísticas da formação profissional e o acompanhamento e a análise da evolução desta atividade, principalmente no que diz respeito ao impacto das formações realizadas de forma a produzir as informações fiáveis e credíveis para o sustento da elaboração de políticas para o setor;

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

- g) Desenvolvimento e apoio a ações de disseminação da formação técnica e profissional; (Ministério das Finanças e Administração Pública, 2008).

Em 2012, o Governo aprovou o DECRP III que deu seguimento ao DECRP II. Este documento (DECRP III) estabeleceu um conjunto de objetivos a serem alcançados até 2016 (o que significa que ainda está em vigor) com destaque para a formação profissional no qual estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos:

- a) Alargamento e diversificação da oferta de novas áreas de ensino técnico-profissional (agro negócios, economia marítima, ambiente, saúde, energias renováveis e turismo) e da formação profissional;
- b) Adequação/adaptação de mais escolas secundárias de via geral com ofertas em áreas de ensino técnico-profissional, de modo a adequar o perfil formativo do país às reais necessidades do mercado de trabalho;
- c) Priorizar a formação de técnicos nas áreas de hotelaria e agricultura, agro negócios e economia marítima, em convergência com as áreas de competitividade identificadas na economia;

Para finalizar, é importante saber que em Cabo Verde a formação profissional está estruturada nas seguintes dimensões:

- a) Formação Inicial: com o objetivo de preparar o formando para a sua inserção no mercado de trabalho;
- b) Formação em Exercício: com o objetivo de melhorar as competências dos que já estão no mercado de trabalho;
- c) Formação Contínua: com o objetivo de preparar o trabalhador para as mudanças tecnológicas, organizacional do mundo de trabalho e melhorar a sua qualidade; (Moura, 2009).

Em jeito de conclusão, a formação profissional não constituía uma das grandes prioridades do governo até o ano de 1990. Fato comprovado pela raridade das escolas técnicas com ofertas de curso de formação profissional no país. Mesmo na ilha de Santiago onde está a capital do país - cidade da Praia, não havia nenhuma escola técnica que oferecia os cursos de

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

formação mais procurados pelas pessoas. Acresce também que o primeiro Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) só foi criado em 1994, já no período democrático.

A partir de 1990, com a transição para a democracia, com a ascensão de um novo partido no poder – MPD, com a necessidade de qualificação da mão-de-obra para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento do país, a formação profissional passou a ser considerada a par da educação umas das prioridades do governo e passou a ser sempre destacada nos vários planos adoptados pelo Governo. Como acabamos de referir, em 1994 foi criado o IEFP que reflete a crescente importância que este setor começou a ter no país. Em 2006, já eram 6 os Centros de Emprego e Formação Profissional no país, a saber: o Centro de Emprego e Formação Profissional de Santo Antão, Mindelo, Fogo/Brava, Assomada, Pedra Badejo e Praia. Em 2007 aumentaram para 8 com a criação do Centro de Emprego e Formação Profissional do Sal e da Variante. Atualmente existem Centros de Emprego e Formação Profissional em quase todo o país.

### **3.3 Alguns Indicadores da Evolução da Educação e da Formação Profissional Em Cabo Verde Depois da Independência**

A educação e a formação profissional em Cabo Verde alcançaram grandes progressos depois da independência do país em 1975, em que o Governo de Cabo Verde atribuiu a educação o papel de motor de desenvolvimento do país. Nesse sentido a educação e a formação profissional tornaram-se umas das grandes prioridades de Cabo Verde. Vamos apresentar aqui alguns dados da evolução desses dois setores em Cabo Verde.

Na tabela que se segue (tabela 4) verificamos que entre 1974/1975 a 1990/91 houve, a nível do ensino básico, uma diminuição do número de estabelecimentos de ensino que passou de 533 em 1974/75 para 370 em 1990/91, o mesmo sucedeu-se com o ensino secundário que passou de 17 para 8 o número de estabelecimentos de ensino, quanto as universidades não haviam nenhuma nesse período. Essa diminuição dos estabelecimentos de ensino pode justificar-se pelo facto de o país se encontrar nesse período na fase de reconstrução e ainda estava sob o regime do partido único. A partir de 1990, com o advento da democracia, a queda o regime do partido único, o multipartidarismo, a abertura ao exterior, o número de



## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

estabelecimentos de ensino em Cabo Verde aumentaram. A nível do ensino pré-escolar, o número de estabelecimentos de ensino aumentaram de 203 para 526 entre 1990/91 a 2013/2014. O ensino básico que tinha 370 estabelecimentos de ensino em 1990/91, aumentou para 420 em 2013/2014. No ensino secundário, de 8 passou para 50 o número de estabelecimentos de ensino. Quanto as Universidades que não haviam nenhuma, passaram para 6 em 2013/14.

**Tabela 4 - Número de Estabelecimentos de Ensino por Nível, 1974/75 – 2013/2014**

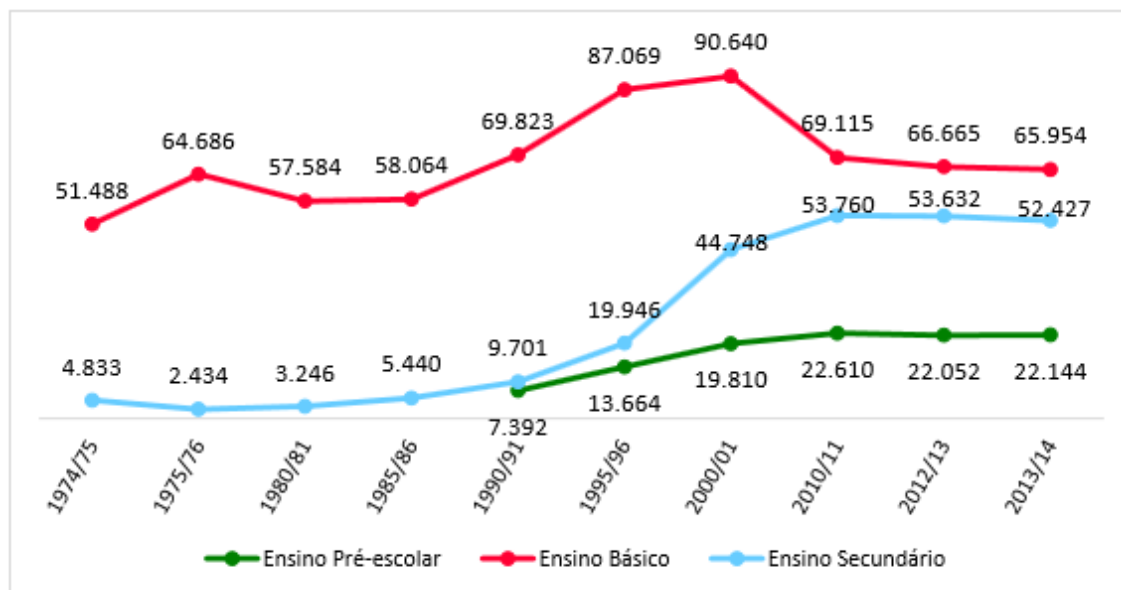
Nível	1974/75	1975/76	1980/81	1985/86	1990/91	1995/96	2000/01	2010/11	2012/13	2013/14
Ensino Pré-escolar					203		384	504	516	526
Ensino Básico	533	533			370		420	420	417	420
Ensino Secundário	17	3	4	5	8	19	28	49	49	50
Universidade	0	0	0	0	0	0	0	5	6	6

**Fonte:** INE, 2015

O gráfico que se segue (gráfico 1) representa o número de alunos que frequentavam os estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e o ensino secundário no período entre 1974/75 a 2013/2014. No ensino pré-escolar, passou de 7.392 a 22.144 o número de alunos entre 1990/91 a 2013/14. No ensino básico, em 1974/75, havia 51.488 alunos que depois aumentou para 90.640 em 2000/01 e depois voltou a diminuir para 65.954 em 2013/14. Quanto ao ensino secundário, em 1974/75, apenas 4.833 alunos frequentavam esse estabelecimento de ensino, número que veio a aumentar para 52.427 no período 2013/14.

Apesar de algumas oscilações, houve um grande aumento de número de alunos nesses estabelecimentos de ensino entre 1974/75 a 2013/14. Esse aumento do número de alunos deve-se sobretudo à política de abertura ao exterior, ao estabelecimento do regime democrático, o multipartidarismo, mas também à reforma do sistema educativo em 1990, e ao alargamento da escolaridade obrigatória.

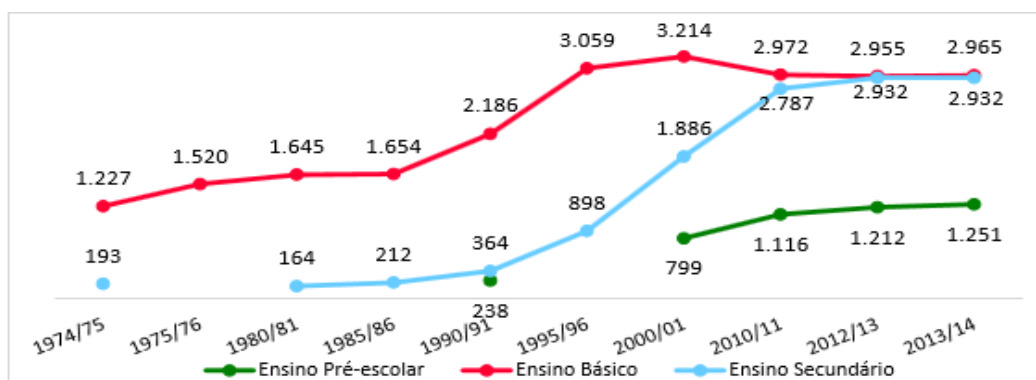
**Gráfico 1 - Número de Alunos, 1974/75 – 2013/2014**



**Fonte:** INE, 2015

O gráfico 2 que se segue representa o número de professores que lecionavam no ensino pré-escolar, básico e secundário em Cabo Verde entre 1974/75 a 2013/14. No ensino pré-escolar, o número de professores aumentou de 364 para 1.251 entre 1990/91 a 2013/2014. No ensino básico, em 1974/75 havia 1.227 professores, esse número aumentou para 3.214 no período de 2000/01 diminuindo depois para 2.965 em 2013/14. No ensino secundário houve um aumento drástico de número de professores a lecionarem neste nível de ensino, visto que em 1974/75 existiam no país apenas 193 professores a lecionarem neste nível de ensino, mas em 2013/14 o país contava já com 2.932 professores no ensino secundário.

**Gráfico 2 - Número de Professores, 1974/75 – 2013/2014**

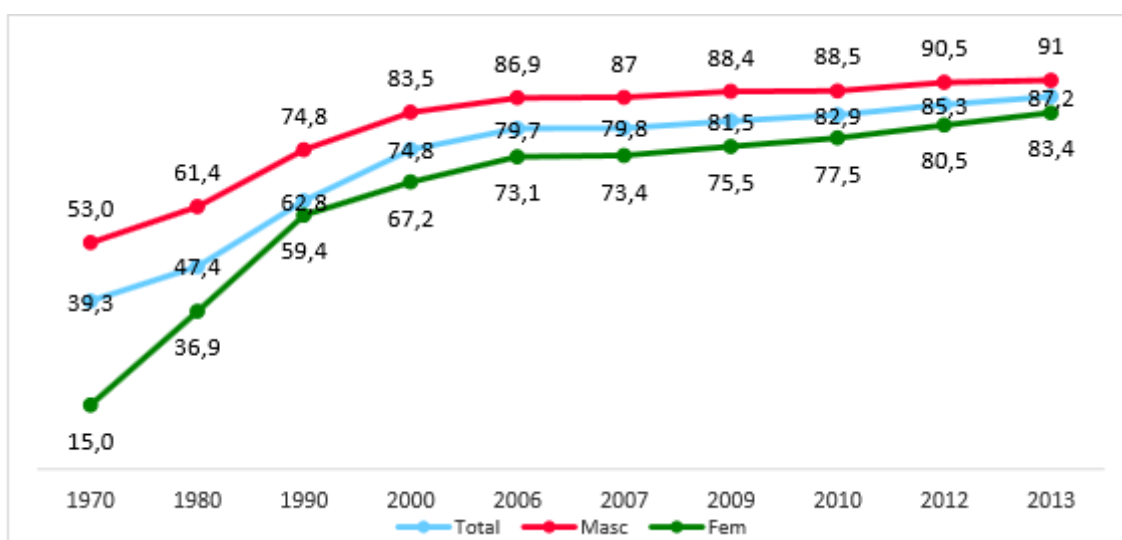


**Fonte:** INE, 2015

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

O gráfico que se segue (gráfico 3) mostra a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais entre 1970 a 2013. Em 1970, ainda antes da independência do país, mais de metade da população era analfabeta, por isso havia uma baixa taxa de alfabetização na população de 15 anos ou mais que, neste período, tinha apenas 39,3% do total da taxa de alfabetização com 53% para os rapazes e apenas 15% para as raparigas. Depois de 1970 houve um grande aumento da taxa de alfabetização e em 2013 o país já contava com um total de 87,2% da taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais com 91% para os rapazes e 83,4% para as raparigas.

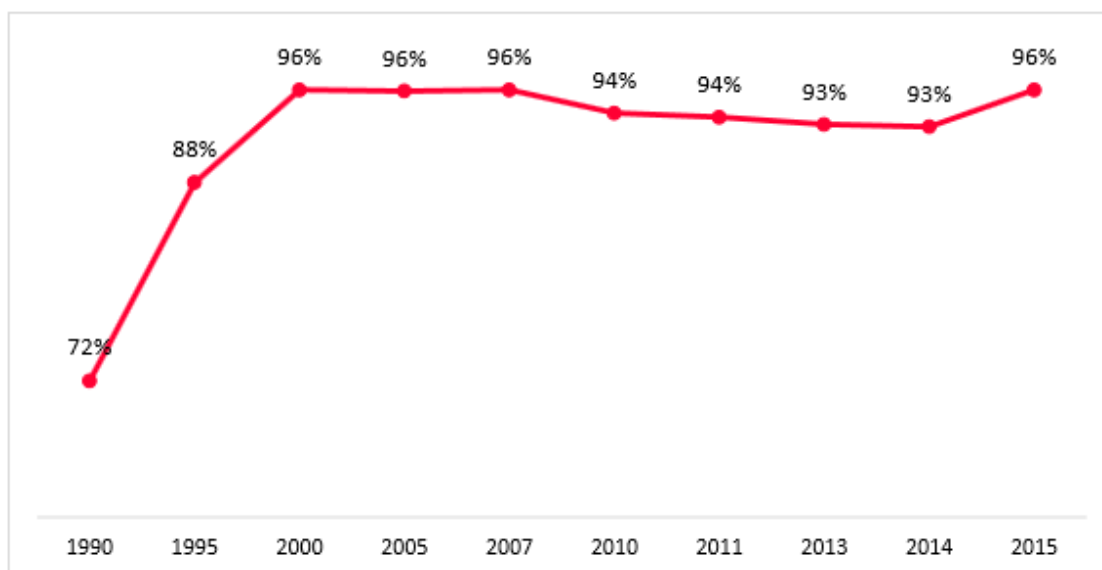
**Gráfico 3 - Taxa de Alfabetização (15 anos ou mais), 1970 – 2013**



**Fonte:** INE, 2015

Em seguida no gráfico 4 está representada a taxa líquida de escolarização (percentagem de alunos matriculados) no ensino básico entre 1990 a 2015. Em 1990, a taxa líquida de escolarização no ensino básico era de 72% e depois aumentou para 96% em 2000 que manteve até 2007, mas entre 2007 a 2014 houve uma ligeira diminuição dessa percentagem para 93% e aumentou novamente em 2015 para 96%.

**Gráfico 4 - Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Básico, 1990 – 2015**



**Fonte:** INE, 2015

A tabela que se segue (tabela 5) aponta para uma evolução dos efetivos em Cabo Verde a nível do ensino pré-escolar, ensino básico, ensino secundário e ensino superior entre 1974/75 a 2007/08. Se repararmos bem, de acordo com a tabela 5, houve sempre um aumento contínuo dos efetivos em quase todos os níveis do ensino com exceção do ensino básico, onde, a partir de 1997/98, se registou uma diminuição dos alunos. Portanto, na educação pré-escolar o número de crianças aumentou de 12.464 para 22.148 entre 1993/94 a 2007/08. O mesmo não aconteceu no ensino básico que, entre 1974/75 e 1997/98, registou um aumento de 49.009 para 91.777 alunos, mas depois decaiu para 76.007 alunos em 2007/08. No ensino secundário houve um aumento elevado de alunos, 2.113 para 53.039 entre 1974/75 a 2007/08. Quanto ao ensino superior o número de alunos que frequentava este nível de ensino no país aumentou de 134 para 6.658 entre 1980/81 a 2007/08.

**Tabela 5 - Evolução dos Efetivos por Nível de Ensino entre 1974/75 a 2007/08**

Ano lectivo	Educação pré-escolar	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior (no país)
1974/75	----	49.009	2.113	
1980/81	----	57.044	3.246	134
1985/86	----	58.064	5.440	126
1990/91	----	69.823	9.586	148
1993/94	12.464	78.173	13.710	463
1997/98	18.227	91.777	31.602	1.041
2000/01	19.801	90.640	44.748	1.801
2003/04	21.003	85.138	49.790	4.134
2007/08	22.148	76.007	53.039	6.658

**Fonte:** GEP/Ministério da Educação citado por Borges, 2011

### **3.4 A Cooperação Entre Cabo Verde e Portugal no Setor da Educação e da Formação Profissional**

Cabo Verde foi descoberto e colonizado pelos portugueses, isso mostra claramente que a relação entre os dois países é bem antiga.

Enquanto colonizador, Portugal não se preocupou muito com o desenvolvimento das suas colónias. Foi preciso esperar até à revolução de 25 de Abril de 1974 que, por sua vez, trouxe um conjunto de mudanças na política de cooperação portuguesa. Portanto, após a revolução de 1974 a política de cooperação portuguesa assumiu uma tipologia descentralizada, tendo por objetivos: reduzir os níveis de pobreza, reforçar o sistema democrático e o Estado de Direito, estimular o crescimento económico, promover diálogo e integrações regionais, bem como a parceria europeia para o desenvolvimento humano (Faria, s/d). Mas também é de salientar que, após a revolução de 1974, a educação e a formação profissional constituem uns dos setores prioritários nos quais se baseia a cooperação portuguesa.

Para além da tipologia descentralizada, uma outra característica que dominou a cooperação portuguesa após a revolução de 1974 é a relação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no sentido de ajudá-los nas mais diversas áreas. É neste contexto que Portugal estabeleceu com Cabo Verde várias relações de cooperação em quase todos os

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

setores, principalmente nos setores da educação e da formação profissional. Perante o desenvolvimento dessas redes de cooperação destacam-se, entre os vários acordos de cooperação, os Programas Indicativos de Cooperação (PIC) de que falaremos em seguida. Importa-se relembrar que neste trabalho vamos apenas abordar a cooperação entre Cabo Verde e Portugal que incluem o setor da educação e da formação profissional, incidindo apenas nesses dois setores.

Antes de começarmos a falar do primeiro PIC assinado em 1999, importa referir que em 1995 foi realizada em Lisboa, no âmbito da cooperação entre Portugal e Cabo Verde, a XI reunião da comissão mista da cooperação luso – cabo-verdiana que ficou marcada pelo estabelecimento do Programa-Quadro regulador da cooperação para o período 1995 – 1997 entre Portugal e Cabo Verde. Esse programa de cooperação assentava nos seguintes eixos:

- a) Capacitação institucional do setor estatal aos níveis central e local (assistência técnica, consultoria, apoio técnico);
- b) Valorização dos recursos humanos ao nível da formação de base (educação) e da formação profissional e técnico profissional;
- c) Cooperação económica e financeira e, em particular, apoio ao setor privado; (IPAD, s/d).

Neste contexto, em 1996, houve o apoio de Portugal ao Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR), em São Vicente, com o apoio aos cursos complementares de máquinas e de pilotagem e também ao curso de radiometria ministrados por docentes de Escola Náutica Infante D. Henrique. Cabe também aqui uma referência ao Projeto Centro de Formação Náutica/Universidade do Algarve que na sua primeira fase levou para ilha de São Vicente professores da Universidade de Algarve para lecionarem na Ilha de São Vicente várias disciplinas curriculares (IPAD, s/d).

Em 1997 foi também assinado o acordo entre Portugal e Cabo Verde no domínio do Ensino Superior com uma duração de 5 anos. Esse acordo tinha como objetivo o apoio à criação e a consolidação de novos cursos de ensino superior em Cabo Verde. Desse acordo foi criada uma comissão partidária Portugal/Cabo Verde que definia as iniciativas da cooperação

portuguesa na área do ensino superior e desenvolvia os trabalhos conducentes à concretização dos objetivos neles fixados (IPAD, s/d).

Em 1998, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (SENEC) visitou Cabo Verde e dessa visita ficou acordado a criação de uma Comissão Técnica Conjunta Luso – Cabo-Verdiana com o objetivo de proceder ao balanço da cooperação entre os dois países, assim como examinar os possíveis constrangimentos e atrasos existentes e perspetivar linhas de ação futura. Neste sentido, logo em 1999 foi assinado o Programa Indicativo de Cooperação para o período 1999 – 2001.

### **3.4.1 Programa Indicativo de Cooperação 1999 – 2001**

Como já referimos, em 1999 foi assinado o primeiro Programa Indicativo de Cooperação (PIC) entre Portugal e Cabo Verde que vigorou entre 1999 a 2001. Esse programa assentava nos seguintes eixos estratégicos:

- a) Valorização dos recursos humanos;
- b) Promoção das condições sociais e de saúde;
- c) Apoio ao desenvolvimento socioeconómico;
- d) Cooperação inter-municipal;
- e) Contribuição para organismos multilaterais e cooperação financeira;

No PIC 1999 – 2001, foram disponibilizados um montante de 19,5 milhões de contos (IPAD, s/d). De entre os eixos estabelecidos, destaca-se a valorização dos recursos humanos, no qual encontram-se incluídas a educação e a formação profissional.

Neste período, com o alargamento da escolaridade obrigatória em Cabo Verde, houve um certo interesse por parte do Governo de Cabo Verde no envio de professores portugueses para lecionarem no ensino secundário cabo-verdiano. Neste contexto, foi criado o Projeto de Apoio ao Sistema Educativo de Cabo Verde com uma previsão de 4 anos. No primeiro ano foram contratados 23 professores, e, devido aos bons resultados obtidos, esse número aumentou para 73 no ano letivo 2000/2001. Já em 2001/2002, o Projeto de Apoio ao

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Sistema Educativo de Cabo Verde foi substituído pelo Projeto de Apoio ao Ensino Secundário (PAES), contando neste período com 81 docentes portugueses.

Em 1999 foi também assinado entre o Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) e o Instituto de Cooperação Portuguesa (ICP) um protocolo de cooperação, no qual o IPC prestaria assistência técnica (apoio a docência) ao bacharelato em Educação Física no Ensino Superior de Educação de Cabo Verde e também ao bacharelato em Turismo nas áreas de Animação Turística, Gestão Turística e Ecoturismo. Em 2000, foi também dado apoio ao Instituto Superior de Educação de Cabo Verde através do financiamento de ações de formação da Universidade Aberta e dos Institutos Superiores Politécnicos de Coimbra e de Leiria (IPAD, s/d).

A nível da formação profissional, em 1999, foram assinados protocolos que deram origem a vários programas, destacando-se: Programa Regional para a Promoção do Emprego nos PALOP (PREP) – com destaque para o apoio ao Centro de Emprego de Pedra Badejo, a elaboração do projeto de lei-quadro da formação profissional; e também o Programa da Cooperação com o Ministério de Emprego, Formação e Integração Social de Cabo Verde (MEFIS) (IPAD, s/d).

Verifica-se, em suma, que dentro do primeiro PIC assinado entre os dois países, desenvolveram-se vários outros programas de cooperação a nível da educação e da formação profissional como resultados desse acordo.

### **3.4.2 Programa Indicativo de Cooperação 2002 – 2004**

Em 2002, Portugal e Cabo Verde assinaram um outro PIC para o período 2002 – 2004 que assenta nos seguintes eixos estratégicos:

- a) Reforço da estabilidade macroeconómica;
- b) Apoio à consolidação das instituições;
- c) Valorização dos recursos humanos (educação e formação, melhoria das condições de saúde das populações, a questão do género, entre outros);
- d) Melhoria e o desenvolvimento de infra-estruturas;



## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

- e) Alargamento da base produtiva e a melhoria da competitividade do setor empresarial cabo-verdiano;
- f) A valorização da cultura e preservação do património histórico; (IPAD, s/d).

Neste programa indicativo foram disponibilizados 50 milhões de euros.

Como se pode observar, a educação e a formação profissional continuam a estar incluídos num dos eixos prioritários do acordo. A nível da formação profissional, foi criado em 2004 o Programa Integrado de Emprego, Formação Profissional e Inserção Social, com o objetivo de criar oportunidades de emprego, formação profissional de jovens de ambos os sexos, e entre outros.

### **3.4.3 Programa Indicativo de Cooperação 2005 – 2007**

Para o período 2005 – 2007, foi igualmente celebrado entre os dois países (Portugal e Cabo verde) um outro PIC. Para este período, foram estabelecidos os seguintes eixos estratégicos:

- a) Valorização dos recursos humanos e capacitação técnica;
- b) Apoio à criação de infra-estruturas básicas, ordenamento do território e recuperação do património;
- c) Apoio à estabilidade macro-económica;

Este PIC ainda inclui um eixo de Ações Complementares, dada a necessidade de enquadrar projetos e apoios que estavam em curso, e também outros que não estavam incluídos nos eixos prioritários e que podem ter importância e impacto nos esforços de desenvolvimento do país (IPAD, 2005).

Num orçamento indicativo de 55 milhões de euros, 16,5 milhões de euros foram para a valorização dos recursos humanos e capacitação técnica, 27,5 milhões de euros para o apoio à criação de infra-estruturas básicas, ordenamento do território e recuperação do património e 11 milhões de euros para o eixo de ações complementares (IPAD, s/d).

Dos eixos estratégicos acima referido para este PIC, destacaremos o da valorização dos recursos humanos e capacitação técnica, no qual se encontram incluídos os setores da

educação e da formação profissional que constituem aqui, como já referimos, o nosso objeto de estudo. Portanto, esse eixo estratégico, o da valorização dos recursos humanos e capacitação técnica, tem como objetivo geral contribuir para a formação e qualificação dos recursos humanos em Cabo Verde, intervindo-se assim em diversos níveis, entre os quais a educação e a formação profissional e técnica. No setor da educação foram incluídos projetos com incidência na melhoria do sistema de ensino, com destaque para os projetos que visem apoiar a adequação dos recursos do ensino secundário às exigências do desenvolvimento, o reforço da língua portuguesa, o desenvolvimento do ensino técnico-profissional, a promoção do desenvolvimento do Ensino Universitário e a formação superior de estudantes cabo-verdianos (IPAD, 2005). No setor da formação profissional, de acordo com a mesma fonte citada, foram incluídos projetos que visem adequar a formação de mão-de-obra às necessidades de desenvolvimento social, de crescimento económico e de competitividade de Cabo Verde.

Nesse período, o PAES foi substituído pelo Projeto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário de Cabo Verde (PADES). E verifica-se também nesse período uma diminuição dos docentes portugueses no país, passando de 81 em 2001/2002 para 43 em 2006/2007, face ao aumento do número de professores formados no país.

### **3.4.4 Programa Indicativo de Cooperação 2008 – 2011**

Em 2008, Portugal e Cabo Verde assinaram um outro Programa Indicativo de Cooperação de quatro anos para o período 2008 – 2011, mais extenso do que os outros anteriores que eram apenas de três anos.

O PIC 2008 – 2011 define os seguintes eixos estratégicos:

- a) Boa governação, participação e democracia (capacidade institucional, finanças públicas, segurança interna, técnico-militar);
- b) Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza (educação, formação profissional e desenvolvimento social, infra-estruturas);
- c) Cluster da cooperação; (IPAD, 2008).

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Esse programa teve um orçamento indicativo de 70 milhões de euros. Desses 70 milhões de euros, 21,4% foram para o eixo da boa governação, participação e democracia, 58,6% para o desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, 10% para cluster da cooperação e os restantes 10% foram para o apoio direto ao orçamento.

Quanto à educação, que se encontra incluída no eixo de desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, este programa traçou como objetivo para o setor contribuir para a melhoria da qualidade do ensino secundário através do desenvolvimento da vertente pedagógica, com destaque para as áreas das tecnologias e das ciências; e a consolidação do ensino superior em Cabo Verde através de ações de apoio à gestão e ao desenho curricular dos cursos, a promoção da qualidade dos cursos de formação promovidos pela Universidade de Cabo Verde (UCV), e entre outros (IPAD, 2008).

A nível da formação profissional, que também se encontra incluída no eixo de desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza, o objetivo da cooperação para esse período é de dar sobretudo a continuidade e apoio à concretização da política de formação profissional definida pelo governo de Cabo Verde, através de:

- a) Reforço da capacidade institucional e técnica do Instituto de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde;
- b) Apoio à implementação de ações de formação profissional em áreas de atividade consideradas prioritárias;
- c) Promoção da inserção profissional de jovens e adultos pela inclusão, nos cursos de formação, de estágios em postos de trabalhos;
- d) Implementação de medidas de apoio à criação e ao alargamento de microempresas;
- e) Apoio a melhoria das infra-estruturas de formação e emprego do IEFP-CV;
- f) Construção e equipamento do centro de formação para a região de Fogo/Brava; (IPAD, 2008).

### **3.4.5 Programa Indicativo de Cooperação 2012 – 2015**

Em continuidade aos programas anteriores, Portugal e Cabo Verde assinaram em 2012 um outro PIC, também de quatro anos, que vigorou entre 2012 e 2015. Este programa estabeleceu para o respetivo período os seguintes eixos estratégicos:

- a) Boa governação, participação e democracia (capacitação institucional – Governo e a sociedade civil, segurança e desenvolvimento);
- b) Desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza (educação e serviços sociais básicos, capacitação científica e tecnológica, empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, programa geral de assistência/ajuda sob a forma de produtos); (IPAD, s/d).

Esse programa teve um orçamento indicativo de 56 milhões de euros. Dos 56 milhões de euros atribuídos a esse programa, 94% foram para o desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza onde estão incluídos os setores da educação e da formação profissional e apenas 6% para o eixo da boa governação, participação e democracia.

Quanto à educação, o programa definiu como objetivo o apoio ao ensino secundário, procurando a sua melhoria através do apoio à revisão curricular, o apoio à formação de professores e modernização do processo de ensino através da utilização das tecnologias de informação e comunicação; apoio ao desenvolvimento do ensino superior, incluindo a regulamentação do setor, a avaliação das instituições, entre outros.

No que se refere a formação profissional, o programa estabeleceu como objetivo melhorar o nível de formações profissionais e saídas profissionais; (IPAD, s/d).

## **3.5 Cooperação Entre Cabo Verde e a União Europeia no Setor da Educação e da Formação Profissional**

Desde os tempos remotos, Cabo Verde e a União Europeia (UE) mantinham-se relações entre si, seja a nível cultural, seja a nível comercial, e entre outros. Contudo, essa relação só veio a consolidar-se com a adesão de Cabo Verde à Convenção de Lomé I em 1977, dois anos após a sua independência, e posteriormente às outras Convenções de Lomé (II, III, IV), e,

finalmente, ao Acordo de Cotonou, assinado entre a UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Em 2007, essa relação tornou-se ainda mais estreita com a assinatura do Acordo de Parceria Especial.

A política de cooperação da União Europeia destina-se a sustentar o desenvolvimento, na sua dimensão política (democracia, direitos de homem e liberdades fundamentais, estado de direito), na sua dimensão social (melhorar as condições de vida e evitar a desintegração do tecido social), na sua dimensão ambiental (conflitos e défices alimentares associados à escassez de recursos hídricos e a degradação dos solos) (Pinhel, 2011).

Assim como a UE, Cabo Verde também defende valores como a democracia, os direitos humanos, a boa governação, e entre outros.

As Convenções de Lomé (I, II, III, IV), o Acordo de Cotonou e o Acordo de Parceria Especial, marcam o quadro das relações de cooperação entre Cabo Verde e a UE. Dentre estes acordos, apenas não abordaremos as Convenções de Lomé que, apesar de ser uma marca importante nas relações de cooperação entre UE e os países de ACP, são acordos sobretudo comerciais e não se encontram definidas neles metas nos setores da educação e da formação profissional que, como já referimos, são objetos do nosso estudo.

### **3.5.1 O Acordo de Cotonou**

Assinado em 2000, o Acordo de Cotonou substituiu as Convenções de Lomé que, até então, marcava o quadro de relações de cooperação entre a UE e os países de ACP. O Acordo de Cotonou contava com 77 países ACP. Este acordo veio estabelecer um novo quadro político que regula a cooperação entre os Estados ACP e a UE com o objetivo de redução da pobreza até à sua erradicação, o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva e faseada dos países ACP na economia mundial (SNEDE, 2006). Sendo assim, o Acordo de Cotonou assenta em cinco pilares:

- a) O reforço da dimensão política;
- b) A promoção do desenvolvimento participativo;
- c) A erradicação ou a diminuição da pobreza;

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

- d) O estabelecimento de um novo quadro para a cooperação económica e comercial;
- e) A reforma da cooperação financeira; (Pereira, 2005).

Quanto à educação e formação profissional, o Acordo de Cotonou definiu como objetivo a melhoria da educação e da formação, bem como o desenvolvimento das capacidades e das competências técnicas (Jornal Oficial das Comunidades Europeias, 2000).

É também de ter em consideração que o Acordo de Cotonou trouxe mudanças significativas na forma de conceder apoios aos países no âmbito da ajuda ao desenvolvimento. Portanto, com este acordo, os recursos para os países e regiões ACP passaram a ser repartidos com base em critérios de necessidade e de desempenho e esses recursos podem ser utilizados no financiamento em várias áreas como: apoio macroeconómico, políticas setoriais, assistência adicional em caso de perdas nas receitas das exportações, alívio da dívida, bem como programas e projetos tradicionais de desenvolvimento (SNEDE, 2006).

### **3.5.2 O Acordo de Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia**

Assinado em 2007, o Acordo de Parceria Especial trouxe uma nova fase nas relações entre Cabo Verde e a União Europeia.

O Acordo de Parceria Especial enquadra-se no contexto do Acordo de Cotonou e permite a Cabo Verde participar em algumas políticas e programas da UE. O Acordo de Parceria Especial assenta em 6 eixos/pilares:

- a) Boa Governação;
- b) Segurança e estabilidade;
- c) Integração regional;
- d) Convergência técnica e normativa;
- e) Sociedade do conhecimento e da informação;
- f) Luta contra a pobreza e desenvolvimento;

Desses pilares importa-se destacar o da sociedade do conhecimento e da informação onde estão incluídos os setores da educação e da formação profissional, no qual o acordo

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

estabeleceu os seguintes objetivos, a saber: a) A melhoria da qualidade e da cobertura da educação e da formação profissional através do estudo e elaboração de um programa de edificação de um sistema integrado de educação, formação e emprego e definição das condições de sua implementação; da melhoria da qualidade da educação, revisão e implementação do sistema curricular e de gestão escolar orientada para o conhecimento e as necessidades do mercado de trabalho, apoio à gestão da implementação e monitoria do sistema; da criação de condições para o alargamento da escolaridade de base a 8 anos; do reforço da cooperação no domínio da educação, formação profissional e do desporto; b) A promoção de pesquisa, desenvolvimento e intercâmbio científico e tecnológico através da formulação de uma política nacional e elaboração de um plano estratégico de ciência, tecnologia e inovação envolvendo a Universidade de Cabo Verde e as instituições congéneres públicas e privadas; da criação de centros de pesquisa científica e tecnológica, e desenvolvimento do estatuto de pesquisador em Cabo Verde; c) A promoção de tecnologias de informação e de comunicação através do apoio a regulamentação da comunicação electrónica e a criação de um quadro favorável ao desenvolvimento da sociedade de informação; e entre outros (Parceria Especial Cabo Verde – UE, 2008). A Parceria Especial marca a evolução das relações entre Cabo Verde e a UE, contribuindo assim para ultrapassar o quadro de relação doador/beneficiário e responder a outros assuntos de interesse comum.

Em conclusão, as relações de cooperação entre Cabo Verde e a UE centram-se em vários domínios (económico, social, cultural), contribuindo assim para a redução da pobreza, apoio às políticas sociais com destaque para os setores da educação e da formação profissional, entre outros.

### **3.6 Papel da Cooperação Externa na Formação do Capital Humano em Cabo Verde: Algumas Reflexões**

A cooperação externa e a formação do capital humano em Cabo Verde estão intimamente ligadas e pode-se dizer com firmeza que a cooperação externa é um dos principais responsáveis pela formação de capital humano em Cabo Verde. Um país que se tornou independente em 1975, sem recursos naturais e insular, que no momento da sua independência mais de metade da população era analfabeta, hoje Cabo Verde é conhecido, a nível internacional, como um caso de sucesso e um exemplo a seguir por outros países, e está entre os países africanos com melhores indicadores a nível da educação, formação profissional, saúde e entre outros, o que lhe valeu o estatuto de país de desenvolvimento médio. Portanto, os grandes progressos alcançados devem-se muito à ajuda internacional e às relações estabelecidas com o exterior, como já referimos, mas também deve-se muito ao mérito por parte de Cabo Verde que soube canalizar essas ajudas para promover o seu desenvolvimento.

Com a investigação desenvolvida, pensamos ter respondido à nossa pergunta de partida e aos nossos objectivos. Recordemos que a nossa questão central de investigação era saber em que medida a cooperação externa tinha contribuído para a formação do capital humano em Cabo Verde. A resposta a essa pergunta encontra-se nas abordagens que fizemos das relações de cooperação entre Cabo Verde e Portugal, e Cabo Verde e a UE nos setores da educação e da formação profissional, mas vamos especificar essa resposta apresentando alguns dados, a fim de que tenhamos uma ideia mais lúcida.

A tabela que se segue (tabela 6) apresenta a evolução das despesas da educação em Cabo Verde no período de 2000 a 2009. As despesas totais financiadas com recursos próprios do Estado (a preços correntes) aumentaram entre 2000 a 2009, passando assim de 4.223 milhões de ECV (Escudos Cabo-Verdianos) em 2000 para 7.026 milhões de ECV em 2009. As despesas de investimentos, como podemos ver na tabela em baixo (tabela 6), são financiadas sobretudo com recursos externos que, em 2000, representavam 57,3% das despesas de investimentos na educação e depois aumentou para 99% em 2003, havendo ainda um ligeiro aumento para 99,1% em 2004, já em 2005 diminuiu para 98,8% e em 2009 representavam apenas 53,4%.



## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

**Tabela 6 - Evolução das despesas da educação 2000 – 2009**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*	2007*	2008*	2009*
<b>Despesas correntes</b> (em Milhões de ECV)										
a preços constantes de 2009	3.798	3.899	4.025	4.844	4.950	5.478	6.005	6.176	5.951	6.340
por criança de 6 a 17 anos preços constantes de 2009 (ECV)	25.867	26.128	26.872	32.349	33.192	37.028	41.075	42.481	41.324	44.466
<b>Despesas de investimentos</b> (em Milhões de ECV)										
a preços constantes de 2009	2.388	2.594	2.243	1.229	1.441	1.904	1.330	1.563	1.563	1.589
% Despesas de investimentos financiados com recursos externos	57,3	66,0	70,0	99,0	99,1	98,8	83,4	59,8	50,3	53,4
<b>Despesas totais (financiados com recursos externos e internos)</b> (em Milhões ECV)										
a preços constantes de 2009	6.186	6.493	6.268	6.073	6.391	7.382	7.335	7.739	7.514	7.930
<b>Despesas totais financiados com recursos internos</b> (em Milhões de ECV)										
a preços correntes	4.223	4.244	4.154	4.484	4.535	4.956	5.708	6.326	6.682	7.026
a preços constantes de 2009	4.818	4.780	4.697	4.857	4.963	5.502	6.177	6.753	6.679	7.026
Despesas correntes da Educação em % das despesas correntes do Estado	24,3	25,2	20,8	25,6	25,1	24,9	24,7	24,9	23,7	23,7
Despesas correntes da Educação em % das receitas internas do Estado	23,5	23,5	20,7	25,9	24,1	22,0	21,0	17,4	17,5	21,3
Despesas da Educação com recursos internos em % do PIB	6,5	6,1	5,7	5,6	5,5	5,8	5,9	5,9	5,5	5,6

**Fonte:** Ministério das Finanças citado por Ministério da Educação e Desporto, 2011

A tabela 7 que se segue aponta para a evolução das despesas de investimentos da educação por nível de ensino a preços constantes entre 2000 a 2009. Como se pode verificar, os gastos com investimentos no setor da educação têm evoluído de forma irregular. A preços constantes de 2009, as despesas de investimentos financiadas com recursos internos passaram de 1019,6 milhões de ECV em 2000 para 739,7 milhões de ECV em 2009, depois de ter registado ainda uma grande diminuição em 2004, atingindo os 12,5 milhões de ECV. As despesas de investimentos financiadas com recursos externos (a preços constantes de 2009) passaram de 1.368,2 milhões de ECV em 2000 para 1.880,3 milhões de ECV em 2005, diminuindo depois para 849,3 milhões de ECV em 2009.

Durante o período de 2000 a 2009, o financiamento do investimento beneficiou, essencialmente, os ensinos básico, secundário e superior. Entre 2000 a 2002, o ensino superior recebeu o maior investimento financiado com recursos internos, posteriormente, o ensino secundário recebeu a maior parte do investimento (em termos financeiros). Em termos do investimento financiado com recursos externos, o ensino secundário é o que maior investimento recebeu. Durante o período de 2000 a 2009 o investimento total

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

ascendeu a 6.075 milhões de ECV para o ensino secundário, 3.930 milhões de ECV para o ensino superior e 2.523 milhões de ECV para o ensino básico. Dos 6.075 milhões de ECV investidos no ensino secundário, 5.526,2 milhões de ECV pertenciam aos recursos externos, dos 3.930 milhões de ECV investidos no ensino superior, 1.370 milhões de ECV pertenciam aos recursos externos, e dos 2.523 milhões de ECV investidos no ensino básico, 2.457,7 milhões de ECV pertenciam aos recursos externos.

Podemos concluir aqui que os ensinos em Cabo Verde são financiados quase na sua totalidade com recursos externos, o que demonstra a grande importância da ajuda externa no desenvolvimento do sistema de ensino e na formação do capital humano em Cabo Verde.

**Tabela 7 - Evolução das despesas de investimentos da educação por nível de ensino a preços constantes (Milhões de ECV de 2009): 2000 – 2009**

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Com recursos internos</b>										
Pré-escolar	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0
Ensino Básico	6,0	12,9	20,3	1,1	0,0	0,0	15,5	2,5	0,0	7,2
Ensino Secundário	76,6	61,8	24,0	3,9	8,9	20,8	53,4	67,5	156,4	75,6
Ensino Superior	919,8	801,1	627,5	0,0	0,0	0,0	24,7	30,2	87,8	68,9
Alfabetização de adultos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ação Social Escolar	17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	26,2	125,4	154,6	189,8
Gestão e Coordenação do Sistema	0,0	5,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	8,6	3,5
Formulação e execução da política nacional de formação de Quadros	0,0	0,0	0,0	7,7	3,7	2,8	1,8	1,6	9,7	29,7
Administração Central do Ministério da Educação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IEFP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	98,9	401,1	359,0	365,0
<b>Total (1)</b>	<b>1 019,6</b>	<b>881,2</b>	<b>672,1</b>	<b>12,7</b>	<b>12,5</b>	<b>23,6</b>	<b>220,6</b>	<b>628,7</b>	<b>777,3</b>	<b>739,7</b>
<b>Com recursos externos</b>										
Pré-escolar	0,0	21,7	5,9	12,2	8,2	51,1	19,7	8,9	5,3	7,0
Ensino Básico	412,7	359,5	331,4	401,8	369,6	319,3	99,9	75,4	77,8	10,3
Ensino Secundário	733,1	551,0	579,1	376,8	702,1	1 210,8	361,6	383,5	338,4	289,8
Ensino Superior	113,4	453,5	282,3	93,7	1,2	35,4	202,3	111,8	31,7	44,7
Alfabetização de adultos	63,5	15,9	34,7	150,2	24,0	11,5	5,3	50,1	0,0	0,0
Ação Social Escolar	45,5	309,6	336,1	181,7	190,9	221,6	187,0	72,9	30,7	15,4
Gestão e Coordenação do Sistema	0,0	1,1	1,3	0,0	0,0	11,2	0,0	4,7	7,2	0,7
Formulação e execução da política nacional de formação de Quadros	0,0	0,0	0,0	0,0	132,6	19,5	36,1	27,6	25,1	2,0
Administração Central do Ministério da Educação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IEFP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	197,2	199,2	269,1	479,3
<b>Total (2)</b>	<b>1.368,2</b>	<b>1.712,4</b>	<b>1.570,9</b>	<b>1.216,4</b>	<b>1.428,7</b>	<b>1.880,3</b>	<b>1.109,1</b>	<b>934,1</b>	<b>785,3</b>	<b>849,3</b>
<b>Total (1+2)</b>	<b>2.387,8</b>	<b>2.593,6</b>	<b>2.243,0</b>	<b>1.229,2</b>	<b>1.441,2</b>	<b>1.903,9</b>	<b>1.329,7</b>	<b>1.562,8</b>	<b>1.562,6</b>	<b>1.589,0</b>

**Fonte:** Ministério das Finanças e IEFP, citado por Ministério da Educação e Desporto, 2011

A tabela seguinte (tabela 8) apresenta a evolução de novas bolsas e subsídios financiados pelo Governo de Cabo Verde entre 2000 a 2009. A concessão de bolsas de estudos a

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

estudantes cabo-verdianos para estudarem no exterior demonstra a importância que a cooperação externa tem tido na formação do capital humano em Cabo Verde. Portugal e Brasil são os países que recebem maior número de estudantes cabo-verdianos. Em 2000 foram concedidas 284 bolsas de estudos para o exterior que depois diminuiu para 176 em 2009, enquanto as bolsas de estudo no país aumentaram, passando de 292 em 2000 para 470 em 2009. Essa diminuição de bolsas de estudo para o exterior e o aumento de bolsas de estudo no país deve-se à expansão do ensino superior no país.

**Tabela 8 - Evolução de novas bolsas e subsídios financiados pelo Governo de Cabo Verde: 2000 – 2009**

Ano	Portugal	Brasil	Outros Países	Beneficiários		Total Geral
				No exterior	Em Cabo Verde	
2000	197	87		284	292	576
2001	91	12		103	301	404
2002	41	12		53	371	424
2003	30	20		50	300	350
2004	37	20		57	300	357
2005	98	52		150	300	450
2006	125	67	14	206	322	528
2007	100	62	10	172	300	472
2008	60	50	2	112	305	417
2009	93	30	53	176	470	646

**Fonte:** Ministério da Educação e Desporto, 2015

## **4 Capítulo IV: Percepção dos Receptores das Bolsas de Apoio à Formação de Capital Humano**

### **Nota Introdutória**

Para dar maior profundidade ao nosso trabalho recorreremos às entrevistas. As entrevistas estão constituídas por 26 questões que foram colocados a um conjunto de pessoas devidamente selecionadas. Dentro dessas questões encontram-se algumas relacionadas com a caracterização dos entrevistados e também questões, como é óbvio, relacionadas com o nosso objeto de estudo, que concerne a relevância da cooperação externa para a formação do capital humano em Cabo Verde.

Todos os entrevistados já beneficiaram da bolsa de estudo para estudarem no exterior, como veremos em seguida. As suas opiniões vão ser importantes para a realização deste trabalho.

### **4.1 Entrevistas**

Para a realização desta dissertação utilizamos as entrevistas como sendo um dos métodos de recolha de informação ou dados pertinentes que nos permite alargar e aprofundar o nosso objeto de estudo.

Para alguns autores como Quivy e Campenhoudt (s/d) as entrevistas ajudam a descobrir os aspetos a ter em conta e alargam ou ratificam o campo da investigação das leituras. De acordo com Gerhardt (2009) citado por Lima (2015), a entrevista constitui uma técnica alternativa para se obter dados sobre um determinado assunto.

Utilizamos a entrevista para obtermos informações importantes que nos permite compreender a relevância da cooperação externa para a formação do capital humano em Cabo Verde, e ir ao encontro do nosso objetivo geral, que consiste em demonstrar o papel ativo que a cooperação externa teve no progresso e na formação do capital humano em

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

Cabo Verde. Neste sentido, foi colocado aos entrevistados um conjunto de questões relacionadas com a cooperação externa e com o capital humano em Cabo Verde.

Para começar fazemos, primeiramente, uma breve caracterização dos entrevistados.

### 4.1.1 Caracterização dos Entrevistados

A tabela que se segue apresenta a caracterização dos entrevistados. Como se pode ver, na tabela em baixo, os entrevistados são pessoas bastante jovens, com uma média de idade de 27 anos. Alguns continuam ainda a estudar, e todos obtiveram a bolsa de estudo para estudarem no exterior, como já tínhamos referido anteriormente.

**Tabela 9 - Dados dos Entrevistados**

Entrevistados	Idade	Habilitações Literárias	Área de Formação	Bolsa de Estudo	Profissão	Estatuto Económico
Entrevistado 1	24	Mestrado	Engenharia do Ambiente	Sim	Estudante	Rendimento Baixo
Entrevistado 2	26	Licenciatura	Ciências e Tecnologias Ambientais	Sim	Assistente na Loja de roupa	Rendimento Médio
Entrevistado 3	27	Licenciatura	Ciência Política	Sim	Estudante	Sem Rendimento
Entrevistado 4	27	Licenciatura; Pós-Graduação	Engenharia de Telecomunicações e Computadores/Sistemas de Informação	Sim	Programador e Analista Funcional na SIBS Internacional	Rendimento Médio
Entrevistado 5	32	Licenciatura; Pós-Graduação; Mestrado	Ciência Política	Sim	Investigador	Rendimento Baixo

#### 4.1.2 Resultados das Entrevistas

Para as entrevistas, selecionamos apenas pessoas que já adquiriram a bolsa de estudo para estudarem no exterior e que, de certa forma, já têm algum conhecimento do assunto aqui tratado. Nas entrevistas, como também já referimos, introduzimos vinte e seis questões (ver anexo), dessas questões, vamos destacar aqui, para a nossa análise, apenas aquelas que têm maior incidência sobre o nosso objeto de estudo.

Na questão número 5 da entrevista: *Porquê veio estudar no exterior?* A maioria dos entrevistados afirmam ter vindo estudar no exterior porque oferece melhores condições a nível académico e também porque o exterior apresenta um nível de ensino mais avançado e também por terem conseguido a bolsa de estudo. A exceção do entrevistado 2 que escolheu estudar no exterior por não ter, na altura, os cursos que queria em Cabo Verde.

No que toca à pergunta número 8 da entrevista: *A bolsa de estudo foi determinante para encontrar trabalho na sua área de formação?* Dos cinco entrevistados, três consideram que a bolsa foi determinante para encontrarem trabalho nas suas áreas de formação à exceção do entrevistado 2 que afirma que a bolsa não foi determinante para encontrar trabalho, mas sim foi determinante para concluir a licenciatura, e também do entrevistado 3 que ainda não começou a trabalhar por estar a estudar.

Na questão número 10 da entrevista: *Pensa regressar um dia a Cabo Verde? Se não, Acha que existe o risco da aposta na formação estar a ser desperdiçada?* Todos os entrevistados pensam regressar um dia à Cabo Verde, embora dois deles (entrevistado 2 e 4) apesar de pensarem no regresso apresentam algumas dúvidas, um por estar integrado no mercado de trabalho (entrevistado 4) e o outro na expectativa de, futuramente, haver melhores condições para poder desenvolver atividade na sua área de formação (entrevistado 2).

Na pergunta onze da entrevista que é: *Quais os fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde?* Todos os entrevistados consideraram o capital humano como fator responsável para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Na questão doze: *Como avalia a aposta dos vários governos na formação do capital humano?* Aqui apenas dois dos entrevistados (entrevistado 2 e 4) fizeram uma avaliação muito positiva, mas apesar disso, consideram ainda que há melhorias por fazer. O

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

entrevistado 1 considera ter havido uma evolução positiva, visto que passou a haver mais universidades, mais bolsas. Os entrevistados 3 e 5 argumentam que houve uma evolução razoável, para o entrevistado 3, apesar de razoável, há ainda muita margem para a melhoria, no caso do entrevistado 5 isso deve-se a falta de recursos do país e a sua vulnerabilidade externa. Apesar dessa divergência, mais de metade dos entrevistados (2, 3 e 4) concordaram que deve haver melhorias.

No que tange a questão treze: *as áreas selecionadas têm sido as mais adequadas? Se não, quais deveriam ter sido?* Nesta questão todos estão de acordo em relação às áreas selecionadas, neste caso o capital humano.

Na pergunta catorze: *Como caracteriza a situação atual em termos de disponibilidade de recursos humanos?* Aqui os entrevistados afirmam que Cabo Verde tem muitos recursos humanos disponíveis, e alguns, neste caso os entrevistados 1, 3 e 4 vão ainda mais longe argumentando que há muitos jovens com formação e que não têm trabalho, pelo que o governo deveria criar mais emprego. Apesar de haver essa grande disponibilidade de recursos humanos, o entrevistado 5 aponta para uma certa deficiência a nível do ensino técnico-profissional e nas áreas relacionadas com as ciências da saúde e da vida.

Na pergunta quinze: *No seu caso, a bolsa foi suficiente?* De todas as pessoas entrevistadas aqui, apenas uma (entrevistado 5) considera que a bolsa foi insuficiente no momento em que estudava devido sobretudo as despesas de que estava sujeito durante a frequência do ensino superior, como o pagamento de propinas, aquisição de materiais escolares.

Quanto a pergunta dezasseis: *Se não tivesse tido a bolsa, teria continuado a estudar?* O entrevistado 1 disse que continuava a estudar, o entrevistado 2 também disse que continuava a estudar mais com muita dificuldade e o entrevistado 3 disse que provavelmente estudava, mas que não seria no exterior, e os outros entrevistados (4 e 5) disseram que não estudavam.

#### **4.1.3 Análise dos Resultados das Entrevistas**

De acordo com os entrevistados, a aposta no capital humano foi fundamental para o desenvolvimento de Cabo Verde. Mas consideram que os progressos alcançados não seriam possíveis sem a cooperação externa até porque o país não tem condições de suportar todo o investimento. Portanto os entrevistados admitem o papel crucial da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde na medida em que, para além de ajudar o país a suportar os custos de investimentos, também dá aos jovens oportunidades de estudarem no exterior e alargarem os seus conhecimentos e desenvolverem melhor as suas capacidades, mas também possibilita aos jovens, sem recursos financeiros, a continuarem os seus estudos através da concessão de bolsa de estudo para o exterior, visto que há muitos países que não têm condições de sustentar os custos de estudo dos filhos.

Ainda de acordo com as entrevistas realizadas, apesar de reconhecerem os grandes avanços conseguido por Cabo Verde a nível do capital humano, e o seu grande impacto no desenvolvimento do país, consideram que Cabo Verde está a produzir demasiados ativos em relação à sua dimensão de mercado, visto que, Cabo Verde tem uma grande quantidade de recursos humanos disponíveis em quase todas as áreas e, sendo o mercado de Cabo Verde de pequena dimensão, faz com que muitas pessoas com formação fiquem em situação de desemprego porque não encontram trabalho na sua área de formação, por isso, muitos acabam os estudos e não voltam ao país.



## **5 Capítulo V: Conclusões, Limites e Pistas de Investigação**

### **Conclusão**

A realização deste trabalho permite-nos chegar a conclusão de que a cooperação externa tem um papel preponderante na formação do capital humano em Cabo Verde.

Com esta investigação constatamos que, a nível da educação, a maioria dos investimentos feitos foram financiados com recursos externo que, entre 2003 a 2005, chegaram a representar 99% do total de investimentos (ver tabela 6). Também constatamos que desde a independência de Cabo Verde, em 1975, tem sido disponibilizados todos os anos, através da cooperação externa, inúmeras bolsas a estudantes cabo-verdianos para estudarem no exterior, essas bolsas têm sido determinante para que muitos cabo-verdianos que não têm condições de estudar prosseguissem os seus estudos. As entrevistas que realizamos demonstraram isto, alguns dos nossos entrevistados que já têm a formação disseram que só prosseguiram os seus estudos porque obtiveram bolsa de estudo e que, caso contrário, não estudavam porque as suas famílias não tinham condições de suportar as despesas do estudo.

O que realça mais ainda essa relevância da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde é o fato de que até o ano 2000/01 as Universidades não existiam em Cabo Verde e os cursos superiores só se realizavam no exterior o que demonstra que durante todos esses anos foi o exterior o grande responsável pela formação de quadros do país a nível do ensino superior.

Atualmente, Cabo Verde é um dos países da África com maior desenvolvimento a nível do capital humano, com grande quantidade de recursos humanos disponíveis em quase todas as áreas que até ultrapassa a sua dimensão de mercado. Com base nas entrevistas realizadas verificamos que muitos dos cabo-verdianos com formação não querem voltar para o país porque não conseguem encontrar trabalho na sua área de formação devido a grande concorrência que existe no país.

Na realização desta dissertação tivemos muitas limitações principalmente a nível de dados estatísticos o que não nos permitiu desenvolver mais detalhadamente alguns pontos.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Tentamos contatar algumas das instituições em Cabo Verde para a emissão das informações, e muitas das vezes ficamos sem respostas.

O capital humano é um tema muito abordado atualmente, no nosso trabalho falamos do papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde. Sendo o capital humano a grande aposta de Cabo Verde, seria interessante estudar a sua importância no desenvolvimento de Cabo Verde.

## **Bibliografia**

**Abreu**, Poliana Reis (2008) – *Cooperação Técnica para o Desenvolvimento e a Política Externa Brasileira*, Belo Horizonte. Disponível em <<https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/poliana-reis-abreu-cooperac3a7c3a3o-tc3a9cnica-para-o-desenvolvimento-e-a-peb.pdf>> [Acesso em 16 de Agosto de 2015].

**Andrade**, Maria Odete dos Reis de Carvalho (2010) – *A Transição Escola – Trabalho em Cabo Verde: Os Sentidos da Qualificação Profissional para os Jovens de Baixa Renda*, São Paulo. Disponível em <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31082010.../MARIA\\_ODETE.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31082010.../MARIA_ODETE.pdf)> [Acesso em 4 de Dezembro de 2014].

**Bayer**, Felipe Francisco AX (2011) – *O Capital Humano e a Economia do Conhecimento – O Caso da Federalização da Universidade Regional de Blumenau (FURB)*, Florianópolis. Disponível em <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/10/Felipe-Francisco-Ax-Bayer.pdf>> [Acesso em 2 de Setembro de 2015].

**Becker**, Bruce (2009) - *Cape Verde: Marketing Good Governance*, in: *Africa Spectrum*.

**Becker**, Gary S. (s/d) – *The Age of Human Capital*.

**Berndt**, Priscila Pimont (2009) – *A Cooperação Técnica Internacional como Instrumento da Política Externa Brasileira: O Brasil Como Doador Junto aos Países Africanos*, Portalegre. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21484>> [Acesso em 29 de Julho de 2015].

**Castro**, Thales (2012) – *Teoria das Relações Internacionais*, Brasília, FUNAG. Disponível em <[http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf)> [Acesso em 29 de Julho de 2015].

**Correia**, Ângelo António Neves (2008) – *Análise Sectorial da Educação e Desenvolvimento em Cabo Verde – Que Intervenção?* Lisboa, Universidade Aberta. Disponível em <<http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1408>> [Acesso em 16 de Julho de 2015].

**Decreto-Lei Nº 37/2003 de 6 de Outubro** – *Regime Jurídico Geral da Formação Profissional*.

**Decreto Nº 78/76 de 27 de Janeiro** – *Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre Portugal e Cabo Verde*. Disponível em

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

<[http://www.rjcplp.org/sections/instrumentos/anexos/bilaterais\\_pt\\_cv8267/acordo-julho-1975/downloadFile/file/Acordo\\_5\\_julho\\_1975.pdf?nocache=1359032301.62](http://www.rjcplp.org/sections/instrumentos/anexos/bilaterais_pt_cv8267/acordo-julho-1975/downloadFile/file/Acordo_5_julho_1975.pdf?nocache=1359032301.62)> [Acesso em 23 de Março de 2016].

**Delegação da União Europeia em Cabo Verde** (s/d) – *Parceria Especial União Europeia/Cabo Verde*. Disponível em

<[http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/eu\\_cape\\_verde/political\\_relations/partnership\\_eu\\_cape\\_verde/index\\_pt.htm](http://www.eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/political_relations/partnership_eu_cape_verde/index_pt.htm)> [Acesso em 23 de Março de 2016].

**Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza III** (2012).

**Faria, Raquel** (s/d) – *A Política de Cooperação Internacional Portuguesa na Vanguarda do Setor Educativo em Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau: 1998 – 2008*. Disponível em <[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/17-RaquelFaria.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/17-RaquelFaria.pdf)> [Acesso em 18 de Março de 2016].

**Faria, Raquel** (2012) – *A Política de Cooperação para o Desenvolvimento no Contexto da Crise Económica do Século XXI: O Caso Português, Lisboa, ISEG/CEsA*. Disponível em <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4641>> [Acesso em 20 de Agosto de 2015].

**Frisso, Giovanna Maria** (s/d) – *Cláusula de Habilitação: Entre o Comércio e a Proteção dos Direitos Humanos*. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9a32593b6b1faea9>> [Acesso em 16 de Dezembro de 2015].

**Fundação Mo Ibrahim** (2015) – *Cabo Verde*. Disponível em <[http://static.moibrahimfoundation.org/u/2015/10/02201317/07\\_Cabo\\_Verde.pdf](http://static.moibrahimfoundation.org/u/2015/10/02201317/07_Cabo_Verde.pdf)> Acesso em [25 de Setembro de 2016].

**Furtado, João Paulo Mendes** (2008) – *Evolução da Educação em Cabo Verde Antes e Depois da Independência, Praia*. Disponível em <<http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2688/1/Mono%20Jo%C3%A3o.pdf>> [Acesso em 25 de Fevereiro de 2016].

**Galvão, Carla Cristina de Barros Monteiro** (2009) – *A Contribuição do Gabinete de Estudo e Planeamento do Ministério da Educação para Eficácia do Sistema Educativo Cabo-Verdiano – Um Estudo Descritivo, Praia*. Disponível em

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

<[http://bdigital.cv.unipiaget.org:8080/jspui/bitstream/10964/49/1/A%20Contribui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Gabinete%20Estudos\\_Carla\\_Galv%C3%A3o.pdf](http://bdigital.cv.unipiaget.org:8080/jspui/bitstream/10964/49/1/A%20Contribui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Gabinete%20Estudos_Carla_Galv%C3%A3o.pdf)> [Acesso em 15 de Fevereiro de 2016].

**Grande Enciclopédia de Economia** (s/d) – Capital Humano. Disponível em<<http://www.economia48.com/spa/d/capital-humano/capital-humano.htm>> Acesso em [25 de Setembro de 2016].

**INE** (2015) – *40 Anos de Independência: 40 Anos a Informar por um Cabo Verde Próspero (5 de Julho de 1975 – 5 de Julho de 2015)*.

**IPAD** (s/d) – *Cooperação Portuguesa: Uma Leitura dos Últimos Quinze Anos de Cooperação Para o Desenvolvimento (1996 – 2010)*. Disponível em <<https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000048001-000049000/000048166.pdf>> [Acesso em 21 de Março de 2016].

**IPAD** (s/d) – *Cooperação Portugal – Cabo Verde: Programa Indicativo de Cooperação (2012 – 2015)*. Disponível em <<http://www.instituto-camoes.pt/cabo-verde/root/cooperacao/cooperacao-bilateral/cabo-verde>> [Acesso em 22 de Março de 2016].

**IPAD** (2005) – *Programa Indicativo de Cooperação: Portugal – Cabo Verde (2005 – 2007)*. Disponível em <<http://www.instituto-camoes.pt/documentacao-ipad/root/centro-recursos/documentacao-ipad>> [Acesso em 21 de Março de 2016].

**IPAD** (2008) – *Programa Indicativo de Cooperação: Portugal – Cabo Verde (2008 – 2011)*. Disponível em <<http://www.instituto-camoes.pt/documentacao-ipad/root/centro-recursos/documentacao-ipad>> [Acesso em 22 de Março de 2016].

**Jornal Oficial das Comunidades Europeias** (2000) – *Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros*. Disponível em <[cooperacao.palop-tl.eu](http://cooperacao.palop-tl.eu)> [Acesso em 24 de Março de 2016].

**Júnior**, Wilson Corrêa da Fonseca (2014) – *Relações Internacionais, Ciência e Tecnologia, Comunicação: Interfaces e Perspectivas*, Brasília. Disponível em <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102135/1/Relacoes-internacionais-ciencia-e-tecnologia.pdf>> [Acesso em 25 de Maio de 2016].

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

**Kelniar**, Vanessa Carla, **Lopes**, Janete Leige, **Pontili**, Rosangela Maria (2013) – *A Teoria do Capital Humano: Revistando Conceitos*, Paraná, EPCT. Disponível em <[http://www.fecilcam.br/nupem/anais\\_viii\\_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/05-Vckelniartrabalhocompleto.pdf](http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/05-Vckelniartrabalhocompleto.pdf)> [Acesso em 23 de Julho de 2015].

**Lima**, Louisiene Kristel Santos (2015) – *A comunicação e Promoção Turística de Cabo Verde*, Lisboa, ISCSP. Disponível em <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11570>> Acesso em [25 de Setembro de 2016].

**Maciel**, Tadeu Morato (2009) – *As Teorias de Relações Internacionais Pensando a Cooperação*. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14087>> [Acesso em 6 de Janeiro de 2016].

**Medeiros**, Ana Rosa de Brito (2011) – *A Cooperação Internacional Como Fomentadora do Desenvolvimento*. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/19465/a-cooperacao-internacional-como-fomentadora-do-desenvolvimento>> [Acesso em 21 de Outubro de 2015].

**Mendes**, Lúcio Cabral (2013) – *A Formação Profissional na Criação de Autoemprego nas Regiões Periferias: Cabo Verde – Ilha de Santiago (2005 a 2010)*, Lisboa. Disponível em <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5190>> [Acesso em 13 de Março de 2016].

**Ministério da Educação e Desporto** (2011) – *Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN) Cabo Verde*, Praia. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002171/217149por.pdf>> [Acesso em 25 de Maio de 2016].

**Ministério das Finanças e Administração Pública** (2008) – *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II*. Disponível em <[http://www.governo.cv/documents/DECRP\\_II.pdf](http://www.governo.cv/documents/DECRP_II.pdf)> [Acesso em 10 de Março de 2016].

**Ministério das Finanças e do Planeamento** (2004) – *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP)*. Disponível em <[http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1511/1/DECRP\\_I.pdf](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1511/1/DECRP_I.pdf)> [Acesso em 11 de Março de 2016].

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

**Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional** (s/d) – *Plano Nacional de Desenvolvimento (2002 – 2005)*, Vol. I. Disponível em <<http://www.governo.cv/documents/PND%20VolI%202002-2005.pdf>> [Acesso em 21 de Outubro de 2015].

**Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional** (s/d) – *Plano Nacional de Desenvolvimento (2002 – 2005)*, Vol. II. Disponível em <<http://www.governo.cv/documents/PND%20VolumelII%202002-2005.pdf>> [Acesso em 21 de Outubro de 2015].

**Monteiro**, Eder Nascimento (2009) – *A Política de Cooperação em Cabo Verde*, Lisboa. Disponível em <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2524/1/A%20Pol%C3%ADtica%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20em%20Cabo%20Verde%20-%20EDER%20MONTEIRO.pdf>> [Acesso em 28 de Março de 2016].

**Monteiro**, Maria Isabel Gomes (2011) – *Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia – UE: Uma Mudança de Paradigma nas Relações entre Cabo Verde e UE?*, Lisboa, ISEG. Disponível em <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3421?locale=en>> [Acesso em 24 de Março de 2016].

**Moreira**, Edmilson de Jesus Vaz e **Campos**, Lucien Vilhalva de (2015) – *As Teorias das Relações Internacionais: Uma Breve Exposição*. Disponível em <[http://www.academia.edu/15233959/AS\\_TEORIAS\\_DAS\\_RELAC%C3%87%C3%95ES\\_INTERNACIONAIS\\_UMA\\_BREVE\\_EXPOSIC%C3%87%C3%83O](http://www.academia.edu/15233959/AS_TEORIAS_DAS_RELAC%C3%87%C3%95ES_INTERNACIONAIS_UMA_BREVE_EXPOSIC%C3%87%C3%83O)> [Acesso em 25 de Maio de 2016].

**Moretto**, Cleide Fátima (1997) – *O Capital Humano e a Ciência Económica: Algumas Considerações*, - In Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, V.5, N. 9, PP. 67 – 80. Disponível em <[www.upf.br/seer/index.php/rtee/article/download/4770/3203](http://www.upf.br/seer/index.php/rtee/article/download/4770/3203)> [Acesso em 2 de Setembro de 2015].

**Moura**, Alcides Fernandes da (2009) – *Eficácia Social (Qualidade e Equidade) do Sistema Educativo em Cabo Verde*, Santiago de Compostela. Disponível em <[http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/247/1/Tese\\_Alcides.pdf](http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/247/1/Tese_Alcides.pdf)> [Acesso em 14 de Setembro de 2015].

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

**Oliveira**, Marcelo Fernandes de e **Luvizotto**, Caroline Klaus (2011) – *Cooperação Técnica Internacional: Aportes Teóricos* – In Rev.Bras.Polít.Int.54 (2): 5-21.

**Parceria Especial Cabo Verde – UE – (2008):** *Quadro Orientador Para a Implementação*. Disponível em <[http://www.governo.cv/documents/Parceria\\_especial\\_UE.pdf](http://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf)> [Acesso em 24 de Março de 2016].

**Patrício**, Raquel (2006) – *A Teoria das Relações Internacionais e as Teorias da Integração Europeia*. Disponível em <<http://euroiscsp.blogspot.pt/2006/12/teoria-das-relaes-internacionais-e-as.html>> [Acesso em 16 de Junho de 2015].

**Pereira**, Francisco Manuel Rente Nunes (2014) – *A União Europeia e os Países de África, Caraíbas e Pacífico – Meio Século de Parceria*, Universidade de Coimbra. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27534/1/A%20Uni%C3%A3o%20Europeia%20e%20os%20Pa%C3%ADses%20de%20%C3%81frica,%20Cara%C3%ADbas%20e%20Pac%C3%ADfico%20-%20Meio%20S%C3%A9culo%20de%20parceria.pdf>> [Acesso em 28 de Março de 2016].

**Pereira**, Sandra Maria de Jesus (2005) – *Cooperação UE – ACP: A Dimensão Política dos Acordos*, ISEG. Disponível em <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/734>> Acesso em 27 de Março de 2016].

**Pinhel**, Midana Fernandes Augusto (2011) – *Cooperação UE – ACP – Agricultura e Desenvolvimento: A Importância do Sector Agrícola no Desenvolvimento dos Países ACP*, FCSH. Disponível em <[https://run.unl.pt/bitstream/10362/8437/1/Tese\\_Mestrado\\_Midana\\_formatada%20\(3\).pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/8437/1/Tese_Mestrado_Midana_formatada%20(3).pdf)> [Acesso em 26 de Março de 2016].

**Pinto**, Osvaldina Josiana Ramos Fortes (2014) – *Formação Profissional e o Desenvolvimento Sustentável da Ilha da Boavista*, Mindelo. Disponível em <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3475/1/Pinto%202014.%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20o%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20da%20ilha%20de%20Boavista.pdf>> [Acesso em 10 de Março de 2016].

**PNUD** (s/d) – *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Perguntas e Respostas*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/Docs/FAQ.pdf>> [Acesso em 24 de Janeiro de 2016].



## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

**Ponchirolli**, Osmar (2002) – *O Capital Humano como Elemento Estratégico na Economia da Sociedade do Conhecimento sob a Perspectiva da Teoria do Agir Comunicativo* – In Rev. FAE, Vol. 5, N. 1, Curitiba, PP. 29 – 42. Disponível em <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v5\\_n1/o\\_capital\\_humano\\_como.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n1/o_capital_humano_como.pdf)> Acesso em [25 de Setembro de 2016].

**Querido**, Chyanda M. (2005) – *Estabilização Macroeconómico e Financiamento do Desenvolvimento em Cabo Verde*, Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento Centro de Documentação e Informação.

**Quivy**, Raymond e **Campenhoudt**, Luc Van (s/d) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Disponível em <[storage.campus.ua.sapo.pt/files/.../manualInvestigacaoCS\\_kivy.pdf](storage.campus.ua.sapo.pt/files/.../manualInvestigacaoCS_kivy.pdf)> Acesso em [25 de Setembro de 2016].

**Ramos**, Bárbara Oliveira (2006) – *A Cooperação Internacional e os Debates Teóricos: Um Estudo de Caso sobre a Atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil*, Brasília. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/4884?mode=full>> [Acesso em 2 de Setembro de 2015].

**Reis**, Vitor Manuel Vaia Dos (2000) - *Principais Estratégias de Desenvolvimento em Confronto na República de Cabo Verde após a Independência*, Lisboa.

**Reis**, Victor Manuel Vaia dos (2010) – *Desenvolvimento em Cabo Verde: As Opções Estratégicas e o Investimento Directo Estrangeiro Contributo Português*, Mimographus.

**Relatório sobre ODM** (2010) -Disponível em <[https://www.unric.org/html/portuguese/pdf/2010/Relatorio\\_ODM\\_2010.pdf](https://www.unric.org/html/portuguese/pdf/2010/Relatorio_ODM_2010.pdf)> Acesso em [25 de Setembro de 2016].

**Ribeiro**, Paula Andrade Fernandes (2013) – *Cenários e Tutelas: Percepções do Desenvolvimento da Ilha do Maio, Cabo Verde*, Lisboa, ISCSP. Disponível em <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6523/1/1-Cenarios%20e%20tutelas-%20perce%C3%BE%C3%92o%20do%20desenvolvimento%20da%20ilha%20do%20Maio-%20Cabo%20Verde.1-1.pdf>> [Acesso em 22 de Novembro de 2015].

## O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde

**Rodrigues, Noeli** (2014) – *Teoria da Interdependência: Os Conceitos de Sensibilidade e Vulnerabilidade nas Organizações Internacionais* – In *Conjuntura Global*, Vol. 3, Nº 2, Abr.Jun., PP. 107 – 116. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/37591/22998>> [Acesso em 2 de Setembro de 2015].

**Rodrigues, Ricardo Jorge da Silva** (2004) – “*Dinâmicas Económicas e Política Externa Portuguesa nos Países não Lusófonos da SADC (1975 – 2002)*”, Lisboa, UTL-ISEG. Disponível em <<http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1271>> [Acesso em 4 de Dezembro de 2014].

**Rocha, António Jorge Ramalho da** (2002) – *Relações Internacionais: Teorias e Agendas*, Brasília, IBRI.

**Santos, Victor Marques dos e Ferreira, Maria João Militão** (2012) – *Teorias das Relações Internacionais*, ISCSP.

**Sarfati, Gilberto** (2005) – *Teoria das Relações Internacionais*, São Paulo, Saraiva. Disponível em <<http://docslide.com.br/documents/gilberto-sarfati-teoria-de-relacoes-internacionais.html>> [Acesso em 25 de Maio de 2016].

**Saul, Renato P.** (2004) – *As Raízes Renegadas da Teoria do Capital Humano* – In *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 6, Nº 12, Jul/Dez, PP. 230 – 273. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n12/22262.pdf>> [Acesso em 2 de Setembro de 2016].

**SNEDE** (2006) – *Estudo de Impacto de um Acordo de Parceria Económica*, Lisboa. Disponível em <[http://www.inter-reseaux.org/IMG/pdf/cap\\_vert\\_etude\\_ape.pdf](http://www.inter-reseaux.org/IMG/pdf/cap_vert_etude_ape.pdf)> [Acesso em 30 de Dezembro de 2015].

**Sousa, Gerson Lopes de** (2010) – *O Estado Actual do Desenvolvimento Humano em Cabo Verde na Perspectiva da Sustentabilidade e Equidade*, Lisboa, ISCSP.

**Tavares, Adilson de Jesus Cabral** (2010) – *A Importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento: O Caso paradigmático de Cabo Verde*, Lisboa, FCSH. Disponível em <<https://run.unl.pt/bitstream/10362/5297/1/TESE%202010.pdf>> [Acesso em 4 de Dezembro de 2014].

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

**Tolentino**, André Corsino, **Rocha**, Carlos Manuel e **Tolentino**, Nancy Curado (2008) – *A importância e o Impacto das Remessas dos Imigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intelectual (ACIDI, I.P.). Disponível em <[http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/78692/OI\\_27.pdf/f5083c24-ed9a-4fe0-830a-e115b3484df8](http://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/78692/OI_27.pdf/f5083c24-ed9a-4fe0-830a-e115b3484df8)> [Acesso em 4 de Dezembro de 2014].

**Tolentino**, Filomena Maria Delgado (2012) – *Formação Profissional e Empregabilidade: O Caso dos Diplomados da Escola de Formação Profissional da Cabnave em São Vicente – Cabo Verde*, Mindelo, ISCEE. Disponível em <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/3288>> [Acesso em 10 de Março de 2016].

### **Web Sites Consultados**

Ministério da Educação de Cabo Verde.

Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde.

Instituto de Camões.

Fundação Mo Ibrahim.

## **Anexo**

### **Anexo 1: Formulário das Questões Aplicadas aos Entrevistados**

1. Qual é a sua idade?
2. Quais são as suas habilitações literárias?
3. Qual é a sua área de formação?
4. Porquê escolheu essa área de formação?
5. Porquê veio estudar no exterior?
6. Teve bolsa de estudo para estudar no exterior?
7. Qual é a sua profissão?
8. A bolsa de estudo foi determinante para encontrar trabalho na sua área de formação?
9. Qual é o seu estatuto económico? (Escalões de rendimento)
10. Pensa regressar um dia a Cabo Verde? Se não, Acha que existe o risco da aposta na formação estar a ser desperdiçada?
11. Quais os fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde?
12. Como avalia a aposta dos vários governos na formação do capital humano?
13. As áreas selecionadas têm sido as mais adequadas? Se não, quais deveriam ter sido?
14. Como caracteriza a situação atual em termos de disponibilidade de recursos humanos?
15. No seu caso, a bolsa foi suficiente?
16. Se não tivesse tido a bolsa, teria continuado a estudar?
17. Como classifica o processo de candidatura e atribuição da bolsa? Simples, Burocrático, ou eficiente?

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

- 18. A formação correspondeu as suas expectativas?**
- 19. Como perspetiva o investimento que é feito pelos recursos públicos no capital humano? Um investimento, um custo? Porquê?**
- 20. A sua situação económica e social melhorou com a bolsa/formação?**
- 21. Que incentivos deve o governo implementar para incentivar as pessoas a regressar ao país depois da formação?**
- 22. Qual é a importância da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde?**
- 23. As verbas têm sido suficientes?**
- 24. Acha que a cooperação externa deveria apostar mais nesta área (capital humano) ou privilegiar outras?**
- 25. Acha que os países que financiam a cooperação também beneficiam com os recursos atribuídos?**
- 26. Qual deve ser a estratégia do(s) governo(s) de Cabo Verde para conseguir mais verbas da cooperação externa para a formação de capital humano e a seleção dos setores de aposta?**

## **Anexo 2: Respostas dos Entrevistados**

### **Entrevistado 1**

- 1. Qual é a sua idade?**

24

- 2. Quais são as suas habilitações literárias?**

Mestrado

- 3. Qual é a sua área de formação?**

Engenharia do Ambiente

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

### **4. Porquê escolheu essa área de formação?**

Por falta de formadores nesta área e porque gosto o que envolve o meio ambiente

### **5. Porquê veio estudar no exterior?**

Para ganhar mais experiência a nível académico, cultural, além disso o nível de ensino é totalmente diferente e também ter uma visão e conhecimento mais amplo.

### **6. Teve bolsa de estudo para estudar no exterior?**

Sim

### **7. Qual é a sua profissão?**

Estudante

### **8. A bolsa de estudo foi determinante para encontrar trabalho na sua área de formação?**

Sim

### **9. Qual é o seu estatuto económico? (Escala de rendimento)**

Rendimento baixo

### **10. Pensa regressar um dia a Cabo Verde? Se não, Acha que existe o risco da aposta na formação estar a ser desperdiçada?**

Sim

### **11. Quais os fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde? (os entrevistados devem destacar o papel do capital humano)**

Aposta na educação e formação profissional, saúde, saneamento básico.

### **12. Como avalia a aposta dos vários governos na formação do capital humano?**

No meu ponto de vista houve uma evolução positiva, por exemplo há mais universidades, mais bolsa de estudo dentro e fora do país, formação profissional.

### **13. As áreas selecionadas têm sido as mais adequadas? Se não, quais deveriam ter sido?**

Sim, tem sido

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

**14. Como caracteriza a situação atual em termos de disponibilidade de recursos humanos?**

Atualmente há mais jovens com formação e sem trabalho na sua área.

**15. No seu caso, a bolsa foi suficiente?**

Sim

**16. Se não tivesse tido a bolsa, teria continuado a estudar?**

Sim

**17. Como classifica o processo de candidatura e atribuição da bolsa? Simples, Burocrático, ou eficiente?**

Simples

**18. A formação correspondeu as suas expectativas?**

Sim

**19. Como perspetiva o investimento que é feito pelos recursos públicos no capital humano? Um investimento, um custo? Porquê?**

Investimento

**20. A sua situação económica e social melhorou com a bolsa/formação?**

Sim

**21. Que incentivos deve o governo implementar para incentivar as pessoas a regressar ao país depois da formação?**

Garantia de que vão para trabalhar e não ficar anos a espera de vagas.

**22. Qual é a importância da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde?**

É muito importante sendo cabo verde um país que não tem recursos suficientes para apoiar os estudantes.

**23. As verbas têm sido suficientes?**

Não

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

**24. Acha que a cooperação externa deveria apostar mais nesta área (capital humano) ou privilegiar outras?**

Sim, em capital humano

**25. Acha que os países que financiam a cooperação também beneficiam com os recursos atribuídos?**

Sim é bem vista pelos outros países e, por outro lado, tem outros benefícios dependendo do protocolo.

**26. Qual deve ser a estratégia do(s) governo(s) de Cabo Verde para conseguir mais verbas da cooperação externa para a formação de capital humano e a seleção dos setores de aposta?**

Depende de objectivos definidos.

### **Entrevistado 2**

**1. Qual é a sua idade?**

Tenho 26 anos

**2. Quais são as suas habilitações literárias?**

Sou licenciado

**3. Qual é a sua área de formação?**

A minha área de formação é a de Ciências e Tecnologias Ambientais

**4. Porquê escolheu essa área de formação?**

Na altura era por ser uma área de futuro, e continua a sê-lo embora seja cada vez mais do presente. Sem contar com o gosto pelas tecnologias ambientais e de sustentabilidade.



## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

### **5. Porquê veio estudar no exterior?**

Porque o curso ou os cursos que pretendia na área ambiental não havia em Cabo Verde na altura.

### **6. Teve bolsa de estudo para estudar no exterior?**

Sim

### **7. Qual é a sua profissão?**

Neste momento trabalho numa loja de roupa para, posteriormente, terminar o mestrado em Gestão Ambiental.

### **8. A bolsa de estudo foi determinante para encontrar trabalho na sua área de formação?**

Nem tanto. Foi sim determinante para finalizar a licenciatura e tentar entrar no mercado de trabalho... Que na área ambiental em Portugal se torna bastante complicado.

### **9. Qual é o seu estatuto económico? (Escala de rendimento)**

Classe média.

### **10. Pensa regressar um dia a Cabo Verde? Se não, Acha que existe o risco da aposta na formação estar a ser desperdiçada?**

Penso regressar se um dia o mercado de trabalho na área ambiental um dia me favorecer. Sendo assim acho bastante complicado e portanto acho que a aposta na formação está a ser desperdiçada, não no sentido deliberado de negligência governamental, mas sim no sentido de que o país está a produzir demasiados ativos para a dimensão do mercado que possa ter para os suportar. No meu caso, por exemplo, quando acabei a licenciatura enviei muitas candidaturas mas não cheguei a encontrar vaga para trabalhar na minha área de formação e também conheço colegas que acabaram a licenciatura e foram para Cabo Verde e não encontraram vagas para trabalharem nas suas áreas de formação e tiveram que regressar à Portugal para fazerem o Mestrado.

**11. Quais os fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde?**

Acho que o principal contributo é mesmo a aposta na formação e educação social. Ter pessoas capazes de fazer a diferença em determinados cargos porque estão formadas profissionalmente para tal. O que não se sucedia no passado. Claro que nem tudo é linear mas no grosso modo é este o principal motivo de hoje Cabo Verde estar um passo à frente em relação a muitos países africanos com muito mais recursos económicos a explorar. Porque sem uma sociedade instruída não haverá um desenvolvimento sustentável.

**12. Como avalia a aposta dos vários governos na formação do capital humano?**

Faço uma avaliação bastante positiva, uma vez que mesmo que em termos do exercício da profissão não seja oportuno a todos (o que pode gerar um problema social) em termos do desenvolvimento social em geral é bastante benéfica.

**13. As áreas seleccionadas têm sido as mais adequadas? Se não, quais deveriam ter sido?**

Acho que sim, tem sido uma escolha bastante abrangente, num leque bastante alargado das áreas científicas.

**14. Como caracteriza a situação atual em termos de disponibilidade de recursos humanos?**

Em termos de recursos humanos acho que Cabo Verde, a cada ano, possui grande quantidade de jovens com muita capacidade de abraçar estes desafios propostos pelo governo há já algum tempo, e que os motiva a agarrar oportunidades que para muitos são únicas.

**15. No seu caso, a bolsa foi suficiente?**

Foi suficiente para mim, embora com algumas dificuldades as vezes, mas são coisas que temos que aceitar como parte do processo. Embora haja pessoas em que possam não chegar, porque depende muito do custo de vida no lugar onde possam estar a estudar.

**16. Se não tivesse tido a bolsa, teria continuado a estudar?**

Teria continuado a estudar mas muito provavelmente com muita dificuldade e se calhar até hoje estaria a fazer a licenciatura. Porque não é fácil fazer licenciatura em 3 anos e a trabalhar ao mesmo tempo. Diria que sem ajuda seria quase insustentável para quem não tem recursos como eu.

**17. Como classifica o processo de candidatura e atribuição da bolsa? Simples, Burocrático, ou eficiente?**

É burocrático, complicado às vezes, mas eficiente se for tudo seguido à risca... Caso contrário pode se tornar burocrático e ineficiente e ainda complicado. Hoje em dia, segundo alguns relatos está cada vez mais difícil ultrapassar a burocracia destas candidaturas.

**18. A formação correspondeu as suas expectativas?**

Correspondeu... Gostei bastante do curso, do local onde fiz o curso e das pessoas que o conduziu.

**19. Como perspetiva o investimento que é feito pelos recursos públicos no capital humano? Um investimento, um custo? Porquê?**

É sempre um investimento quando se fala em capital humano... Mas nos olhos de algumas pessoas pode se tornar num custo, por muitas vezes não se tirar vantagem dessa capitalização no mercado nacional... Mas isso é um erro. Não podemos limitar as pessoas apenas ao mercado nacional... Se oferecemos ao mercado exterior capitais humanos de qualidade, estamos à credibilizar o nosso capital humano... E isso não pode ser um custo.

**20. A sua situação económica e social melhorou com a bolsa/formação?**

Por agora não diretamente. Mas no futuro certamente pode ajudar.

**21. Que incentivos deve o governo implementar para incentivar as pessoas a regressar ao país depois da formação?**

Neste momento, o fácil seria dizer investir nas pequenas e medias empresas ao ponto de criar oportunidades de emprego em mais diversas áreas, investir nas áreas

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

científicas e tecnológicas, bolsas de investigações, e entre outros... Mas sabemos que o mercado nacional cabo-verdiano não teria capacidade suficiente para absorver a quantidade de pessoas que se formam a cada ano... É bastante difícil.

### **22. Qual é a importância da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde?**

Tem um papel crucial porque a economia cabo-verdiana não teria condições de suportar todo esse investimento de centenas de bolsas anuais para os mais diversos países sem a ajuda da ajuda ou cooperação externa.

### **23. As verbas têm sido suficientes?**

Até agora, penso que sim

### **24. Acha que a cooperação externa deveria apostar mais nesta área (capital humano) ou privilegiar outras?**

Eu acho que devia apostar mais nessa área porque no fundo acabam sempre por ganhar com isso.

### **25. Acha que os países que financiam a cooperação também beneficiam com os recursos atribuídos?**

Sim, porque muitas das vezes esses países acabam por absorver esse mesmo capital por falta dessa capacidade que Cabo Verde não possui para absorver todos os seus ativos.

### **26. Qual deve ser a estratégia do(s) governo(s) de Cabo Verde para conseguir mais verbas da cooperação externa para a formação de capital humano e a seleção dos setores de aposta?**

Acho que a principal estratégia passa por continuar a fornecer capital humano de qualidade que credibiliza o investimento que fizeram nesse campo. Só assim os países que financiam esta cooperação sentem-se confiantes no investimento que fazem.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

Entrevistado 3

**1. Qual é a sua idade?**

27

**2. Quais são as suas habilitações literárias?**

Licenciatura

**3. Qual é a sua área de formação?**

Ciência Política

**4. Porquê escolheu essa área de formação?**

Por considerar a melhor opção para seguir uma carreira.

**5. Porquê veio estudar no exterior?**

Por oferecer melhores condições e por ter uma bolsa de estudo.

**6. Teve bolsa de estudo para estudar no exterior?**

Sim

**7. Qual é a sua profissão?**

Estudante

**8. A bolsa de estudo foi determinante para encontrar trabalho na sua área de formação?**

Ainda não trabalho mas a bolsa foi importante para dar continuidade aos meus estudos.

**9. Qual é o seu estatuto económico? (Escala de rendimento).**

Não trabalho

**10. Pensa regressar um dia a Cabo Verde? Se não, Acha que existe o risco da aposta na formação estar a ser desperdiçada?**

Sim, penso regressar a Cabo Verde.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

### **11. Quais os fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde?**

Educação, saúde, saneamento básico.

### **12. Como avalia a aposta dos vários governos na formação do capital humano?**

Razoável e ainda com muita margem para melhoria.

### **13. As áreas selecionadas têm sido as mais adequadas? Se não, quais deveriam ter sido?**

Sim

### **14. Como caracteriza a situação atual em termos de disponibilidade de recursos humanos?**

Muito diversificado, contudo poderia haver uma maior absorção.

### **15. No seu caso, a bolsa foi suficiente?**

Sim.

### **16. Se não tivesse tido a bolsa, teria continuado a estudar?**

Provavelmente, mas não no exterior.

### **17. Como classifica o processo de candidatura e atribuição da bolsa? Simples, burocrático ou eficiente?**

Burocrático.

### **18. A formação correspondeu as suas expectativas?**

Sim

### **19. Como perspetiva o investimento que é feito pelos recursos públicos no capital humano? Um investimento, um custo? Porquê?**

Um investimento porque em Cabo Verde é o melhor recurso a que se pode recorrer.

### **20. A sua situação económica e social melhorou com a bolsa/formação?**

Não por ainda estar a estudar.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

### **21. Que incentivos deve o governo implementar para incentivar as pessoas a regressar ao país depois da formação?**

Melhores condições de empregabilidade.

### **22. Qual é a importância da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde?**

Muito importante por permitir melhorar as condições para a formação tanto no país como no exterior.

### **23. As verbas têm sido suficientes?**

Penso que a verba nunca é suficiente porque há sempre algo mais a se fazer.

### **24. Acha que a cooperação externa deveria apostar mais nesta área (capital humano) ou privilegiar outras?**

A cooperação externa deve continuar a apostar nesta área porque é daquelas com maior importância para o país, mas também deveria apostar noutras porque como sabemos, Cabo Verde tem carências em diversas outras, apesar da significativa melhoria.

### **25. Acha que os países que financiam a cooperação também beneficiam com os recursos atribuídos?**

Sim, porque em última instância, na minha opinião, a cooperação é uma relação onde todos os intervenientes/interessados têm que ganhar algo.

### **26. Qual deve ser a estratégia do(s) governo(s) de Cabo Verde para conseguir mais verbas da cooperação externa para a formação de capital humano e a seleção dos setores de aposta?**

Apesar de tudo acho que para Cabo Verde conseguir mais verbas da cooperação há que apresentar dados que evidenciam a situação do país relativo à área sobre a qual a verba da cooperação está destinada, e assim comprovar que o país necessita de ajuda para atingir determinados objetivos.

**Entrevistado 4**

**1. Qual é a sua idade?**

Tenho 27 anos.

**2. Quais são as suas habilitações literárias?**

Sou licenciado em Engenharia Eletrónica e Telecomunicações e Computadores e Pós-graduado em Informática e Gestão

**3. Qual é a sua área de formação?**

Engenharia de Telecomunicações e Computadores/Sistemas de Informação

**4. Porquê escolheu essa área de formação?**

Fui um aluno que desde muito cedo sempre deu muito bem com os números, a matemática e a componente das ciências. Era algo que despertava-me muita curiosidade. Por causa disso sempre quis uma formação técnica.

**5. Porquê veio estudar no exterior?**

No ano em que terminei o ensino secundário, o ensino superior em Cabo Verde ainda estava a dar os primeiros passos na área das engenharias. Os cursos que eram ministrados eram mais vocacionados para o ensino. Quando andava no ensino secundário tive muitos professores portugueses, principalmente nas disciplinas mais técnicas, e a forma metódica como lecionavam e as histórias que contavam da realidade académica de Portugal, ajudou-me a ambicionar mais, a trabalhar imenso para ganhar uma bolsa e ir estudar em Portugal.

**6. Teve bolsa de estudo para estudar no exterior?**

Sim. Terminei o ensino secundário com uma média de 19.00 valores e isso permitiu-me ganhar uma bolsa de mérito financiado pelo IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento).

**7. Qual é a sua profissão?**

Sou Programador e Analista Funcional na SIBS International.



**8. A bolsa de estudo foi determinante para encontrar trabalho na sua área de formação?**

Claramente. Sem a bolsa de estudo não conseguiria fazer um curso superior.

**9. Qual é o seu estatuto económico? (Escala de rendimento)**

Estou situado no 2º escalão com rendimento anual entre 7035€ e 20100€.

**10. Pensa regressar um dia a Cabo Verde? Se não, Acha que existe o risco da aposta na formação estar a ser desperdiçada?**

Por agora não. Quando terminei o curso tive a sorte de ser selecionado para um projeto na SIBS (através da empresa Connect Core Business) e com muito trabalho ainda hoje estou na empresa.

**11. Quais os fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde?**

É unânime a opinião de que o motor de desenvolvimento de Cabo Verde é o seu capital humano. Sucessivos governos têm feito enorme investimento na educação com mais enfoque nos últimos anos no ensino superior.

**12. Como avalia a aposta dos vários governos na formação do capital humano?**

Tem sido um investimento muito positivo. Mas ainda há muito a fazer e situações a corrigir. Visto que para além do investimento na educação é preciso políticas de geração de emprego e condições de mercado para integrar os recém-formados.

**13. As áreas selecionadas têm sido as mais adequadas? Se não, quais deveriam ter sido?**

De um modo geral sim, mas penso que devia haver mais investimentos na área da formação profissional, da geração de auto-emprego.

**14. Como caracteriza a situação atual em termos de disponibilidade de recursos humanos?**

De certo modo Cabo Verde está bem servido tendo em conta a realidade do nosso continente. O enfoque do governo agora devia ser a criação de emprego e uma aposta forte na área de Investigação e Inovação.

**15. No seu caso, a bolsa foi suficiente?**

Sim. Foi suficiente.

**16. Se não tivesse tido a bolsa, teria continuado a estudar?**

Era impossível. Os meus pais não tinham como apoiar.

**17. Como classifica o processo de candidatura e atribuição da bolsa? Simples, Burocrático, ou eficiente?**

De um modo geral existe ainda muitas coisas a melhorar e processos a simplificar. Por causa de alguma burocracia, a tendência é os estudantes chegarem muito tarde a Portugal depois das aulas já terem começados. E esta situação afeta muito a adaptação dos estudantes em Portugal e consequentemente o seu rendimento.

**18. A formação correspondeu as suas expectativas?**

Claramente. Até posso dizer que superou as minhas expectativas.

**19. Como perspetiva o investimento que é feito pelos recursos públicos no capital humano? Um investimento, um custo? Porquê?**

Vejo a educação como a chave do desenvolvimento de qualquer país, de qualquer sociedade. Qualquer investimento que se faça o país sai sempre a ganhar.

**20. A sua situação económica e social melhorou com a bolsa/formação?**

Melhorou bastante. Não só a minha mas também o da minha família.

**21. Que incentivos deve o governo implementar para incentivar as pessoas a regressar ao país depois da formação?**

O governo deve apostar em políticas de geração de empregos, oportunidades. Valorizar os quadros. Ter uma política fiscal amiga de recém-formados que pretendem regressar e criar empresas, com vários gabinetes de apoio nas diferentes ilhas. Apostas forte na despartidarização das instituições públicas e do mercado de trabalho, deixando claro que todos têm direito a sua gota de água, como dizia o nosso grande músico Ildo Lobo.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

### **22. Qual é a importância da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde?**

Para um país pobre como nosso, a cooperação internacional é a chave para abrir muitas portas.

### **23. As verbas têm sido suficientes?**

Não têm sido suficientes, visto que ainda temos muitas desistências no nosso sistema educacional por causa de falta de bolsas e apoios.

### **24. Acha que a cooperação externa deveria apostar mais nesta área (capital humano) ou privilegiar outras?**

Deve-se priorizar sempre a educação. Uma sociedade instruída consegue sempre criar soluções para os problemas do dia-a-dia.

### **25. Acha que os países que financiam a cooperação também beneficiam com os recursos atribuídos?**

Beneficiam sim. Visto que estes financiamentos envolvem muitos projetos nas diferentes áreas.

### **26. Qual deve ser a estratégia do(s) governo(s) de Cabo Verde para conseguir mais verbas da cooperação externa para a formação de capital humano e a seleção dos setores de aposta?**

Apresentar Cabo Verde à Europa e a outros países desenvolvidos sempre como um player para entrada nos diferentes mercados africanos.

Entrevistado 5

**1. Qual é a sua idade?**

32

**2. Quais são as suas habilitações literárias?**

Licenciatura, Pós-graduação & Mestrado.

**3. Qual é a sua área de formação?**

Ciência Política

**4. Porquê escolheu essa área de formação?**

Interesse pela investigação e pesquisa.

**5. Porquê veio estudar no exterior?**

Possibilidade de formação aprofundada, de qualidade e excelência.

**6. Teve bolsa de estudo para estudar no exterior?**

Sim.

**7. Qual é a sua profissão?**

Investigador.

**8. A bolsa de estudo foi determinante para encontrar trabalho na sua área de formação?**

Sim. Permitiu a participação em projectos de investigação e a possibilidade de dar sequência à formação ao nível pós-graduado.

**9. Qual é o seu estatuto económico? (Escala de rendimento)**

Classe média (baixa).

**10. Pensa regressar um dia a Cabo Verde? Se não, Acha que existe o risco da aposta na formação estar a ser desperdiçada?**

Sim.

## **O papel da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde**

### **11. Quais os fatores que têm contribuído para o desenvolvimento de Cabo Verde?**

A capacitação dos recursos humanos e a sua formação contínua sempre constituiu uma aposta do país.

### **12. Como avalia a aposta dos vários governos na formação do capital humano?**

Razoável e mediana, atendendo aos poucos recursos do país e à sua vulnerabilidade externa.

### **13. As áreas selecionadas têm sido as mais adequadas? Se não, quais deveriam ter sido?**

Maior aposta no ensino técnico-profissional e na formação superior nas ciências da saúde e da vida.

### **14. Como caracteriza a situação atual em termos de disponibilidade de recursos humanos?**

Existência de recursos humanos qualificados e com formação superior em várias áreas de especialidade, denotando-se, contudo, uma deficiência no ensino técnico-profissional e nas áreas relacionadas com as ciências da saúde e da vida.

### **15. No seu caso, a bolsa foi suficiente?**

O valor da bolsa na altura era irrisório e insuficiente para fazer face as despesas decorrentes da frequência do ensino superior, mormente no que tange ao pagamento das propinas, à aquisição de materiais escolares.

### **16. Se não tivesse tido a bolsa, teria continuado a estudar?**

Não.

### **17. Como classifica o processo de candidatura e atribuição da bolsa? Simples, Burocrático, ou eficiente?**

Foi um processo relativamente simples. O rigor, a clareza e a transparência no processo de seleção ainda constituem um dos principais constrangimentos, bem como a sobrecarga de documentação exigida para efeitos de candidatura.

**18. A formação correspondeu as suas expectativas?**

Sem dúvida. Superou largamente as minhas expectativas e anseios.

**19. Como perspetiva o investimento que é feito pelos recursos públicos no capital humano? Um investimento, um custo? Porquê?**

A aposta na educação e na formação superior constituiu sempre um investimento incomensurável para qualquer país, sendo seu progresso económico, social e cultural estruturalmente dependente da qualificação do seu capital humano.

**20. A sua situação económica e social melhorou com a bolsa/formação?**

Sim.

**21. Que incentivos deve o governo implementar para incentivar as pessoas a regressar ao país depois da formação?**

Políticas de emprego atrativas, oferta salarial compatível com o nível de formação e perspetivas de carreira assentes na valorização da meritocracia e da competência técnica.

**22. Qual é a importância da cooperação externa na formação do capital humano em Cabo Verde?**

Determinante para o progresso socioeconómico do país, mormente em áreas em que o país não dispunha de oferta formativa de qualidade e com padrões de excelência exigidos nos principais mercados internacionais.

**23. As verbas têm sido suficientes?**

Não. Os recursos alocados até então não são suficientes, mas o principal desafio reside na sua racionalização e canalização para áreas prioritárias e verdadeiramente nevrálgicas para o desenvolvimento do país.

**24. Acha que a cooperação externa deveria apostar mais nesta área (capital humano) ou privilegiar outras?**

Continuar a apostar na formação do capital humano com especial enfoque para áreas prioritárias e estruturantes para o progresso do país.

**25. Acha que os países que financiam a cooperação também beneficiam com os recursos atribuídos?**

A cooperação internacional se assente sempre num princípio de benefício mútuo e da interdependência.

**26. Qual deve ser a estratégia do(s) governo(s) de Cabo Verde para conseguir mais verbas da cooperação externa para a formação de capital humano e a seleção dos setores de aposta?**

Apostar na diversificação das suas relações externas e na intensificação da cooperação com países portadores de universidades internacionalmente cotadas, com centros de pesquisa de excelência e ofertas formativas adequadas às necessidades do país.